

A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)

Primary Education in the Municipality of Calheta (1772-1930)

*Paulo Ladeira*¹

Resumo²

Um decreto de 1772 criou, na Madeira, seis escolas régias de “Ler, Escrever, e Contar”, incluindo uma na vila da Calheta, que teve António Correia de Sousa como primeiro professor a exercer, nomeado em 1790.

Inicialmente, a administração da Instrução Primária estava centralizada na Fazenda Real, mas em 1799 a responsabilidade da inspeção passou para o governador da Madeira. Em 1835, as câmaras municipais passaram a ter responsabilidades no estabelecimento, manutenção e conservação das escolas.

Gradualmente, as escolas masculinas implementaram-se nas restantes freguesias, sendo estabelecidas, na prática, na Fajã da Ovelha e no Arco da Calheta, em 1841; na Ponta do Pargo, em 1844; no Estreito da Calheta em 1849; nos Prazeres e Paul do Mar, em 1878;

¹ Mestre em História e Cultura das Regiões, pela Universidade da Madeira (2005); licenciado em Artes Plásticas / Pintura, pelo Instituto Superior de Arte e Design – Universidade da Madeira (1998), com distinção com bolsa de mérito. Desenvolve investigação na área da História da Arte, Cultura e Património, com incidência sobre o arquipélago da Madeira e os séculos XVIII-XX. Desde 2007 publicou livros, artigos, roteiros e guias de património. Desde 1995, como artista plástico, realizou *workshops*, participou em três exposições individuais e em várias coletivas, com trabalhos na área da pintura, escultura, desenho e fotografia, tendo obtido alguns prémios a nível regional. É docente do Ensino Básico. Entre os anos letivos de 2019 e 2024 esteve em mobilidade (requisição) na Direção Regional da Cultura – Direção de Serviços de Património Cultural e Divisão de Estudos do Património. No presente ano letivo (2024-2025) encontra-se em mobilidade (requisição) na Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro – Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira. Contacto: pauloladeira@gmail.com.

² Siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; CMC – Câmara Municipal da Calheta; CMPM – Câmara Municipal do Porto Moniz; CRCF – Conservatória do Registo Civil do Funchal; CRCC – Conservatória do Registo Civil da Calheta; DEC – Delegação Escolar da Calheta; DG – *Diário do Governo*; DN – *Diário de Notícias*, da Madeira (periódico); DM – *Diário da Madeira* (periódico); GC – Governo Civil; ICEFUN – Inspeção do Círculo Escolar do Funchal; JEC – Junta Escolar da Calheta; MFM-AV – Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s; PJRFF – Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal; RP – Registos Paroquiais; RSL – Repartição do Subsídio Literário. Abreviaturas: art.^{o(s)} – artigo(s); (c.) – cerca de; cad.^o – caderno; cap. – capítulo; cx. – caixa; doc. – documento; fl(s). – fólio(s); L.^{o(s)} – Livro(s); mc.^o – maço; of(s). – ofício(s); p. – página; pt. – pasta; v.^o – verso.

no Jardim do Mar, em 1916. A primeira escola oficial para meninas abriu na vila da Calheta, em 1858, seguida pela do Arco da Calheta, em 1896, e as demais freguesias apenas na década de 1910.

Devido a dificuldades financeiras dos municípios, muitas das escolas foram encerradas, em 1854, sendo reativadas gradualmente nos anos seguintes.

Até à década de 1870, a maioria dos professores eram padres ou personagens que exerciam cargos locais, selecionados entre os poucos que sabiam ler e escrever. Uma lei de 1878 introduziu concursos para a seleção de professores habilitados.

Embora a legislação previsse a Instrução Primária para todas as crianças, na prática era limitada. Em inícios do século XX, as salas de aula eram escassas, geralmente existia uma masculina e uma feminina por freguesia, claramente insuficientes para atender todas as crianças. As aulas decorriam em casas arrendadas pelas câmaras municipais, o que, juntamente com a troca frequente de local e a rotatividade de professores, prejudicava o bom funcionamento das escolas.

O Arco da Calheta foi a primeira freguesia do concelho da Calheta a contar com três escolas oficiais, quando, em 1912, foi aberta a escola mista do Loreto. Em 1867, foram criadas escolas noturnas, as quais foram extintas e reativadas ao longo do século XX, com o objetivo de ensinar os jovens maiores de 14 anos, trabalhadores e potenciais emigrantes. Na década de 1910, foram criadas escolas móveis para ampliar a rede escolar e combater o analfabetismo. Além do ensino oficial, alguns professores mantinham escolas particulares.

Este artigo aborda a Instrução Primária no concelho da Calheta, desde a criação da primeira escola régia até ao início da década de 1930, quando as diretrizes do Governo da Ditadura Militar e do Estado Novo proporcionaram mudanças.

Palavras-chave: Alunos; Concelho da Calheta; Educação; Ensino Primário; Escola; Concelho do Porto Moniz; Professor.

Abstract

A Decree from 1772 established six royal schools in Madeira for “Reading, Writing, and Counting”, including one in the village of Calheta, where António Correia de Sousa became the first teacher, appointed in 1790.

Initially, the administration of Primary Education was centralised under the Royal Treasury, but in 1799, the responsibility for supervision was transferred to the governor of Madeira. In 1835, municipal councils assumed responsibilities for the establishment, maintenance and preservation of schools.

Gradually, boys’ schools were implemented in the remaining parishes, with schools being established in Fajã da Ovelha and Arco da Calheta in 1841; Ponta do Pargo in 1844; Estreito da Calheta in 1849; Prazeres and Paul do Mar in 1878; Jardim do Mar in 1916. The first official school for girls opened in the village of Calheta in 1858, followed by Arco da Calheta in 1896, and then in other parishes during the 1910s.

Due to financial difficulties faced by the municipalities, most schools were closed in 1854, but were gradually reactivated over the following years.

Until the 1870s, most teachers were priests or local officials selected from the few who could read and write. A law from 1878 introduced examinations for the selection of qualified teachers.

Although legislation provided for Primary Education for all children, in practice, it was limited. At the beginning of the 20th century, classrooms were scarce, usually consisting of one for boys and one for girls in each parish, which was clearly insufficient to accommodate all children. Classes were held in rented houses provided by municipal councils, which, together with the frequent relocation of schools and the high turnover of teachers, hindered the proper functioning of the schools.

Arco da Calheta was the first parish in the municipality of Calheta to have three official schools when the mixed school of Loreto was opened in 1912. In 1867, evening schools were established, later discontinued and reactivated throughout the 20th century, aimed at educating young people over 14 years old, workers, and potential emigrants. In the 1910s, mobile schools were created to expand the school network and combat illiteracy. In addition to official schooling, some teachers also ran private schools.

This article addresses Primary Education in the municipality of Calheta, from the establishment of the first royal school to the early 1930s, when the directives of the Military Dictatorship Government and the “Estado Novo” brought about significant changes.

Keywords: Students; Municipality of Calheta; Education; Primary Education; School; Municipality of Porto Moniz; Teacher.

Nota Introdutória

O presente artigo visa aprofundar o conhecimento sobre a instrução primária, no concelho da Calheta, desde o final do século XVIII até ao início da década de 1930, período marcado pela implantação da Ditadura Militar e do Estado Novo, que proporcionaram uma mudança política, refletida no sistema educativo.

O concelho da Calheta, situado no extremo sudoeste da Madeira, é o mais extenso deste arquipélago e é composto por oito freguesias: Ponta do Pargo, Fajã da Ovelha, Prazeres, Paul do Mar, Jardim do Mar, Estreito da Calheta, Calheta e Arco da Calheta. Nessas freguesias, a instrução primária foi gradualmente implementada, do centro para as periferias, inicialmente para as crianças do sexo masculino e posteriormente para as do sexo feminino.

No período em estudo, a população do concelho da Calheta aumentou, atingindo o expoente de 24 078 habitantes em 1950, o que foi acompanhado pelo aumento do número de escolas. As dificuldades financeiras enfrentadas pelas instituições (Estado, Governo Civil da Madeira e Câmaras Municipais) dificultaram a criação e manutenção de escolas. Neste concelho, como acontecia por toda a Madeira rural, predominavam as atividades agrícolas, pecuárias e piscatórias, sendo poucas as crianças que frequentavam as escolas, apesar de ser obrigatório.

Este artigo tem como principais propósitos identificar as escolas que estiveram em funcionamento, catalogar os professores em atividade, examinar as dinâmicas de criação e manutenção da instrução primária, abordar o mobiliário, os materiais didáticos e a estatística da comunidade educativa. Além dos aspetos gerais, serão explanadas algumas ocorrências singulares que marcaram os espaços e a comunidade educativa.

Para uma melhor compreensão do tema, a análise divide-se em dois grandes períodos e por freguesia individualmente. O primeiro período vai desde a implementação da primeira escola régia no concelho até ao final da década de 1860, quando a maioria das escolas em funcionamento foi extinta. O segundo período compreende as escolas instaladas a partir da década de 1870 até ao início da década de 1930.

As fontes principais utilizadas foram os fundos documentais da Provedoria da Junta da Real Fazenda do Funchal, arquivados no Arquivo Nacional Torre do Tombo; das câmaras municipais da Calheta e do Porto Moniz (escrituras e atas de sessões de vereação); da Inspeção do Círculo Escolar do Funchal e da Delegação Escolar da Calheta, preservados no Arquivo e Biblioteca da Madeira; legislação pertinente e, pontualmente, os periódicos regionais.

Futuramente abordaremos o ensino primário no concelho da Calheta desde o início da década de 1930 até 1974.

1772-1868 – Da Introdução de Escolas de “Ler, Escrever e Contar”, de “Primeiras Letras” e de “Ensino Primário” até ao seu Encerramento

Aprender e saber “ler, escrever e contar”, até finais do século XIX, era acessível a uma pequena minoria das elites, especialmente do clero, que recebia instrução religiosa em seminários (Seminário Diocesano do Funchal, instituído em 1566) e colégios (Colégio de São João Evangelista, da Companhia de Jesus, fundado em 1569). Estes centros de ensino, localizados no Funchal, principal centro urbano

do arquipélago da Madeira, eram vocacionados para os que pretendiam exercer funções eclesíásticas³.

A presença de mestres-escolas, como os da Sé do Funchal, documentados pelo menos desde 1517⁴, e noutras localidades, como a Ribeira Brava, e de mestres-de-doutrina em Machico e Santa Cruz (1680)⁵, atesta a existência de aulas paroquiais relacionadas com a área religiosa. As Constituições do Bispado do Funchal, da segunda metade do século XVI, elucidam que na Madeira já se ensinava a ler e a escrever, sendo que estas constituições ordenavam que

«em cada hũa das igrejas parochiaes desta cidade, & asi das igrejas das villas & lugares, onde há beneficiados se ensine a doutrina Christã, que se conthem na Cartilha nouamente impressa [, reformulada na sequência do Concílio de Trento], todos os dias, asi da somana, como domingos & festas, antes da vespora. E nos outros lugares se ensinará aos domingos & dias santos de guarda á hora que parecer, dentro das igrejas. E os vigairos & curas serão muy diligentes em compeller a seus fregueses que aprendam a dita doutrina não a sabendo, & mandem a ella seus filhos, & familiares, escrauos, e escrauas, que a não souberem. E mandamos aos mestres que ensinam moços a ler & escreuer neste nosso bispado, que lhes ensinem a doutrina Christã que se conthé na dita cartilha, & lhes encomendamos muito que não ensinem aos ditos moços por liuros deshonestos, senão por papeis & liuros de boa doutrina de que se possam aproueitar pera seus bõs costumes»⁶.

Além do ensino proporcionado pelo clero, as classes abastadas tinham acesso aos ensinamentos da leitura e da escrita, em lições particulares, o que lhes permitia aceder a cargos na governança, na administração local, na justiça, no exército e no comércio. A presença de poetas e trovadores, como João Gomes (falecido em 1495), Tristão Teixeira (falecido em 1506), Duarte Pestana de Brito (falecido em 1514), Manuel Tomás (1585-1665), etc.⁷, atesta o conhecimento aprofundado da língua portuguesa por parte de algumas personalidades, em diversas partes da Madeira, desde épocas remotas.

Na sequência da reforma pombalina, iniciada com o alvará de 28 de junho de 1759 que extinguiu as escolas reguladas pelos métodos jesuítas, o decreto de 6 de

³ FRUTUOSO, 2007, *As Saudades da Terra* [...], anotações de AZEVEDO [1873], pp. 777-778.

⁴ COSTA, 2013, *O Estado Eclesiástico na Madeira* [...], p. 54.

⁵ COSTA, 2013, *O Estado Eclesiástico na Madeira* [...], p. 58.

⁶ *Constituições Synodais do Bispado do Funchal* [...], 1585, «Título 12. Dos Vigairos, Curas, & Beneficiados; Constitviçam Sexta VI: Do ensino da doutrina Christã, e o que os Mestres de ler a ensinem tambem», pp. 76, 77.

⁷ ALVES, 2018, «Poetas».

novembro de 1772, assinado pelo rei D. José, tinha como objetivo criar uma rede de escolas em Portugal, incluindo seis escolas na ilha da Madeira, com «Mestres de Ler, Escrever, e Contar», sendo contempladas as vilas da Calheta, Ponta do Sol, Santa Cruz e Machico e a cidade do Funchal com duas escolas. O decreto também permitia a criação, na ilha da Madeira, de três aulas de Gramática Latina, uma de Língua Grega, uma de Retórica e uma de Filosofia⁸. Era pretendida a criação de escolas nos centros urbanos e rurais, em cidades e vilas, para que «os Meninos, e Estudantes das Povoações circunvizinhas possam ir com facilidade instruir-se» pelos «novos métodos»⁹ que se opunham aos dos Jesuítas. O ensino passava a ser regulado pela Mesa Censória e não pela Igreja, embora o clero continuasse a ter um papel importante nas décadas seguintes, não na regulação, mas na ação direta com os alunos, e com os curas e vigários, assumindo funções de professores até ao início do século XX.

Para a sustentação destas escolas, no reinado de D. José foi criado o imposto do Subsídio Literário, pelo alvará de 10 de novembro de 1772¹⁰, sendo formalizada a sua aplicação por meio das instruções de 4 de setembro de 1773¹¹. Esse imposto consistia no pagamento de um valor, pelos lavradores e senhorios, sobre o vinho, aguardente e vinagre. Os valores eram: \$315 réis por cada pipa de vinho; \$012 réis por almude de vinho; 1\$248 réis por pipa de aguardente; \$048 réis por almude de aguardente; \$160 réis por pipa de vinagre; \$006 réis por almude de vinagre. A arrecadação estava, inicialmente, a cargo dos corregedores¹² e, após a criação da Junta da Real Fazenda, em 1775, passou para a alçada desta instituição, em 7 de junho de 1776, com a cobrança feita por juizes de fora, juizes ordinários e recebedores¹³. Nas comarcas do Reino estavam os «Juizes de Vara branca, nas em que os houver, e nas outras aos Juizes ordinarios, a deligencia de tomarem aos Lavradores, e mais pessoas dellas debaixo do juramento dos Santos Evangelhos os manifestos dos

⁸ SILVA, 1829, *Collecção* [...], Lei de 1772.11.06, pp. 612-616.

⁹ SILVA, 1829, *Collecção* [...], Lei de 1772.11.06, pp. 613.

¹⁰ SILVA, 1829, *Collecção* [...], Alvará de 1772.11.10, pp. 622-625.

¹¹ SILVA, 1829, *Collecção* [...], Instruções de 1773.09.04, pp. 705-709.

¹² SILVA, 1829, *Collecção* [...], Instruções de 1773.09.04, pp. 707-709. Num edital dirigido aos habitantes da ilha da Madeira, D. José adapta as medidas, referindo o imposto de: «hum real por canada de vinho, de quatro reis por canada de agoardente e de cento e sessenta reis por cada pipa de vinagre» (ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 9).

¹³ ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 16; L.º 994, fl. 62.

Vinhos, que cada hum tiver recolhido nas Adegas, e Casas de sua morada»¹⁴. O valor arrecadado com este imposto era utilizado para pagar, em quartéis adiantados, os ordenados dos mestres e professores régios, sendo descontada uma décima do ordenado, em imposto para os cofres régios, depois abolida por uma provisão de 22 de agosto de 1782¹⁵.

A arrecadação deste imposto, como descrito nestes dois regulamentos, enfrentava grandes dificuldades de implementação na totalidade da ilha da Madeira, por diversos motivos. A sua cobrança, nesta ilha, era «em tudo [...] diferente, e mais penosa que em outra qualquer parte, e quase impraticável»¹⁶. Não havia «nos campos, e villas quem saiba ler, e escrever para servirem de officiaes, he necessário obrigar a algum, que por não servir sem estipendio pelos grandes gastos que fazem vagando nos campos, até dezertão, e fogem»¹⁷; «não há juizes, e menos officiaes que girem, são tantas as ocultações de manifestos, os subterfúgios fraudulentos, que fazem débil tão boa e solida cobrança»¹⁸; «A natureza e formalidade com q[ue] os vinhos são tratados, e transportados nesta Ilha fazem absolutamente impraticável a execução dos varejos e guias para acompanhar os vinhos de huns para outros districtos, porque produzindo anualmente esta Ilha de 14 a 20 mil pipas de vinho», ora transportados em uvas, mosto, ora por mar ou por terra¹⁹. Já no início do século XIX, a Junta da Real Fazenda do Funchal continuava a achar que era impossível «os varejos nas adegas pela grande multiplicidade dellas, e serem situadas pela maior parte em lugares inacessíveis a outras pessoas que não sejam os próprios lavradores, que por serem nelles nascidos e creados temerariamente afrontão os perigos dos seus caminhos; nem os Ministros nem os Escrivães podem animar-se a correr riscos semelhantes»²⁰. Por outro lado, como descrito em 1779, os «moradores são avulsos por não aver na Ilha povoações, ou lugares, nem os colonos encubão os v[inho]s em suas adegas, porque não as tem, e cada hum em sua caza em lagariças de pao faz o v[inh]o que dahy se transporta por Homens rústicos muitas legoas para as dos

¹⁴ SILVA, 1829, *Collecção* [...], Instruções de 1773.09.04, p. 706.

¹⁵ ANTT, *PJRF*, L.º 996, fl. 12.

¹⁶ ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 36.

¹⁷ ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 47.

¹⁸ ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 48.

¹⁹ ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 54.

²⁰ ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 74.

senhorios pela excabrozidade dos caminhos tais que nem cavalgadas o podem transportar q[uan]to mais vasos ó[u] pipas»²¹.

Em 1779, a Junta da Real Fazenda do Funchal propunha que a cobrança do Subsídio Literário fosse arrematada, anual ou por seções, por freguesias, como era praticado com os dízimos, as redizimas, as miunças e as rendas da Coroa²², o que veio a ser praticado em algumas freguesias, a partir de inícios do século XIX. No início do século XIX, perante o aumento do número de escolas, a Junta propôs um aumento do imposto para não «se extinguiem algumas Cadeiras das actualmente creadas, e que são muito precisas a proveito da Mocidade, ou dada a sua conservação completarem-se os respectivos pagamentos pelos Reaes Cofres das outras repartições o que á Junta não parece bem»²³.

As intenções da cobrança deste imposto não se reflectiam na criação de escolas. A população e as câmaras municipais solicitavam à Junta da Provedoria da Real Fazenda a nomeação de professores para as suas localidades²⁴. O que mais incomodava os habitantes da Madeira era o facto do rendimento deste imposto ser, inicialmente, quase o dobro²⁵ do que era gasto nas despesas das escolas sem que houvesse uma implementação de novas escolas nas suas freguesias. Muitos achavam que o Subsídio Literário só era profícuo «a outras terras, em que se achão com Mestres competentes, passando mais a de não quererem pagar a Collecta, e os que o fazem sempre ajuntão ao morozo pagamento estas reflexoens»²⁶. Segundo o Governador e Capitão General da Madeira, D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, as localidades sem escola «olhão com disgosto e aflição p[ar]a os seus filhos adultos entrados nas idades» ficarem sem escola «apezar do dezejo de saberem»²⁷.

Quanto ao valor pago em ordenados dos professores, teve um gradual aumento de 297\$000 réis, em 1776, até 6 883\$911 réis, em 1803, a título de exemplo,

²¹ ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 37.

²² ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 37.

²³ ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 74.

²⁴ ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 46.

²⁵ Por exemplo, este imposto teve, em 1777, a receita de 2 823\$345 réis e a despesa de 816\$399 réis; em 1781, a receita de 2 920\$926 réis e a despesa de 1 245\$000 réis; em 1789, a receita de 4 158\$075 réis e a despesa de 2 202\$900 réis, ficando o balanço de 1 956\$175 réis; em 1797, a receita de 3 980\$937 réis e a despesa de 3.602\$120 réis, ficando em caixa 378\$817 réis; em 1801, a receita de 6 706\$624 réis e a despesa de 6 375\$150 réis, ficando em caixa 331\$474 réis (ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fls. 58, 73, 81).

²⁶ ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 46.

²⁷ ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 46.

refletindo o aumento dos vencimentos, o ligeiro alargamento do número de escolas na Madeira, em inícios do século XIX, e consequente aumento de professores régios²⁸.

A implementação da rede escolar, planificada no decreto de 1772, inciou-se dois anos mais tarde, no Funchal, não com as aulas de «Primeiras Letras», mas com a criação de aulas de Filosofia Racional (carta régia de 1774), Gramática Latina (provisão de 1776) e Retórica (provisão de 1776). Quanto à cadeira de «Ler, Escrever e Contar», iniciou-se na vila de São Vicente, em dezembro de 1779, com a provisão do professor substituto Francisco Xavier Cabral de Carvalho²⁹, que acabou por ficar vaga, em 1781, por se ter ausentado sem licença³⁰.

O governador da Madeira, D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, a 22 de abril de 1782, informou a Coroa sobre a necessidade de criação de novas escolas no arquipélago, pois até à data apenas «se achão somente providos, e exercendo na cidade três mestres únicos de Filosofia, Rethorica e Latinidade» e todas as seis vilas (Calheta, Ponta do Sol, São Vicente, Santa Cruz, Machico e Porto Santo) e as 44 freguesias não se encontravam contempladas com escolas³¹. A cadeira de «Ler, Escrever, Contar e Catecismo» foi reposta em São Vicente pela provisão do professor substituto José Joaquim das Mercês, de 29 de janeiro de 1783, através da Mesa Censória³². Nomeados por esta Mesa, seguiram-se a cidade do Funchal que recebeu dois professores substitutos de «Ler, Escrever e Contar», por provisões de 16 de junho de 1786 e de 17 de outubro de 1786³³; a vila de Machico, com a nomeação de um professor substituto da «Escola de Ler, Escrever e Contar e do Catecismo»,

²⁸ Vejam-se os valores totais pagos em ordenados aos professores entre 1776 e 1803: 1776 – 297\$000 réis (1776) mais 96\$399 réis (1777); 1777 – 720\$000 réis; 1778 – 720\$000 réis, sendo 288\$000 réis ao professor de Filosofia, 216\$000 réis ao professor de Retórica, 216\$000 réis ao professor de Gramática; 1779 – 825\$553 réis, sendo 288\$000 réis ao professor de Filosofia, 216\$000 réis ao professor de Retórica, 262\$800 réis ao professor de Gramática Latina e 58\$753 réis ao professor da vila de Santa Cruz; 1780 – 926\$050 réis; 1781 – 845\$000 réis; 1782 – 800\$000 réis; 1783 – 930\$654 réis; 1784 – 990\$000 réis; 1785 – 1 094\$657 réis; 1786 – 1 348\$190 réis; 1787 – 1 938\$503 réis; 1788 – 1 952\$140 réis; 1789 – 2 201\$900 réis; 1790 – 2 220\$000 réis; 1791 – 2 197\$129 réis; 1792 – 2 597\$538 réis; 1793 – 2 900\$000 réis; 1794 – 3 378\$915 réis; 1795 – 3 443\$334 réis; 1796 – 3 421\$626 réis; 1797 – 3 572\$120 réis; 1798 – 3 470\$000 réis; 1799 – 4 625\$098 réis; 1800 – 6 981\$000 réis; 1803 – 6 883\$911 réis (ANTT, *PJRF*, L.º 995, fls. 14, 32, 33, 42, 43, 46, 47, 55, 65, 85, 113, 139, 151, 171, 179, 197, 203, 209, 215, 219, 223, 229, 233, 241, 245, 253, 263, 267, 273).

²⁹ ANTT, *PJRF*, L.º 961, fls. 9, 19; L.º 962, fls. 13-14.

³⁰ ANTT, *PJRF*, L.º 997, fl. 3.

³¹ ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 46.

³² ANTT, *PJRF*, L.º 962, fls. 14-15; L.º 1000, fl. 6.

³³ ANTT, *PJRF*, L.º 962, fls. 20-21, 23-24; L.º 1002, fl. 4; L.º 1003, fls. 4-4v.º.

por provisão de 6 de junho de 1788³⁴; a vila de Santa Cruz, em 5 de setembro de 1788³⁵; e a vila do Porto Santo, com a nomeação de um professor substituto da «Escola de Ler, Escrever e Contar e do Catecismo», por provisão de 5 de novembro de 1788³⁶. Por fim, a vila da Calheta foi contemplada com um professor substituto, por provisão de 4 de abril de 1789³⁷, e a da Ponta do Sol com a nomeação de um professor substituto da «Escola de Ler, Escrever e Contar e do Catecismo», por provisão de 12 de agosto de 1793³⁸. Neste ano também foi provido um professor desta cadeira na freguesia do Campanário, por provisão de 23 de fevereiro³⁹.

Os professores de «Primeiras Letras» auferiam um vencimento anual de 150\$000 réis na cidade do Funchal e de 80\$000 nas vilas, exceto em São Vicente, onde recebiam 60\$000 réis⁴⁰. Os professores de Gramática recebiam 160\$000 réis nas vilas, enquanto no Funchal os vencimentos eram mais elevados, com os seguintes valores: Filosofia (460\$000 réis); Retórica (440\$000 réis); dois de Gramática (400\$000 réis) e um substituto de Gramática (200\$000 réis)⁴¹.

Além das aulas de «Ler, Escrever, Contar, e Catecismo», as aulas de «Gramática Latina» expandiram-se neste período fora da cidade do Funchal. A primeira vila a receber um professor substituto desta cadeira foi a de Santa Cruz, por provisão de 27 de março de 1779⁴². Seguiram-se as vilas de Machico (12 de dezembro de 1784)⁴³, Calheta (24 de novembro de 1790)⁴⁴ e São Vicente (26 de julho de 1792)⁴⁵.

De acordo com a lei de 6 de novembro de 1772, para o provimento de um mestre/professor era necessária a afixação de editais, permitindo que os candidatos se apresentassem aos concursos e fossem admitidos após a realização de exames. Não era permitido dar lições em casas particulares sem que os proponentes estivessem habilitados para o Magistério por meio de exame e aprovação da Mesa do

³⁴ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 26-27.

³⁵ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 30-31.

³⁶ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 31-32.

³⁷ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 33-34.

³⁸ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 49-50.

³⁹ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 46-47.

⁴⁰ ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 78.

⁴¹ ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 78.

⁴² ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fl. 12.

⁴³ ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 10; L.º 1001A, fl. 5.

⁴⁴ ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 29; L.º 962, fl. 38; L.º 1007, fl. 13.

⁴⁵ ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 33; L.º 962, fls. 44-45.

Desembargo do Paço⁴⁶. No final de cada ano letivo, os professores eram obrigados a enviar uma relação dos alunos «dando conta dos progressos» obtidos⁴⁷. Os «Mestres de lêr, escrever, e contar» tinham a obrigação de ensinar «a boa forma dos caracteres, mas também as Regras geraes da Orthografia Portugueza: e o que necessário for da Syntaxe della; para que os seus respectivos Discipulos possão escrever correcta, e ordenamente: Ensinando-lhes pelo menos as quatro espécies de Arithmetica simples; o Catecismo, e Regras da Civilidade em hum «breve Compendio»»⁴⁸.

Leão Pedro Pestana foi o primeiro professor substituto nomeado para a cadeira de «Ler, Escrever, e Contar, e Catecismo» na vila da Calheta, conforme a provisão da Real Mesa Censória, de 4 de abril de 1789, auferindo 80\$000 réis anuais, pagos em quartéis, sem desconto da décima, pelo cofre do rendimento do Subsídio Literário⁴⁹. Contudo, Leão Pedro Pestana faleceu no Funchal, a 18 ou 19 de agosto deste ano⁵⁰, não chegando a exercer as funções. Nas folhas de pagamentos aos professores não consta qualquer verba monetária que lhe tenha sido atribuída.

António Correia de Sousa, que estava a exercer a mesma cadeira na ilha do Porto Santo, por provisão de 5 de novembro de 1788⁵¹, solicitou à Real Mesa Censória a transferência para a vila da Calheta, por encontrar-se vaga e residir na ilha da Madeira. Foi nomeado por provisões de 14 de maio de 1790 e de 12 de fevereiro de 1791, recebendo o mesmo ordenado que o antecessor, pagos em quartéis adiantados⁵² até 1799⁵³. Por provisões de 16 de janeiro de 1800⁵⁴ e de 7 de fevereiro de 1801 passou a exercer o cargo de «Guarda das Aulas», na Madeira, com um ordenado anual de 112\$000 réis⁵⁵.

⁴⁶ SILVA, 1829, *Collecção* [...], Lei de 1772.11.06, pp. 614-615.

⁴⁷ SILVA, 1829, *Collecção* [...], Lei de 1772.11.06, p. 614.

⁴⁸ SILVA, 1829, *Collecção* [...], Lei de 1772.11.06, p. 614.

⁴⁹ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 33-34; L.º 961, fl. 25.

⁵⁰ ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 25; L.º 962, fl. 34. Leão Pedro Pestana era filho de António Pestana Garcês e de Mariana dos Santos Silva, tendo sido sepultado em cova da fábrica da Sé do Funchal, onde era freguês. Segundo o registo de óbito, faleceu no dia 19 de agosto, «completamente sacramentado» (ABM, *RP*, Sé do Funchal, Óbitos, L.º 17 (1781-1791), fl. 176v.º).

⁵¹ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 31-32.

⁵² ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fls. 25-26; L.º 962, fls. 33-35; L.º 1006, fl. 12; L.º 1007, fl. 12; L.º 1008, fl. 12; L.º 1009, fl. 12; L.º 1010, fl. 12; L.º 1011, fl. 12; L.º 1012, fl. 12; L.º 1013, fl. 12; L.º 1014, fl. 13. Em 1791, os três primeiros quartéis foram recebidos pelo procurador João Pedro de Andrade e o quarto quartel pelo procurador Caetano Marques de Macedo (ANTT, *PJRFF*, L.º 1007, fl. 12).

⁵³ ANTT, *PJRFF*, L.º 1014, fl. 16.

⁵⁴ ANTT, *PJRFF*, L.º 994, fl. 256.

⁵⁵ ANTT, *PJRFF*, L.º 1015, fl. 17; L.º 1016, fl. 18. Em 1804, Francisco Xavier ocupava o cargo de «Guarda das Aulas» (ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 84).

Figura 1 – Vista sul/norte da vila da Calheta (entre 1901 e 1905)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, JAS/802.

Para a cadeira de «Gramática Latina», da vila da Calheta, foi nomeado o professor substituto Manuel Vara, por provisão da Real Mesa da Comissão Geral, de 24 de novembro de 1790, pelo período de seis anos, recebendo o ordenado anual de 160\$000 réis, pago em quartéis adiantados⁵⁶. Por falecimento de Manuel da Vara foi nomeado, em seu lugar, João da Mata Moniz de Meneses, por provisão da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, de 16 de maio de 1793, por um período de três anos e recebendo o mesmo ordenado anual, pago em quartéis adiantados sem o desconto da décima, pelo cofre do Subsídio Literário⁵⁷. Foi reconduzido no cargo em 27 de abril de 1796, auferindo o seu ordenado até 1799⁵⁸.

⁵⁶ ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 29; L.º 962, fl. 38; L.º 1007, fl. 13.

⁵⁷ ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 29; L.º 962, fls. 47-49; L.º 1009, fl. 15.

⁵⁸ ANTT, *PJRFF*, L.º 994, fl. 256. Em 1794 e 1795 recebeu o vencimento através do procurador Jorge Rodrigues de Abreu (ANTT, *PJRFF*, L.º 1009, fl. 15; L.º 1010, fl. 15); em 1796, pelo procurador Venâncio António de Sousa (ANTT, *PJRFF*, L.º 1012, fl. 15) e, em 1799, através do procurador, o capitão Paulo Joaquim (ANTT, *PJRFF*, L.º 1014, fl. 16).

Em 17 de dezembro de 1794, no reinado de D. Maria I, foi extinta a Real Mesa Censória e substituída pela Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, sob a presidência do reitor da Universidade de Coimbra, que reformou o ensino⁵⁹. Ao Governador e Capitão General da Madeira foi confiada a «suprema Inspeção dos Estudos Publicos nesta Colonia», por cartas régias de 19 de agosto de 1799 e de 17 de julho de 1800⁶⁰. A maioria dos professores manteve-se nas suas funções, com salários mais elevados. Os professores de Primeiras Letras passaram a auferir um ordenado de 130\$000 réis, exceto o do Porto Santo com 100\$000 réis. No Funchal, mantiveram-se as três aulas de Primeiras Letras (cada uma com um ordenado de 300\$000 réis anuais) e foram criadas mais uma aula de Gramática (ordenados de 400\$000 e 300\$000 réis), Retórica, Filosofia (ambas com ordenados de 460\$000 réis) e de Geometria (ordenado de 500\$000 réis). Passaram a existir o, já mencionado, cargo de «Guarda das Aulas» (ordenado anual de 112\$000 réis) e o de «Inspector dos Estudos» (ordenado de 600\$000 réis)⁶¹. Mantiveram-se as aulas de Primeiras Letras nas seis vilas da Madeira, sendo extinta a da freguesia do Campanário. Quanto às aulas de Gramática, nas localidades rurais, apenas permaneceram em Machico e Santa Cruz, respetivamente, com ordenados de 80\$000 e 75\$000 réis⁶².

Por carta do Governo, de 30 de dezembro de 1799, foi provido o padre João Manuel de Freitas para professor de «Primeiras Letras», na vila da Calheta, com o ordenado de 130\$000 réis anuais⁶³, função que provavelmente exerceu, o mais tardar, até 1802⁶⁴.

Em 1802, o «reverendo Padre Mestre Fr. Pedro de Santa Teresa»⁶⁵, muito provavelmente um frade do convento franciscano de São Sebastião da Calheta, assumiu o lugar de «professor de Primeiras Letras» na «Cadeira de Primeiras Letras e Gramática Latina», nesta vila. Auferia o mesmo vencimento anual, pago adiantadamente. Nesse ano, recebeu 42\$472 réis em 6 de abril, e 32\$500 réis do quartel pago no mês de julho⁶⁶. Frei Pedro de Santa Teresa demitiu-se da função⁶⁷ e foi substituído pelo reverendo Frei Filipe Benicio de São José⁶⁸, provavelmente

⁵⁹ ADÃO, 1995, *Estado Absoluto e Ensino* [...], pp. 91, 135-136.

⁶⁰ ANTT, *PJRF*, L.º 962, fl. 63.

⁶¹ ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 79.

⁶² ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 79.

⁶³ ANTT, *PJRF*, L.º 995, fl. 79; L.º 994, fl. 256.

⁶⁴ ANTT, *PJRF*, L.º 1016, fl. 25; L.º 994, fl. 256.

⁶⁵ ANTT, *PJRF*, L.º 1048, fls. 2-3; L.º 962, fls. 63-64.

⁶⁶ ANTT, *PJRF*, L.º 1048, fls. 2-3.

⁶⁷ ANTT, *PJRF*, L.º 962, fl. 64.

⁶⁸ ANTT, *PJRF*, L.º 962, fls. 63-64; L.º 1016, fl. 64.

também um frade franciscano do mencionado convento, através de carta passada pela Secretaria do Governo, no Funchal, a 17 de agosto de 1803⁶⁹. Frei Filipe foi nomeado pelo período de três anos, recebendo o mesmo vencimento anual, pago em quartéis adiantados, com a condição de que: «nos dias e horas que se achão destinados, ensinará aos seus ouvintes o que a este respeito está estabelecido»⁷⁰. Em dezembro de 1803 recebeu o vencimento de 48\$527 réis e na folha de pagamentos aos professores régios de 1804 não consta qualquer valor pago, pelo que deixou de exercer estas funções nesse ano⁷¹. Numa relação dos professores da Madeira, datada de 7 de maio de 1804, é registado no concelho da Calheta «Frei Filipe professor substituto de Primeiras Letras na Calheta João Nunes / – 130\$000 [réis]»⁷². É de salientar que na listagem dos professores das restantes escolas da Madeira não consta qualquer nome adiante da denominação da localidade. João Nunes tratar-se-ia de um professor, entretanto, nomeado para a vila da Calheta?

Os primeiros anos do século XIX revelaram-se muito instáveis na colocação de um professor de Primeiras Letras e de Gramática na Calheta, bem como nas restantes vilas da Madeira.

O pagamento seguinte a um professor de «Primeiras Letras e de Gramática Latina», na Calheta, foi efetuado ao padre Gregório Taumaturgo da Silva, em 19 de julho de 1804, no valor de 43\$333 réis, e a 4 de outubro desse ano, com 32\$500 réis⁷³. O padre Gregório Taumaturgo da Silva foi nomeado por cartas renováveis a cada três anos⁷⁴, «ensinando seos Discipulos nos dias, e horas, q[ue] se achão estabelecidas», recebendo os seus pagamentos anuais de 130\$000 réis, em quartéis adiantados, pelo procurador, o capitão Paulo Joaquim Figueira⁷⁵.

⁶⁹ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 63-64.

⁷⁰ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fl. 64.

⁷¹ ANTT, *PJRFF*, L.º 1017, fl. 24.

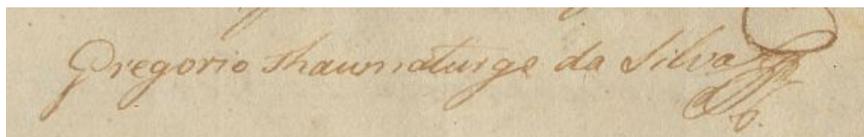
⁷² ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 84.

⁷³ ANTT, *PJRFF*, L.º 1048, fl. 10.

⁷⁴ Por exemplo, por cartas do Governo de 21 de outubro de 1801, 22 de abril de 1807, 12 de janeiro de 1810, 13 de janeiro de 1813, 2 de março de 1816 e 8 de junho de 1820 (finda a 29 de fevereiro de 1822) (ANTT, *PJRFF*, L.º 1019, fl. 27; L.º 1038, fl. 11v.º; ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1806-1810, fls. 10-10v.º; ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1806-1810, fls. 68v.º-69; L.º de 1812-1820, fls. 25-26, 88v.º-89v.º, 128v.º-130).

⁷⁵ ANTT, *PJRFF*, L.º 1018, fl. 24; L.º 1019, fl. 27; L.º 1020, fl. 25; L.º 1021, fl. 27; L.º 1022, fl. 25; L.º 1023, fl. 26; L.º 1024, fl. 27; L.º 1025, fl. 27; L.º 1026, fl. 28; L.º 1027, fl. 26; L.º 1028, fl. 24; L.º 1029, fl. 24; L.º 1030, fl. 24; L.º 1033, fl. 22; L.º 1034, fl. 27; L.º 1035, fl. 22; L.º 1036, fl. 21; L.º 1037, fl. 12; L.º 1038, fl. 11v.º; L.º 1039, fl. 10; L.º 1040, fl. 10v.º.

Figura 2 – Assinatura do professor Gregório Taumaturgo da Silva (1816.13.09)



Fonte: ABM, CMC, Registo Geral, L.º de 1812-1820, fl. 89v.º.

O padre Gregório Taumaturgo da Silva, beneficiado na colegiada da vila da Calheta, foi professor nesta vila até ao final de 1826⁷⁶, excetuando entre abril de 1817 e agosto de 1820. Durante esse intervalo, foi referido como professor de «Primeiras Letras e de Gramática Latina» até 1813 e, a partir desta data, apenas como professor de «Primeiras Letras».

Em 1817, o padre Taumaturgo da Silva pediu a demissão da função de professor⁷⁷. Para a vaga concorreu o padre Dionísio Bettencourt da Silva Pimenta, obtendo carta de «Professor das Primeiras Letras e Gramática Latina na Villa da Calheta», passada pelo governador da Madeira, a 22 de abril desse ano e pelo período de três anos, com o ordenado idêntico ao seu antecessor. Estes ordenados eram recebidos, até ao segundo quartel de maio de 1820, pelos seus procuradores Paulo Joaquim Figueira e Roque Júlio de Nóbrega⁷⁸. A existência desses procuradores deve-se às dificuldades na mobilidade entre a Calheta e o Funchal, cidade onde os ordenados régios eram pagos. A 1 de setembro de 1820, o padre Taumaturgo da Silva reassumiu a função de professor e voltou a receber o vencimento desta cadeira, referente ao terceiro quartel⁷⁹.

Por carta do Governo, de 3 de fevereiro de 1827, e com renovações subsequentes a 9 de fevereiro de 1830 e a 9 de fevereiro de 1833, ou seja, por períodos de três anos, sucedeu o padre António Francisco de Ornelas na aula de «Primeiras Letras»⁸⁰, recebendo os seus ordenados de 130\$000 réis anuais, pagos em quartéis adiantados, através dos procuradores José Joaquim de Freitas e Abreu (1827-1828), João Francisco de Sá Jardim (1829-1830) e Faustino António de Ornelas (1831-1834)⁸¹.

⁷⁶ ANTT, *PJRFF*, L.º 1039, fl. 10.

⁷⁷ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fl. 75; ABM, CMC, Registo Geral, L.º de 1812-1820, fl. 76.

⁷⁸ ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 74-76; L.º 1031, fl. 25; L.º 1033, fl. 22. ABM, CMC, Registo Geral, L.º de 1812-1820, fls. 90v.º-92.

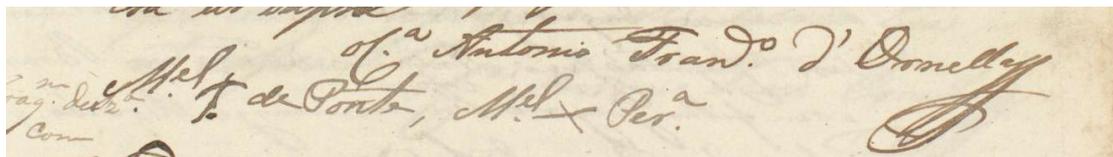
⁷⁹ ANTT, *PJRFF*, L.º 1033, fl. 22.

⁸⁰ ANTT, *PJRFF*, L.º 1040, fl. 10v.º.

⁸¹ ANTT, *PJRFF*, L.º 1040, fls. 10v.º, 13; L.º 1041, fl. 10v.º; L.º 1042, fl. 10v.º; L.º 1043, fl. 10; L.º 1044, fls. 10, 14; L.º 1045, fls. 8v.º, 10v.º; L.º 1046, fls. 8v.º, 11; L.º 1047, fls. 7, 9.

O Padre António Francisco de Ornelas desempenhou funções na igreja colegiada da Calheta, como reverendo ecónomo, a partir de 1827, e como cura entre 1829 e 1849⁸².

Figura 3 – Assinatura do professor António Francisco de Ornelas (1834.07.14)

A close-up photograph of a handwritten signature in cursive script on aged paper. The signature reads 'António Fran.º J.º Ornelas' and is followed by a large, decorative flourish. To the left of the main signature, there are some faint, partially legible words and a small mark.

Fonte: ABM, RP, Calheta, Casamentos, L.º de 1824-1847, fl. 76.

Com a implementação do Liberalismo em Portugal, Luís Mouzinho de Albuquerque assumiu a governança da Madeira, em 30 de junho de 1834, como prefeito da recém-criada Prefeitura do Funchal. Na sequência das condições políticas vários empregados públicos, incluindo professores, foram suspensos por terem alguma ligação aos absolutistas ou por não serem da confiança do novo regime liberalista. Assim, a 10 de outubro de 1834, o governador da Madeira, «em virtude dos poderosos motivos», em que não convinham que «continuem a exercer as funções de professores, de que se achão incumbidos», suspendeu as funções e vencimentos de oito professores e mestres, «Empregados no Ensino Publico»⁸³, incluindo o padre António Francisco de Ornelas, «M[estr]e de Escola de Primeiras Letras e Gramática Latina» na Calheta⁸⁴.

O novo regime organizou diversos serviços, incluindo a escolaridade básica, até então denominada oficialmente de «Primeiras Letras», mas que passou a ser referida por «Instrução Pública». Após um relatório apresentado pelo Conselho de Ministros foi publicado um decreto, em 7 de setembro de 1835, para regulamentar a Instrução Primária. Entre as principais mudanças, destacou-se a municipalização do ensino, pois este decreto ordenava que a instrução era gratuita nas escolas públicas estabelecidas pelo Governo, Câmaras Municipais ou Juntas de Paróquia e o «estabelecimento, manutenção, e conservação de todas as mais Escólas do

⁸² ABM, RP, Calheta, Casamentos, L.º 10 (1824-1847), fls. 24v.º, 43; L.º 11 (1847-1859), fl. 12.

⁸³ ANTT, PJRFF, L.º 996, fls. 33-34.

⁸⁴ ANTT, PJRFF, L.º 996, fl. 34. Os restantes professores e mestres suspensos foram: António Caetano Fernandes, bacharel em leis e professor substituto da Cadeira de Filosofia racional e moral; o padre Manuel da Paixão e Silva, professor da Cadeira de Gramática Latina; o padre José Francisco de Sequeira, professor substituto da Cadeira de Gramática Latina; José Camillo Dellanove, mestre de Escola de Francês e Inglês; Eustáquio Joaquim da Silveira, mestre de escola de Primeiras Letras no Funchal; João Balbino Gomes, mestre de Escola de Primeiras Letras em Machico; António Ferreira de França e Andrade, mestre de Escola de Primeiras Letras em São Vicente.

Reino fica desde já a cargo das respectivas Municipalidades, ou Juntas de Parochia a que pertencerem, que poderão conservar, ou despedir os actuaes Professores, e nomear outros de novo, segundo as provas que tiverem de sua idoneidade»⁸⁵. Além das escolas públicas, qualquer cidadão podia abrir «Aulas publicas, ou ensinar particularmente», após participação às autoridades. Entre vários aspetos, este decreto definia as linhas gerais da Instrução Primária que compreendia «a leitura, a escriptura, e os elementos da Grammatica Portugueza, Arithmetica, Desenho Linear, Civilidade, Moral, Religião, Direito político, e algumas noções de História, e Geografia». Os professores eram admitidos por concurso⁸⁶, recebendo um ordenado de 200\$000 réis, nas escolas de «terras da Provincia», ou seja, nas vilas e freguesias rurais, tendo direito a casas para habitação, podendo ser no edificio da escola ou contíguas a esta. A Carta Constitucional obrigava o Governo a proporcionar a instrução primária a todos os cidadãos a partir dos 7 anos de idade, de modo gratuito, e a obrigatoriedade dos pais enviarem os filhos às escolas públicas, ficando incumbidas as câmaras municipais e os párcos de empregar todos os meios prudentes de modo a cumprir esta obrigação junto dos pais⁸⁷.

A 17 de dezembro de 1834, ainda antes da publicação deste decreto, o Secretário Geral da Prefeitura remetia à Câmara Municipal da Calheta um requerimento de Leandro Sabino de Meneses, solicitando a regência da «Aula de primeiras letras desta villa», por encontrar-se vaga⁸⁸. O Secretário Geral da Prefeitura ordenou à Câmara Municipal que propusesse um substituto para reger a aula «athe a reformação dos Estudos»⁸⁹, ou seja, até à regulamentação da Instrução, como, por exemplo, através do mencionado decreto de 7 de setembro de 1835. Entretanto, Roque Amaral da Fonseca também apresentou um requerimento, afirmando que já havia requerido o mesmo emprego, tendo obtido a resposta «Espere pelas medidas Geraes»⁹⁰. A Câmara, em sessão de vereação de 22 de dezembro de 1834, teve em consideração que «aquelle Menezes vive auzente deste Termo [da Calheta] a muitos anos», tendo «este Amaral residente nesta villa visto já ter requerido e comcorem todos os requisitos neseçarios nomiarão para a dicta regência primeiro a este»⁹¹. Roque Amaral da Fonseca foi nomeado «Professor de Primeiras Letras», por alvará

⁸⁵ Decreto de 1835.09.07 (Regulamento Geral da Instrução Primária).

⁸⁶ Portaria de 1835.02.26.

⁸⁷ Decreto de 1835.09.07 (Regulamento Geral da Instrução Primária).

⁸⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 52.

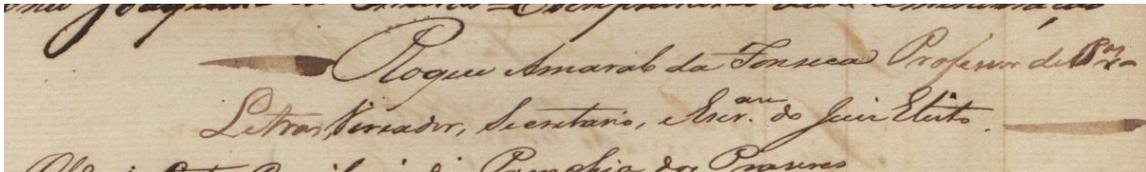
⁸⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 52.

⁹⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 52v.º.

⁹¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 52v.º.

de 24 de dezembro, da Secretaria Geral da Prefeitura da Madeira⁹², exercendo estas funções até ao final de janeiro de 1838⁹³. Além do ordenado pago pela tesouraria régia, este professor foi contemplado, como os restantes professores do «Encino Primário», com a gratificação de 20\$000 réis paga pela Câmara Municipal, conforme o decreto de 15 de novembro de 1836 e a portaria de 6 de dezembro de 1837⁹⁴.

Figura 4 – Assinatura do professor Roque Amaral da Fonseca (1836.10.03)

A close-up photograph of a handwritten signature in cursive script on aged, yellowed paper. The signature reads 'Roque Amaral da Fonseca' followed by 'Prof. do En. Prim.' and 'Letr. Honor. Sec. e Sec. do J. U. U.'. The ink is dark brown and the handwriting is fluid and characteristic of the 19th century.

Fonte: ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 146.

Este decreto de 1836 definia que a Instrução Primária compreendia «As Artes de lêr, de escrever, e de contar. A Civilidade, a Moral, e a Doutrina Christã. Principios de Grammatica Portuguesa. Breves noções de História, de Geografia, e da Constituição. O Desenho Linear. Exercicios Gymnasticos acomodados á idade». Qualquer indivíduo ou corporação poderia estabelecer uma escola, devendo participar o local da mesma ao administrador do concelho. Além das escolas estabelecidas, previam a criação de novas onde pudessem matricular-se cerca de 60 meninos. No que diz respeito ao provimento dos professores, era exigido que tivessem pelo menos 21 anos de idade, «Bom comportamento moral, politico, e religioso», não padecer de doença contagiosa, sendo providos por dois anos, ou de modo definitivo, conforme as capacidades dos candidatos apresentadas nos exames orais e por escrito. As aulas deveriam decorrer em casas públicas e nenhum professor podia dar aulas na «Casa que habitar com sua família, senão em quanto se lhe não poder apromptar um conveniente local publico», sendo a segunda alternativa a que dominou por exclusivo até à década de 1930, no concelho da Calheta. O ano letivo iniciava-se a 1 de outubro e terminava a 1 de agosto. Findado o ano letivo, os alunos eram examinados. A direção do Ensino Primário cabia, na Madeira, a um Conselho, denominado de Conselho Provincial de Instrução Pública. Ao nível municipal existia uma Comissão Inspetora da Instrução Primária composta pelo administrador do

⁹² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 53v.º (1835.01.02); ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fls. 34v.º (1838.01.27), 37 (1838.01.31); ABM, CMC, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fl. 122.

⁹³ ABM, CMC, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fl. 55.

⁹⁴ ABM, CMC, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fl. 122; Decreto de 1836.11.15, art.º 15; *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de setembro [...]*, 1837, p. 133.

concelho, um vogal da Câmara e um professor, que tinha a incumbência de visitar as escolas e examinar o cumprimento das leis⁹⁵.

Roque Amaral da Fonseca desempenhava vários cargos na Calheta como o de escrivão do judicial (1834, 1835)⁹⁶, vereador (eleito em outubro de 1835)⁹⁷; secretário da Câmara (1836)⁹⁸ e escrivão do juiz eleito⁹⁹. Num termo de juramento à «Constituição Política da Monarquia», datado de 3 de outubro de 1836, nos paços do concelho da vila da Calheta, assinou registando os cargos de «Professor de Pr[imeir]as Letras, vereador, secretário e escrivão do juiz eleito»¹⁰⁰.

Encontrando-se o lugar de professor de Ensino Primário da vila da Calheta vago, concorreu Miguel Luís Valério, sendo nomeado, por dois anos, a 30 de janeiro de 1838¹⁰¹. Em maio desse ano recebeu uma gratificação de 5\$000 réis, por parte da Câmara Municipal¹⁰², e em julho solicitou o pagamento adiantado dos restantes 15\$000 réis que haviam de ser pagos até ao final do ano, tendo-os pago a Câmara, embora não fosse já obrigada a fazê-lo, em virtude de ser «muito preciso comprar vários tercillos para a mesma Escolla accordarão que atendendo ao quanto elle Profeçor se interessa pela Educação da Mocidade, e os grandes Progreços que tem avido em tãm pouco tempo», sendo ainda expedidos 3\$000 réis para papel para a escola¹⁰³. Em virtude do «grande Numero de rapazes» que frequentavam as aulas, existindo alguns que os «pais não lhe podem dár penas, lapes, papel [e] tinta», o professor solicitou uma gratificação extraordinária de 20\$000 réis, para cobrir as despesas feitas a seu custo, o que foi aprovado pela Câmara a 6 de fevereiro de 1839, após autorização do Conselho de Distrito¹⁰⁴. No ano seguinte, além dos 20\$000 réis a que era obrigada a Câmara a pagar de gratificação ordinária¹⁰⁵, foi novamente

⁹⁵ *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de setembro [...], 1837*, pp. 131-136, Decreto de 1836.11.15. Em maio de 1851, a responsabilidade de visitar as escolas municipais da Calheta ficou incumbida ao escrivão da Câmara, Maurício Eduardo Cabral (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 126v.º (1851.05.27)).

⁹⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 53v.º.

⁹⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 104 (1835.10.25).

⁹⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 127.

⁹⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 146.

¹⁰⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 146.

¹⁰¹ ABM, CMC, L.º 115, fls. 7-7v.º; ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 12v.º (1839.12.30).

¹⁰² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fls. 58v.º (1838.01.27).

¹⁰³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 77v.º.

¹⁰⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fls. 103v.º, 127v.º; ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fls. 4v.º (1839.11.20), 12v.º (1839.12.30).

¹⁰⁵ Foram pagos 10\$000 réis, em outubro de 1840 (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 51v.º (1840.10.24)) e 10\$000 réis, em fevereiro de 1841, «cuja quantia he o restante» para este professor (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 66 (1841.02.10)).

paga esta gratificação extraordinária, após aprovação do Conselho de Distrito, sendo anotado nos materiais que também se destinavam para «pedras» de escrever, ou seja, para «papel, tinta, lápis, pedras, para todo e qualquer alunos que pobres seijão»¹⁰⁶.

Com a abertura de concurso para a cadeira de «Ensino Primário da Villa da Calheta», Salustiano Xavier Drumond Barros do Rego e Vasconcelos requereu a admissão e foi provido nas funções pelo tempo de um ano, por provisão de 17 de janeiro de 1840, do Conselho Provincial de Instrução Pública da Província da Madeira e Porto Santo¹⁰⁷. À semelhança do seu antecessor, além da gratificação obrigatória de 20\$000 réis, estabelecida por decreto de 15 de novembro de 1836, que a Câmara pagava para «papel, tinta, penas e tudo o mais que caresse os alunos pobres», solicitou outros 20\$000 réis por ter alguns alunos pobres que «não levam penas, papel e tinta»¹⁰⁸. A Câmara Municipal destacou o bom desempenho deste professor ao Governo Civil do Funchal, mencionando que «tem cumprido com os seus deveres athe mesmo dando Ferias, se pronfioa a incinar os alunos, que quizeraó continuar e que asim sempre diariamente o tem feito como a todos he notório bem como a esta Municipalidade»¹⁰⁹.

No ano seguinte, em 1841, a escola esteve a concurso, tendo José Joaquim Alves de Freitas, geralmente designado por José Joaquim de Freitas, submetido a candidatura. No «exame deu a aptidão e boas partes que nella concorrem para desempenho de as funções do Ensino publico», sendo provido por dois anos, por carta de 20 de janeiro de 1841¹¹⁰, e outra por igual período, de 31 de janeiro de 1843¹¹¹. Foi nomeado professor vitalício desta escola, por carta de 6 de maio de 1843¹¹². Nos anos seguintes, recebia o ordenado, segundo o decreto de 20 de

¹⁰⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 38 (1840.06.06). Este professor recebeu um livro para os assentos das determinações das reuniões da Comissão Inspetora das Escolas, tendo a Câmara Municipal solicitado que o entregasse, visto ter-se deslocado para o concelho da Ponta do Sol (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 92 (1841.05.10); ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 26 (1841.10.23)).

¹⁰⁷ ABM, CMC, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fls. 225-226; ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 18v.º.

¹⁰⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fls. 9v.º (1839.12.11), 28 (1840.03.28).

¹⁰⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 49v.º (1840.09.26).

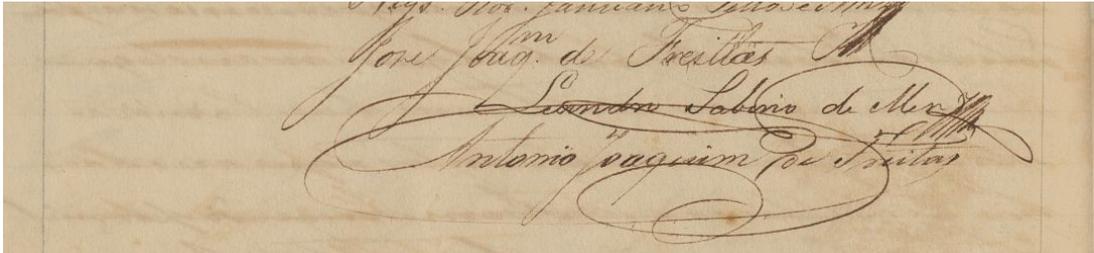
¹¹⁰ ABM, CMC, L.º 115, fls. 14-14v.º; ABM, CMC, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fls. 228-228v.º; ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 64v.º (1841.02.10).

¹¹¹ ABM, CMC, L.º 115, fls. 20v.º-21.

¹¹² ABM, CMC, L.º 115, fls. 21v.º-22.

setembro de 1844, no valor de 150\$000 réis anuais¹¹³, e a gratificação anual de 20\$000 réis, por parte da Câmara, paga em prestações trimestrais¹¹⁴.

Figura 5 – Assinaturas dos professores José Joaquim de Freitas, Leandro Sabino de Meneses e António Joaquim de Freitas (1841.05.29)



Fonte: ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 98v.º.

O art.º 9.º do decreto-lei de 20 de setembro de 1844 permitia às câmaras municipais, na inexistência de professor público de ensino primário numa freguesia, atribuírem gratificações ou ordenados aos párocos ou a outros indivíduos que possuíssem a «suficiente habilitação moral e literaria» para se encarregarem do ensino primário nessas localidades¹¹⁵. Em consonância com estas disposições, José Silvestre Ribeiro, governador da Madeira (1846-1852), observava que os párocos podiam desempenhar um papel relevante na instrução primária, pública, ajudando a «vencer a repugnância que muitos dos habitantes dos campos sentem ainda em mandar seus filhos ou subordinados ás escholas»¹¹⁶ e a «prestar grandes serviços á sociedade, encarregando-se do ensino primario n'aquelles pontos aonde ainda não chegou o beneficio da instrução». Os párocos, possuindo já «uma Congrua, leva-os a sua dedicação generosa a se contentarem com uma gratificação modesta»¹¹⁷. José Silvestre Ribeiro encorajava as famílias a enviarem as crianças à escola: «A todos os Paes de Familia, Tutores, e superiores rogo encarecidamente, que não se esqueçam de mandar ás Escholas seus filhos, pupilos, ou subordinados. Não grangeiem para os dias da velhice o remorso de haverem faltado com o alimento intelectual e moral ás creaturas a quem o devião!»¹¹⁸. Aos administradores dos concelhos, solicitava o

¹¹³ SILVA, 1845, *Collecção Official* [...], Decreto de 1844.09.28, art.º 23.

¹¹⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 92; L.º das atas das sessões, 1841-1843, fls. 28, 59v.º, 96, 112v.º; L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 7, 37v.º, 98, 114, 119; L.º das atas das sessões, 1844-1846, fls. 17v.º, 35, 105v.º, 142; L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 12, 32, 57, 127, 134; L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 133.

¹¹⁵ Decreto de 1844.09.20.

¹¹⁶ FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* [...], p. 204.

¹¹⁷ FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* [...], p. 196.

¹¹⁸ FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* [...], p. 103.

empenho dos vários agentes (câmaras municipais, párocos, professores, famílias) «para que as novas gerações saibam, em todas as classes e condições da sociedade, ler, escrever e contar, e se habilitem os filhos e netos dos que hoje figuram no teatro da vida a representar um papel brilhante, por efeito da cultura do espirito e do coração»¹¹⁹. Em 1847, este governador civil elaborou um regulamento para «servir de regulamento aos Profeçores do insino Primario deste Concelho, a cargo desta Municipalidade» da Calheta¹²⁰.

O professor José Joaquim, ocasionalmente, recebia verbas para a aquisição de materiais de uso diário com os alunos, como penas, tinta e papel (1\$500 réis em outubro de 1845)¹²¹. Em fevereiro de 1847, solicitou um pagamento de 30\$000 réis para «acudir e socorrer aos educandos»¹²² e uma gratificação «pela razão de não començar o seu trabalho o vencimento, que a Lei lhe estabelece-se», sendo acedido o pagamento de uma gratificação, paga uma só vez, no valor de 20\$000 réis, tendo em consideração «o Bom desempenho que tem prestado a obrigaçõs do Seo Magistério sujeitando-se ao encino de matérias que não sãm do incino Primario taes como os de rodimentos da língua latina»¹²³. As aulas decorriam na habitação do professor, pois a vereação camarária, na sessão de discussão e aprovação do orçamento do ano económico de 1857-1858, decorrida a 19 de dezembro de 1857, refere que da Escola Nacional, o «seu professor não exige aluguer da caza em que está estabelecida»¹²⁴.

Em 1860, José Joaquim de Freitas foi convidado pela Câmara Municipal para exercer vários cargos. Em março, foi proposto para o cargo de substituto de juiz ordinário, mas declinou a oferta, considerando «se tornar incompatível» com as funções de professor, o que foi aceite pela edilidade¹²⁵. Em maio desse ano, foi convidado para o cargo de depositário da Caixa dos Órfãos, que igualmente recusou, pois não poderia acumular essa função com as de professor e tesoureiro da Misericórdia da vila da Calheta, cargos que «lhe tirão todo o tempo»¹²⁶. Em maio de 1855, foi presente ao comissário dos estudos, um orçamento para mobiliário e utensílios para a escola, orçamentados pelo carpinteiro António Mendes, no valor

¹¹⁹ FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* [...], p. 188.

¹²⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 76, citando of. do Governador Civil, 4.ª repartição, L.º 2, of. 36 (1847.09.21).

¹²¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 127.

¹²² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 57.

¹²³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 66v.º.

¹²⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 13v.º.

¹²⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 137v.º.

¹²⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 169.

de 29\$900 réis. A Câmara decidiu aguardar, justificando a decisão pelo «estado de finanças» e pela necessidade de incluir essa despesa no orçamento¹²⁷. Em novembro de 1857, o mesmo professor voltou a insistir nesse apoio da Câmara Municipal, que então decidiu dar seguimento ao mesmo e restabelecer a gratificação de 20\$000 réis, considerando o número de alunos que frequentavam a escola e a pobreza de muitos deles¹²⁸.

Na parte final deste século, em 1867, a escola da Calheta foi mencionada num relatório do Governador Civil, Jacinto Perdigão, no qual destacou o facto de ser destinada ao ensino de alunos do sexo masculino, com a frequência de 30 alunos, e ser considerada de «*bem situada e com ótimo professor*»¹²⁹.

Em agosto de 1872, José Joaquim de Freitas solicitou à Câmara Municipal «uma gratificação pelo seu grande trabalho no desempenho de seu magistério pelo número acrescido de alunos que tem atualmente», pedido que foi atendido, tendo-lhe o município atribuído uma gratificação anual de 20\$000 réis, porque «a escola que rege o dito professor é a única que nas três freguesias da Calheta, Arco e Estreito que recebe alunos das mesmas freguesias, e que o ordenado é sobrio que tem não renunera os trabalhos os quais desempenha sem interrupção e com aproveitamento conhecido»¹³⁰. José Joaquim de Freitas era geralmente designado de professor régio ou professor de Ensino Primário. Excepcionalmente, em agosto de 1841, foi designado de «Professor do incino misto»¹³¹ e, a partir de outubro de 1846, por vezes, de «Profeçor da Escolla Nacional»¹³², indicando que se tratava de uma escola mantida pelo Estado.

José Joaquim de Freitas desempenhou as funções de professor na escola masculina da Calheta durante quase quatro décadas, até 1879-1880(?)¹³³, sendo assim o professor que mais tempo esteve no ativo neste concelho no século XIX. Este professor deve corresponder ao professor aposentado referido na vereação

¹²⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 87; L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 7.

¹²⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fls. 7, 13v.º-14 (1857.11.06, 1857.12.19).

¹²⁹ «Relatório do Governador Civil [...]», 1868, p. 20. Sobre a análise deste relatório ver SOUSA, 2021, «O Relatório da Visita do Governador [...]», pp. 291-348.

¹³⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 90.

¹³¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 16v.º.

¹³² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 32, 57, 98, 122v.º; L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 133; L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 45; L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 7.

¹³³ Na sessão de reunião da Câmara Municipal da Calheta, de 15 de março de 1879, Diogo César de Freitas, morador na Calheta, apresentou um conjunto de documentos, a fim de ser provido no cargo de apontador geral das obras de viação, entre os quais um «atestado do professor de ensino primário desta freguesia da Calheta, José Joaquim de Freitas, datado de 16 de abril de 1875 em que mostra o requerente saber ler, escrever e contar» (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 144).

da Câmara Municipal, de 17 de setembro de 1881, em que a edilidade revelava as dificuldades financeiras para sustentar as escolas «a cargo da camara com o pagamento de oito professores um do sexo feminino e 7 do masculino das 8 escolas creadas neste concelho, com mais o pagamento d'ordenado a um professor aposentado, casas para os professores, e casas para Escolas, é tão crescida a verba de despesa que os 15% que a lei authoriza sobre as contribuições geraes do estado não é suficiente»¹³⁴. Faleceu no dia 2 de setembro de 1886, com 67 anos, num quarto particular do hospital da Misericórdia do Funchal¹³⁵. Foi sepultado no cemitério das Angústias, no Funchal, e reconhecido pela imprensa regional como «um dos professores mais hábeis das freguesias ruraes»¹³⁶.

José Joaquim de Freitas, nascido a 19 de junho de 1819, na freguesia da Calheta, morador no Lombo da Estrela, «proprietário, professor de Instrução Primária», casou no Arco da Calheta, a 17 de fevereiro de 1868, aos 49 anos de idade, com Sofia Amélia de França, de 21 anos, natural da freguesia do Estreito da Calheta¹³⁷. Foram pais de oito filhos: José (1869.01.22); Jorge (1870.04.23); Manuel (1872.03.03); Francisco (1874.02.24); João (1877.05.16); José (1879.07.02); Júlio (1881.05.29); Maria (1885.06.23). Os filhos foram batizados na paróquia da Calheta e a filha, Maria, foi batizada, a 29 de abril de 1886, na paróquia de Santa Luzia, sendo nesta época residentes no Caminho da Torrinha, na freguesia de Santa Luzia¹³⁸.

Alguns dos filhos de José Joaquim de Freitas desempenharam papéis de relevo no país. Por exemplo, o filho mais velho, José Vicente de Freitas, foi professor, general, governador civil do Funchal (1915), ministro do Interior (agosto de 1927 a abril de 1928), presidente do Ministério de Portugal (18 de abril de 1928 a 8 de julho de 1929), presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1929 a 1935); Manuel dos Passos de Freitas foi advogado e músico fundador de uma tuna de bandolins (ativa entre 1906 e 1960) e do Orfeão Madeirense (apresentado em 1921 e em atividade na

¹³⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 69v.º (1881.09.17).

¹³⁵ «Fallecimento», 1886.09.03, in *DN*, p. 2; ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1887, fls. 12-12v.º.

¹³⁶ «Fallecimento», 1886.09.03, in *DN*, p. 2.

¹³⁷ José Joaquim de Freitas e Sofia Amélia eram parentes em 3.º e 4.º grau de consanguinidade. José Joaquim era filho do capitão-mor João José Alvares de Freitas, natural da freguesia da Calheta, e de D. Gerarda Angélica de Freitas, natural da freguesia do Porto Moniz, casados na Calheta a 23 de julho de 1815. Sofia Amélia era filha de Francisco Ladislau de França, natural da freguesia do Estreito da Calheta, e de D. Helena Margarida de França, natural da freguesia do Arco da Calheta (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º do ano de 1868, fls. 2v.º-3).

¹³⁸ ABM, *RP*, Calheta, Batismos, L.ºs de 1869, fls. 16-16v.º; 1870, fls. 29-19v.º; 1872, fls. 16-16v.º; 1874, fls. 21v.º-22; 1879, fls. 40-40v.º; 1881, fl. 33; 1877, fl. 32v.º; ABM, *RP*, Santa Luzia, Batismos, L.º de 1886, fl. 18.

atualidade); João Nepomuceno de Freitas foi médico e coronel; José Maria de Freitas foi coronel e governador civil e militar da Madeira (1928-1931)¹³⁹.

A viúva de José Joaquim de Freitas, Sofia Amélia de França, voltou a casar, a 27 de outubro de 1887, aos 41 anos, na paróquia da Calheta, com o então professor da escola masculina da Calheta, José de Ornelas Linhares de Sousa, de 25 anos, natural da Ponta do Pargo, filho de Eduardo Joaquim de Sousa Pestana, que também desempenhou as funções de professor, e de D. Gualdina de Ornelas Linhares de Sousa¹⁴⁰.

As restantes freguesias do concelho da Calheta ansiavam pela instalação de uma escola. A Junta de Paróquia da freguesia da Fajã da Ovelha, em fevereiro de 1838, solicitou à Câmara Municipal da Calheta que iniciasse deligências para a criação de uma escola «das Primeiras Letras» na freguesia, considerando a «grande falta de Iducação e em Breves dias não avera quem serva os Cargos Publicos, pela falta de pessoas que saibão lér e escrever»¹⁴¹. A Câmara Municipal entendeu solicitar um voto consultivo ao administrador do concelho, Manuel Justino Passalagua, concluindo, porém, que devido às limitações financeiras da Câmara, a Junta seria oportunamente atendida¹⁴². No ano seguinte, a Junta de Paróquia voltava a insistir na instalação da escola, a ser paga pelas rendas da Câmara¹⁴³. Apesar de reconhecer a justiça da medida, a Câmara alegou não ter rendas suficientes para cobrir os custos da escola, atribuindo a responsabilidade da sua criação ao Estado: «e que quando tenha lugar devera sér paga por o Estado, por quanto athe mesmo há um anno, que não tem vindo os Ceriaes, e pelo subsidio Letrario he que se devem proteger as primeiras letras»¹⁴⁴. A população pagava um imposto para este fim, mas as escolas continuavam a não ser implementadas nas suas freguesias.

Em março de 1838, era a vez da Junta de Paróquia do Arco da Calheta fazer pedido semelhante, acompanhado por uma representação de Leandro Sabino Telo de Meneses sobre a possibilidade da criação de uma aula de «incino Primario» nesta

¹³⁹ CLODE, 1983, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses sécs. XIX e XX*, pp. 206, 209, 210; FERNANDES, 2010, *General José Vicente de Freitas [...]*, pp. 47-100.

¹⁴⁰ ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1887, fls. 12-12v.º. José de Ornelas Linhares nasceu a 24 de setembro de 1862 (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1887, fls. 12-12v.º).

¹⁴¹ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 40v.º (1838.02.07).

¹⁴² ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 43v.º (1838.02.12).

¹⁴³ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 153v.º (1839.06.06).

¹⁴⁴ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 153v.º (1839.06.06).

freguesia¹⁴⁵. Após consulta ao administrador do concelho¹⁴⁶, também este pedido foi recusado à data.

A 20 de abril de 1839, o município da Calheta informava o governador civil da Madeira, José da Fonseca e Gouveia, que

«esta Municipalidade não tem lançado fintos, derramas, ou contribuições alguas sobre os habitantes de seu Concelho atendendo as circunstancias de pobreza em que se achão. Igualmente que esta Municipalidade não mandou fazer obras alguas Publicas, ou particulares em pontão, pontes, calssadas, nem criou Escollas, e menos estabelecimentos de Benificencia; e muito menos melhorou couza algua no Concelho desde a Restauração do Throno de Sua Magestade, ate trinta e hum de Dezembro ultimo, não por que se não tenha carecido de alguns concertos, bem como de se criar alguas Escollas, porem a falta de meios [...]»¹⁴⁷

não o permitiram.

A 18 de junho de 1839, através de um ofício do governador civil, José da Fonseca e Gouveia, 1.º Barão de Lordelo, foi autorizada a Câmara Municipal da Calheta a estabelecer uma escola de ensino primário na Fajã da Ovelha, «visto esta Camara querer»¹⁴⁸. Passados dois anos, «vários habitantes» da freguesia do Arco da Calheta reiteraram à Câmara Municipal o pedido de criação de uma «Escolla de primeiras letras» nesta freguesia, paga pelas rendas da Câmara¹⁴⁹. Em resposta, a edilidade submeteu o pedido ao Conselho de Distrito e, na sessão camarária de 17 de abril de 1841, juntamente com uma consulta ao Conselho do Município, deliberou o estabelecimento das escolas na Fajã da Ovelha e no Arco da Calheta, com a gratificação anual de 60\$000 réis para cada escola, paga trimestralmente¹⁵⁰. Foram lançados editais para que os proponentes se apresentassem na sessão de Câmara do dia 29 de maio¹⁵¹. Apresentou-se um opositor para cada uma: António Joaquim de Freitas, da Fajã da Ovelha, e Leandro Sabino de Menezes, do Arco da Calheta, com o intuito de lecionarem nas suas freguesias. Nesta sessão foram examinados pela comissão inspetora do ensino primário do município da Calheta, composta pelo vigário Florêncio Januário Telo de Menezes, o professor régio de Ensino Primário na vila da Calheta, José Joaquim de Freitas, e o vereador Francisco Ladislau de França.

¹⁴⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 49v.º (1838.03.10).

¹⁴⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 49v.º (1838.03.10).

¹⁴⁷ ABM, CMC, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fl. 216v.º.

¹⁴⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 82v.º (1841.04.17).

¹⁴⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 79v.º (1841.04.03).

¹⁵⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 85 (1841.04.28).

¹⁵¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 98 (1841.05.29).

No exame, «em tudo responderão com acerto»¹⁵², sendo-lhes emitidas cartas de Mestre/Professor de Ensino Primário.

Leandro Sabino Telo de Meneses, então secretário da Junta de Paróquia do Arco (1841)¹⁵³, recebia já ordenado da Câmara, por assento no Conselho Municipal. Com a sua nomeação, entrou em vacatura neste Conselho, sendo substituído pelo morgado António Bettencourt Perestrelo¹⁵⁴. Sendo parente do vigário Florêncio Januario Telo de Menezes, da comissão inspetora do ensino primário, este foi substituído pelo Vigário do Estreito da Calheta, Francisco de Sequeira¹⁵⁵.

Para incentivar a afluência escolar, a Câmara Municipal oficiou ao vigário da Fajã da Ovelha para que este «fassa ver aos seos parochianos, que o aprendere da primeiras letras na Aula que a camara ali tem criado, nada pagão nem seos pais por tal ensino»¹⁵⁶.

Em fevereiro de 1843, os lugares de professores destas duas escolas financiadas pela Câmara encontravam-se a concurso¹⁵⁷. No entanto, em maio desse ano foram encerradas porque «desde o dia vinte e nove do corrente não pode esta camara continuar a pagar lhes visto o seo estado de finanças mas quando de futuro possa tornara a estabelecer taes escolas, o que agora de forma alguma hade ser»¹⁵⁸. É de salientar que a aluvião que assolou a Madeira, a 23 de outubro de 1842, fez avultados estragos na vila da Calheta, destruindo, por exemplo, três casas e entulhando a ribeira¹⁵⁹. A situação obrigou à mudança do cartório da Câmara para a freguesia do Arco¹⁶⁰, pelo que nos meses seguintes a prioridade da Câmara não foi a Instrução Pública.

Apesar destas escolas se encontrarem oficialmente encerradas, o professor da escola do Arco da Calheta continuou no exercício das suas funções, «sujeitando-se», posteriormente a um vencimento de 50\$000 réis anuais¹⁶¹. Recebeu, por exemplo, 29\$430 réis em janeiro de 1844, relativos ao período de 30 de maio a 30 de dezembro de 1843, e em virtude de ter «comprido com seus deveres no adiantamento dos seus

¹⁵² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 98 (1841.05.29).

¹⁵³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 64v.º (1841.02.10).

¹⁵⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fls. 4 (1841.06.19), 10v.º (1841.07.17).

¹⁵⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 74 (1842.03.30).

¹⁵⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 16v.º (1841.08.14).

¹⁵⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 7 (1843.02.08).

¹⁵⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 36 (1843.05.22).

¹⁵⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 110-110v.º (1842.10.24).

¹⁶⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 59v.º (1843.09.16).

¹⁶¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fls. 20, 96, 103v.º; L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 4, 7, 13-13v.º.

alunos», continuou no desempenho de seu emprego¹⁶². Este professor continuou a receber este ordenado regularmente até 1853¹⁶³. Em novembro de 1846, o professor requereu um aumento de ordenado e, em agosto de 1853, queixou-se do atraso do pagamento e do «estado de miséria a que se acha reduzido», ressaltando a Câmara tratar-se da «falta de dinheiro que ha no cofre municipal»¹⁶⁴. Em agosto de 1851, este professor queixou-se «que um António João Fernandes da mesma freguesia home[m] que pouco sabe lhe tem usurpado seos alunos insinuando lhes contra o direito estabelecidos nas escolas», solicitando que a Câmara Municipal tomasse as medidas necessárias para «que os mesmos alunos tornar-se para sua escola»¹⁶⁵.

De forma similar, o professor da Fajã da Ovelha, em março de 1844, recebeu 20\$330 réis, pelo seu trabalho de cinco meses, à base de 50\$000 réis anuais¹⁶⁶, tendo no mês seguinte assumido as funções de zelador da Câmara Municipal¹⁶⁷.

A «Escala das primeiras letras da Fajã da Ovelha» voltou a abrir através da Câmara Municipal, que anunciou aos interessados para estarem presentes na sessão camarária de 4 de março de 1844, a fim de serem examinados pelo professor régio da Calheta, José Joaquim de Freitas¹⁶⁸. Marcou presença António Manuel da Silva, morador na freguesia da Fajã da Ovelha, sendo aprovado, por ser «muito capaz já por que em seos estudos são suficientes não só para ensinar as primeiras letras como latim, e Frances»¹⁶⁹. Recebeu carta de professor desta escola, pelo tempo de dois anos, auferindo um ordenado anual de 50\$000 réis¹⁷⁰, mas renunciou às funções em finais de outubro de 1844¹⁷¹.

¹⁶² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 90 (1844.01.18).

¹⁶³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 74.v.º, 76v.º, 104v.º-105, 114, 129; L.º das atas das sessões, 1844-1846, fls. 35, 41v.º, 66, 75v.º, 84v.º, 105v.º, 130v.º; L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 22, 26, 33v.º, 62v.º, 95, 117, 131v.º, 141v.º; L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 5v.º. Em agosto de 1846 foi-lhe pago 4\$000 réis para «papel tinta pena, papelão e dois cadernos» (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 26).

¹⁶⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 41 (1846.11.09); L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 1 (1853.08.13).

¹⁶⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 140 (1851.08.06).

¹⁶⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 73v.º, 76v.º, 92, 102. Este professor recebeu o ordenado anual de 60\$000 réis até janeiro de 1843 (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fls. 4, 31v.º, 123; L.º 1843-1844, fl. 5v.º).

¹⁶⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 114. António Joaquim de Freitas, em 1842, pelo menos, desempenhava o cargo de escrivão do juiz do judicial na freguesia da Fajã da Ovelha (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 122v.º).

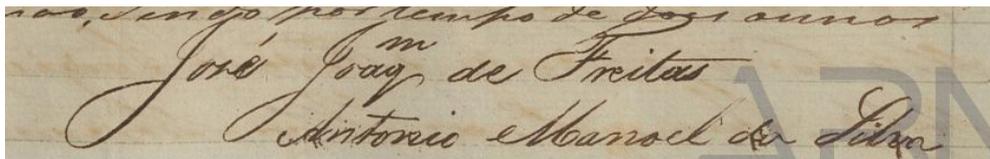
¹⁶⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 99v.º (1844.02.26).

¹⁶⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 101 (1844.03.04).

¹⁷⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 101 (1844.03.04); L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 35 (1844.12.04).

¹⁷¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 17.

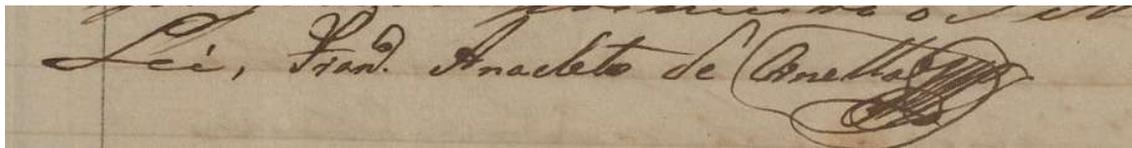
Figura 6 – Assinaturas dos professores José Joaquim de Freitas e António Manuel da Silva (1844.03.04)

A photograph of a handwritten document showing two signatures in cursive ink. The first signature is 'José Joaquim de Freitas' and the second is 'António Manuel da Silva'. The text above the signatures is partially visible and reads '...no tempo de dois annos'.

Fonte: ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 101.

A 14 de novembro de 1844, Francisco Anacleto de Ornelas foi provido professor interino após ser admitido em exame, no qual lhe fizeram «varias perguntas tanto em escrever como nas contas e lér a tudo respondeo com acerto». Recebeu carta de professor pelo tempo de dois anos, com o ordenado anual de 50\$000 réis, pago em mensalidades de 4\$156 réis¹⁷² até setembro de 1846¹⁷³. Francisco Anacleto de Ornelas havia exercido cargos locais como o de escrivão do juiz pedâneo da freguesia da Fajã da Ovelha (1833)¹⁷⁴ e integrou o Conselho do Município (1841)¹⁷⁵. Passou a exercer na escola, interinamente, Domingos João dos Santos, que servia na freguesia as funções de apontador dos Caminhos Vicinais¹⁷⁶.

Figura 7 – Assinatura do professor Francisco Anacleto de Ornelas (1844.12.02)

A photograph of a handwritten document showing a signature in cursive ink. The signature reads 'Francisco Anacleto de Ornelas'. The text above the signature is partially visible and reads 'Lei, Fran. Anacleto de Ornelas'.

Fonte: ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 33.

A Câmara Municipal colocou a concurso o lugar de professor da escola da Fajã da Ovelha, em fevereiro de 1847, pelo período de 60 dias¹⁷⁷, voltando a ser exercido por António Manuel da Silva que também desempenhava as funções de «Cirurgião do Partido», ou seja, funções médicas. Por este motivo alegava que não podia exercer a função de professor, tendo encarregado o cura da freguesia, Manuel Joaquim de Gouveia, para o substituir a partir de 1 de maio de 1847, o que foi aprovado pela

¹⁷² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 33 (1844.12.02).

¹⁷³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fls. 42, 46, 65, 84v.º-85, 105v.º, 141v.º; L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 12, 26v.º, 33v.º, 35v.º.

¹⁷⁴ ABM, CMC, L.º de vereações, 1831-1834, fl. 110.

¹⁷⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 85.

¹⁷⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 120v.º-121 (1851.05.03).

¹⁷⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 54 (1847.02.17).

Câmara Municipal¹⁷⁸. A Câmara Municipal passou-lhe carta de professor desta escola¹⁷⁹, recebendo o mesmo ordenado que os anteriores¹⁸⁰ até 25 de setembro de 1848, data em que participou à Câmara Municipal que não podia continuar no mesmo emprego¹⁸¹. A Câmara abriu concurso para a mesma escola, pelo prazo de um mês, sendo condições para os candidatos os conhecimentos em «1.º Sabendo lér escrever e contar Segundo arthematica e Thografia 3.º Gramatica Portugueza ou Latina»¹⁸². Como se constata, os professores eram selecionados por entre os poucos residentes na freguesia que tinham alguma formação ou sabiam ler e escrever.

Encontrando-se vaga a escola da Fajã da Ovelha, um grupo de moradores da freguesia do Estreito da Calheta¹⁸³, em março de 1849, requereu à Câmara Municipal a transferência desta escola para a freguesia do Estreito, a fim de «ali serem educadas as crianças que se achão já capazes de serem educadas pela dificuldade que há no tempo dos invernos, e muito chuvosos virem [à escola d]a Calheta»¹⁸⁴. O grupo propunha o seminarista Manuel Joaquim de Faria para professor interino, por considerar que possuía «instrução suficiente» para exercer a função. A edilidade aprovou a transferência, com a ressalva de restabelecê-la na Fajã da Ovelha assim que fosse possível encontrar alguém «com as qualidades que a Lei exhige»¹⁸⁵. No arrendamento da casa para servir de escola foram aplicados 16\$000 réis e para ajuda do custeamento da mesma foi diminuído o ordenado do Cirurgião do Partido em 20\$000 réis, passando a receber 60\$000 réis¹⁸⁶. A «Escolla Municipal do Estreito» foi ministrada por Manuel Joaquim de Faria, até setembro de 1851. Neste mês, ausentou-se para o Funchal, pedindo a sua substituição, «até regressar», pelo cura da freguesia, Manuel Joaquim de Sousa Serrão Farinha, «por ser muito capaz», pedido aprovado pela Câmara Municipal, sendo o lugar de professor desta escola colocado

¹⁷⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 68v.º, 75.

¹⁷⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 75.

¹⁸⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 75v.º (1847.09.06).

¹⁸¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 119 (1848.11.15).

¹⁸² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 119 (1848.11.15).

¹⁸³ O grupo de moradores era composto por: vigário José Francisco de Sequeira, cura Manoel Rodrigues Correia, António João de França Andrade, Francisco Ladislau de França, António João de França Andrade Júnior, António Manoel da Silva, Francisco Carvalhal de França, Luís de Ornelas e António Afonso (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 131 (1849.03.02)).

¹⁸⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 131 (1849.03.02).

¹⁸⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 131 (1849.03.02).

¹⁸⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 1, 16v.º (1849.08.27, 1849.12.17).

a concurso¹⁸⁷. Em maio de 1851, Manuel Joaquim de Faria reclamou da diminuição do ordenado e em junho, João Henriques Nunes assumiu a escola por um mês, com um ordenado de 3\$333 réis¹⁸⁸.

Na área do atual concelho da Calheta, na década de 1840, foi implementada a quarta escola oficial de instrução primária, na freguesia da Ponta do Pargo, à data pertencente ao município do Porto Moniz. Com a instalação do município do Porto Moniz, a 31 de outubro de 1835, a freguesia da Ponta do Pargo passou a estar sob a sua jurisdição, onde permaneceu até 26 de junho de 1871, data em que foi reincorporada no município da Calheta, mantendo-se assim até à atualidade. Nos períodos em que o município do Porto Moniz foi extinto, entre 27 de novembro de 1849 e 24 de novembro de 1855 e entre 26 de junho de 1867 e 10 de janeiro de 1868, a Ponta do Pargo voltou a pertencer ao concelho da Calheta¹⁸⁹. Nesse período, de 1835 a 1871, a Ponta do Pargo era a freguesia mais populosa e rica do concelho do Porto Moniz, e a sua distância do centro da vila levou à manutenção de uma escola local. A dificuldade na mobilidade, tanto por mar como por terra, para chegar ao centro da vila do Porto Moniz, intensificou a reivindicação dos habitantes da Ponta do Pargo para a integração no concelho da Calheta, em 1871.

Os elementos da vereação da Câmara Municipal do Porto Moniz, a 31 de janeiro de 1844, solicitaram ao governador civil da Madeira o estabelecimento de uma «Escolla de Primeiras letras» na Ponta do Pargo, com a gratificação ao professor de 72\$000 réis anuais. A solicitação foi aprovada e Manuel Joaquim de Sousa Rodrigues foi nomeado por ofício de 21 de março¹⁹⁰, iniciando funções a 15 de abril¹⁹¹. O professor recebeu os ordenados em prestações, que variavam entre 1, 2, 3, 4, 5, 6 ou 11 meses¹⁹². Em novembro de 1848, solicitou à Câmara autorização para se ausentar para o Funchal, pedido que lhe foi concedido, ficando a escola «encarregada a pessoa de sua confiança»¹⁹³. O professor, aquando da solicitação

¹⁸⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 150v.º (1851.09.27).

¹⁸⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 119v.º, 129, 177v.º (1851.05.03, 1851.05.27, 1852.06.15).

¹⁸⁹ RIBEIRO, 1996, *Porto do Moniz – subsídios* [...], p. 67; VIEIRA, 2018, «Porto Moniz»; *Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1871, 1872, DG de 1871.07.06*, n.º 184.

¹⁹⁰ ABM, CMPM, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fls. 59 (1844.01.31), 64 (1844.03.30); of. do GC de 1844.03.21).

¹⁹¹ ABM, CMPM, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fl. 66v.º (1844.05.11); L.º de vereações de 1856-1860, fl. 188 (1859.09.15).

¹⁹² ABM, CMPM, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fls. 67v.º (1844.05.25), 73v.º (1844.08.20), 105 (1845.06.07), 107 (1845.06.21), 110 (1844.07.12), 125 (1846.02.28), 129 (1846.05.02), 138 (1846.11.07), 145 (1847.03.13), 153 (1848.02.09).

¹⁹³ ABM, CMPM, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fl. 161 (1848.11.14).

do pagamento de uma dívida sobre o exercício de funções nesta escola, refere que exerceu nesta escola «sem interrupção», de 15 de abril de 1844 até 1849, «quando o concelho foi extinto»¹⁹⁴, ou seja, até novembro de 1849.

Perante as dificuldades financeiras enfrentadas pelo município do Porto Moniz no final da década de 1840, e com o objetivo de restaurar o seu equilíbrio financeiro, o administrador do concelho, Luís José Vicente Teixeira, propôs, em fevereiro de 1849, o corte de despesas e a diminuição dos ordenados dos empregados municipais. Propôs para esta escola, a única municipal do concelho, o vencimento anual de 57\$600 réis para o professor candidato, «havendo pessoa que devidamente habilitada pelo Conselho de Lyceu, [...] mostrando que possa reunir de quinze a vinte alunos pelo menos»¹⁹⁵. Refira-se que neste concelho, além desta escola da Ponta do Pargo, encontrava-se aberta a escola régia na vila, de ensino primário, para crianças do sexo masculino, ministrada pelo professor régio José Bernardino de Brito, que recebia a gratificação anual de 20\$000 réis¹⁹⁶.

No período em que o município do Porto Moniz foi extinto, entre 1849 e 1855, a Câmara Municipal da Calheta teve a seu cargo o pagamento dos professores desse município, como ocorreu, em agosto de 1853, com o pagamento de uma dívida, de 18\$498 réis, ao professor José Bernardino de Brito e,¹⁹⁷ de 6\$000 réis, a Manuel Joaquim de Sousa Rodrigues, da mesma escola¹⁹⁸. Manuel Joaquim Rodrigues, em agosto de 1858 e setembro de 1859, reclamava, ainda, ao Conselho de Distrito e à Câmara Municipal do Porto Moniz mais de 30\$000 réis do vencimento que lhe era devido do tempo como professor desta escola¹⁹⁹. A Câmara Municipal do Porto Moniz remeteu esta dívida para a Câmara Municipal de São Vicente que, ao assumir a gestão do território do Porto Moniz após a supressão da primeira, havia ficado com alguns materiais, os quais foram vendidos em hasta pública. Propôs, assim, que o lucro obtido com a venda fosse utilizado para saldar a dívida agora solicitada, acrescentando uma observação pouco abonatória à atuação deste professor: «mal empregado foi o dinheiro que a camara extincta lhe pagou, pois que de tal dinheiro

¹⁹⁴ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 187v.º (1859.09.15).

¹⁹⁵ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fl. 165v.º (1849.02.03).

¹⁹⁶ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fls. 8-8v.º.

¹⁹⁷ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fls. 1-1v.º (1853.08.13).

¹⁹⁸ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 12v.º (1853.11.23).

¹⁹⁹ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fls. 136v.º (1858.08.12), 187v.º-188 (1859.09.15). O professor Manuel Joaquim Rodrigues, em novembro de 1857, solicitou à Câmara da Calheta uma certidão em que constasse o valor em dívida por parte da extinta Câmara do Porto Moniz (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 7 (1857.11.06)).

nenhum resultado profícuo perveio á sociedade, visto que do ensino daquele Professor não aprovou hum só aluno que saiba ler húa carta, nem assignar seu nome»²⁰⁰.

O governador do distrito do Funchal, José Silvestre Ribeiro (1846-1852), solicitou às câmaras municipais, administradores de concelho, juntas e regedores de paróquia e à população a coadjuvação no levantamento das necessidades mais urgentes do Distrito do Funchal²⁰¹. O governador propunha que «Em todas as Freguesias do Districto deve haver uma Eschola d'Ensino Primario»²⁰² e, a 14 de junho de 1850, alertava a Câmara Municipal da Calheta para «o quanto é percizo avér» uma escola de primeiras letras na Ponta do Pargo. O cura desta freguesia, Agostinho António Nunes Jardim, ofereceu-se para ensinar na mesma, por 30\$000 réis anuais²⁰³, no que a Câmara concordou «emediatamente» oficiando o cura «sem demora»²⁰⁴, face ao valor da proposta. Como o cura não possuía casa na Ponta do Pargo, propôs que a escola municipal funcionasse no espaço por cima da sacristia da igreja paroquial de São Pedro, pertencente à confraria do Santíssimo Sacramento, sendo pedida autorização ao vigário da igreja, Manuel Alberto Mendes, para o seu empréstimo, juntamente com alguns bancos, nos dias que não fossem necessários para o serviço da igreja²⁰⁵. Não foi possível a dispensa do espaço, por parte do vigário²⁰⁶, sendo aberta a escola noutro espaço, pelo menos, a partir de finais de 1850. O governador civil da Madeira, em dezembro de 1850, orgulhava-se de que «aproveitando a generosa dedicação das Camaras e Parochos respectivos» já havia estabelecido nove escolas de ensino primário na Madeira, em zonas distanciadas do Funchal e das principais vilas sendo uma delas a da Ponta do Pargo. As outras foram nas freguesias do Curral das Freiras, Santo António da Serra, Gaula, Camacha, Seixal, Serra de Água, Quinta Grande e Boaventura²⁰⁷.

Após a saída de Agostinho António Nunes, a escola da Ponta do Pargo ficou sem professor até janeiro de 1851, quando Gerardo António de França Bettencourt

²⁰⁰ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 163 (1859.03.17).

²⁰¹ FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* [...], p. 98.

²⁰² FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* [...], p. 102.

²⁰³ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 56v.º (1850.06.17); ABM, *GC*, L.º 136, fls. 130-130v.º (1850.06.20).

²⁰⁴ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 56v.º (1850.06.17).

²⁰⁵ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 58 (1850.06.28).

²⁰⁶ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 66 (1850.07.31).

²⁰⁷ BLANC *et al.*, 1851, *Brevissima resenha de alguns dos serviços* [...], p. 11. FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* [...], p. 102.

foi convidado a lecionar interinamente²⁰⁸. Exerceu funções até setembro-outubro de 1852, quando a Câmara colocou esta escola a concurso, após solicitação de Eduardo Joaquim de Sousa Pestana, natural desta freguesia, que mostrou interesse em concorrer²⁰⁹. Eduardo Pestana foi admitido ao lugar, reclamando da decisão o anterior professor, visto ter sido preterido e o novo nomeado não ter satisfeito as condições estipuladas na lei de 20 de setembro de 1844. A Câmara resolveu dar um prazo de 30 dias para o novo professor satisfazer o pedido ou, em caso contrário, seria excluído²¹⁰.

A escola da Ponta do Pargo foi extinta, tal como as restantes escolas municipais do concelho da Calheta, como referido em novembro de 1855²¹¹.

Na continuidade da intenção de expandir a rede escolar, o governador civil da Madeira, a 14 de fevereiro de 1851, oficiou a Câmara Municipal da Calheta sobre a necessidade de estabelecer uma Escola de Primeiras Letras no Paul do Mar, para o ensino das crianças desta freguesia e da freguesia do Jardim do Mar²¹². A Câmara, por sua vez, oficiou ao vigário do Paul do Mar, Francisco Plácido da Silva, a fim de averiguar se este se sujeitava ao ensino primário para as crianças das duas freguesias «por uma gratificação modica conforme as circunstancias actuaes desta Camara»²¹³. A ausência de menções posteriores a esta escola, na documentação camarária, sugere que o vigário não aceitou a proposta e, somente em 1863 a necessidade de instalar a escola foi retomada²¹⁴.

Um decreto de 20 de dezembro de 1850 regulamentou que as aulas de instrução primária deveriam ser realizadas em edifícios públicos ou, na falta destes, nas habitações dos professores ou outras casas particulares. Os espaços destinados ao ensino deveriam ser centrais, adequados para o número de alunos, com separação para ambos os sexos, e que estivessem em condições decentes e

²⁰⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 105 (1851.01.13). Gerardo António de França desempenhava o cargo de juiz eleito da Ponta do Pargo (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 166v.º (1852.02.12)).

²⁰⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 196 (1852.09.16). Eduardo Joaquim de Sousa Pestana solicitou o lugar da escola da Ponta do Pargo ao governador civil (of. datado de 1852.08.24, registado no L.º 2, of. 339, citado em ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 193v.º (1852.09.09)).

²¹⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 213 (1852.11.20).

²¹¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 108v.º (ata de discussão do orçamento, 1855.11.14).

²¹² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 107 (1851.02.20) referindo o of. 234, do L.º 2 do Governo Civil do Funchal.

²¹³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 107 (1851.02.20).

²¹⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 9v.º (1863.10.03).

providos da mobília indispensável²¹⁵. O art.º 2 deste decreto regulamentava que os reparos na «casa pública da Escola», as despesas com a mobília e o custeamento indispensável para o exercício escolar ficavam a cargo das câmaras, sendo pagas pelos rendimentos municipais ou das juntas de paróquia, sendo abonadas pelo Conselho de Distrito²¹⁶. Este decreto também regulamentava os horários das aulas, faltas dos professores, a disciplina dos alunos, a educação moral e religiosa, os conteúdos a lecionar, prémios e castigos. Em outubro de 1852, o professor da escola do Estreito da Calheta solicitava à Câmara a casa e mobília «para acomodação dos alunos», em virtude deste decreto²¹⁷.

A primeira solicitação para implementar uma escola oficial para as crianças do sexo feminino, no concelho da Calheta, foi presente à Câmara Municipal por Maria Isabel Moniz de Meneses, pretendendo instalá-la na freguesia do Paul do Mar, em 1852. A Câmara considerava útil a «educação da mocid[ad]e», no entanto, não era deferível, por ora, tal implementação, por falta de meios financeiros²¹⁸.

Em agosto de 1854, durante a discussão e aprovação do orçamento municipal da Calheta, esta edilidade destinou 30\$000 réis a cada um dos três professores municipais (Arco da Calheta, Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo), sem dotar verbas para a escola do Estreito da Calheta, nem qualquer gratificação para custeio da escola nacional²¹⁹.

O Governo Central, em setembro de 1854, autorizou a abertura de créditos suplementares «a favor da Instrução Primária» para a criação de escolas nas freguesias onde eram mais carecidas. A Câmara Municipal da Calheta, tendo estabelecidas as escolas municipais nas freguesias do Arco, Estreito e Ponta do Pargo, havia suprimido a da Fajã da Ovelha pelo «estado de finanças» da municipalidade. Porém agora, «ancioza pela instrução pública», e com a possibilidade de se abrirem mais escolas, a Câmara solicitou a abertura da escola da Fajã da Ovelha e alertou para a necessidade da abertura de uma escola para meninas na «cabeça do Concelho», a freguesia da Calheta²²⁰. Por outro lado, também solicitou um aumento na gratificação aos professores, pois à data a Câmara, devido às suas condições financeiras, derivadas da diminuição das receitas provenientes das rendas, havia

²¹⁵ VASCONCELOS, 1851, *Collecção oficial da Legislação Portuguesa – 1850*, pp. 897-903, Decreto de 1850.12.20.

²¹⁶ VASCONCELOS, 1851, *Collecção oficial da Legislação Portuguesa – 1850*, p. 897, Decreto de 1850.12.20.

²¹⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 199v.º (1852.10.07).

²¹⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 206 (1852.10.23).

²¹⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 60v.º (1854.08.09).

²²⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 65v.º (1854.09.18).

optado por reduzir as gratificações dos três professores municipais para 30\$000 réis. A Câmara temia que, com esse valor, não surgissem interessados em assumir funções nas escolas²²¹. A falta de receitas do município para custear as despesas fez com que os professores abandonassem as escolas municipais da Calheta e «que não tinha até ao presente concorrido pretendentes», como referido, em novembro de 1855, aquando da discussão do orçamento municipal para o ano de 1856²²². Do ensino oficial ficara, apenas, aberta a Escola Régia da vila da Calheta.

No sentido da reabertura das escolas, a Junta Geral do Funchal e o comissário dos estudos deste distrito solicitaram ao Ministério dos Negócios do Reino a criação de diversas escolas, incluindo uma para as crianças do sexo masculino na freguesia da Ponta do Pargo, autorizada por decreto de 7 de maio de 1856²²³. Esta escola, como as restantes, foi «imediatamente» posta a concurso, conforme as determinações legais. Segundo o comissário dos estudos da Madeira, Marceliano Ribeiro de Mendonça, em ofício de 18 de setembro, não tendo aparecido candidato à mesma, D. Maria Amélia, desta freguesia, através de requerimento assinado pelos párocos e alguns proprietários da freguesia, solicitou que lhe fosse deferido este lugar, visto já ter uma escola particular nesta freguesia, para o ensino de meninas, comprometendo-se a ensinar os meninos de manhã e as meninas à tarde²²⁴. O comissário de estudos solicitou a opinião e aprovação da Câmara Municipal do Porto Moniz, das condições apresentadas por D. Maria Amélia, informando a edilidade que na sessão de vereação, de 3 de outubro de 1856, Eduardo Joaquim de Sousa Pestana apresentou um requerimento em que pretendia o lugar da escola, que havia de ser enviado ao comissário dos estudos, juntamente com o atestado de conduta, levando a Câmara a considerar «ser desnecessária a sua opinião» sobre a pretensão de D. Maria Amélia²²⁵. A escola não foi de imediato implementada e, em outubro de 1857, a Câmara Municipal do Porto Moniz indicava que no concelho existia unicamente uma escola de ensino primário, a escola régia na vila²²⁶.

²²¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 65v.º (1854.09.18).

²²² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 108v.º (ata de discussão do orçamento, de 1855.11.14).

²²³ Decreto de 1856.05.07, do Ministério dos Negócios do Reino, 1.ª Direção, 1.ª Repartição. Este decreto implementou escolas masculinas nas freguesias de: Gaula, Caniço, Camacha, Porto da Cruz, S. Jorge, Boaventura, Fajã da Ovelha, Ribeira Brava, Serra de Água, Tabua e Canhas.

²²⁴ ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fls. 31-31v.º (1856.10.03).

²²⁵ ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 31v.º (1856.10.03). Eduardo Joaquim Pestana desempenhava cargos do poder local como, em 1859, o de juiz eleito desta freguesia; em 1861, de guarda do cemitério e de escrivão do juiz eleito (ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 163 (1859.03.17); L.º de vereações de 1860-1871, fls. 41, 58v.º (1861.04.12 e 1861.11.20)).

²²⁶ ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 92v.º (1857.10.07).

A 11 de maio de 1858, a escola de ensino primário da Ponta do Pargo reabriu, sob a orientação do professor interino Alípio Augusto Ferreira, nomeado pelo comissário dos estudos do distrito do Funchal²²⁷. Para o funcionamento da escola, a Câmara Municipal arbitrou 5\$000 réis para a aquisição de um mesão e bancos²²⁸. Neste mês entrava em funcionamento a escola para meninas na vila do Porto Moniz, tendo como responsável a professora D. Henriqueta Espinosa Viana²²⁹. O professor Alípio recebia o pagamento trimestral de 5\$000 réis²³⁰, ou seja, uma gratificação anual de 20\$000 réis, como os restantes professores régios, já que esta escola da Ponta do Pargo era uma Escola Régia. Este professor recebeu o seu vencimento até 10 de julho de 1859²³¹.

A 11 de julho desse ano, Filipe Rodrigues Jardim assumiu as funções de professor régio na escola²³², usufruindo a mesma remuneração que o anterior²³³. Filipe Jardim acumulou, pelo menos em 1860-1861, o cargo de regedor nesta freguesia²³⁴, tendo sido também nomeado juiz de paz efetivo e 1.º substituto do juiz eleito. Porém, não pôde aceitar estas funções por desempenhar o cargo régio de professor²³⁵. Esteve em exercício nesta escola até, pelo menos, finais de novembro de 1862²³⁶. A 13 de julho de 1865, tomou posse como professor municipal na abertura da nova escola de ensino primário da freguesia do Seixal²³⁷, cargo pelo qual já havia mostrado interesse desde outubro de 1858, quando solicitou informações à Câmara Municipal do Porto Moniz sobre as «matérias que se devem ensinar na Eschola que a camara pertende estabelecer na dita freguesia» do Seixal²³⁸.

É de salientar que, na sessão da Junta Geral de 12 de junho de 1862, os procuradores da Junta Geral do Distrito do Funchal propuseram a criação de várias escolas. O procurador Dr. João Barbosa de Matos e Câmara, proprietário no Porto Moniz e Arco da Calheta, sugeriu a criação de três escolas nos concelhos do Porto Moniz, S. Vicente e na Calheta (freguesia do Arco da Calheta). O procurador Manuel Joaquim

²²⁷ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 125 (1858.05.20).

²²⁸ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 137v.º (1858.09.02).

²²⁹ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 124v.º (1858.05.20).

²³⁰ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fls. 148v.º (1858.11.26), 160v.º (1859.01.17).

²³¹ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 182v.º (1859.07.25).

²³² ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 182v.º (1859.07.25).

²³³ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 202 (1859.12.27).

²³⁴ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fls. 7 (1860.07.27), 26 (1861.01.19), 38v.º (1861.04.12).

²³⁵ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 74 (1862.02.08).

²³⁶ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 101 (1862.11.29).

²³⁷ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 158 (1865.07.20).

²³⁸ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 143 (1858.10.17).

de Gouveia propôs a criação de uma escola na Ponta do Pargo «por ser uma freguesia muito extensa»²³⁹, o que demonstra que esta escola voltou a ficar inativa. A escola da Ponta do Pargo seria reaberta e, em setembro de 1866, juntamente com as outras escolas do concelho do Porto Moniz, receberam 150 exemplares de uma cartilha sobre a redução do sistema de pesos e medidas do «antigo para o moderno»²⁴⁰.

Segundo o relatório do governador civil da Madeira, de 1867, a escola régia da Ponta do Pargo estava em «condições regulares» e era frequentada por 37 crianças do sexo masculino, tendo à data, a freguesia, uma população de 2006 almas²⁴¹, ou seja, maiores de 7 anos. Já na visita à escola, por parte do inspetor das escolas do 3.º círculo, do Funchal, em outubro de 1867, este apontou que aquela escola era «insuficiente para a população educanda que deve concorrer a ella; que esta mesma escola não tem mobília própria», tendo-se comprometido a Câmara do Porto Moniz a fornecer o mobiliário²⁴².

Na sessão de vereação da Câmara Municipal do Porto Moniz, realizada na presença dos professores José Bernardino de Brito, Filipe Rodrigues Jardim e Felisberto Augusto de Gouveia, foi lido um ofício do governador civil, datado de 8 de novembro de 1866, propondo a criação de escolas noturnas²⁴³. Tendo em conta que o primeiro professor estava em exercício na escola régia, do sexo masculino, da vila; o segundo na escola do Seixal; estava em atividade na escola da Ponta do Pargo o professor Felisberto Augusto de Gouveia, que anteriormente, em 1862, foi professor na escola da Fajã da Ovelha.

O decreto de 7 de maio de 1856 também criou uma escola para as crianças do sexo masculino na freguesia da Fajã da Ovelha²⁴⁴, tendo sido instalada nos anos seguintes. Em agosto de 1860, o professor desta escola, Bento João Perestrelo de França, solicitou 18\$000 réis para pagamento da renda da casa e dos móveis da escola. A Câmara Municipal da Calheta deliberou colocar o valor em orçamento suplementar²⁴⁵. Em outubro e dezembro desse ano e em janeiro de 1861 o mesmo professor solicitou à Câmara o pagamento das gratificações para custeamento da

²³⁹ ABM, GC, L.º 571, fls. 214v.º-215v.º.

²⁴⁰ ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 174v.º (1866.09.10).

²⁴¹ «Relatório do Governador Civil [...]», 1868, p. 25.

²⁴² ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fls. 192-192v.º (1867.10.07).

²⁴³ ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 179 (1867.01.19).

²⁴⁴ Decreto de 1856.05.07, do Ministério dos Negócios do Reino, 1.ª Direcção, 1.ª Repartição.

²⁴⁵ ABM, CMC, L.º de vereações de 1857-1860, fl. 188v.º (1860.08.04); ABM, CMC, L.º de vereações de 1860-1867, fl. 15 (1860.10.20).

escola, respetivamente, nos valores de 5\$000 e 15\$000 réis, sendo deliberado que estes valores só seriam pagos depois de incluídos em orçamento municipal e, em setembro, respondeu a Câmara que «logo seja possível será entregue as ditas verbas [arrendamento da casa]; bem como da sua gratificação»²⁴⁶. Tal situação levou o professor a pedir a demissão ao comissário dos estudos da Madeira, em fevereiro de 1862, informando à Câmara que a mobília (uma mesa e um banco²⁴⁷) permanecia na casa que servia de escola, sob a guarda do cônego António Homem de Gouveia²⁴⁸. A Câmara comprometeu-se a enviar os valores devidos²⁴⁹.

Sucedeu o professor Felisberto Augusto de Gouveia que apresentou a sua carta, passada pelo comissário dos estudos, ao administrador do concelho, a 13 de março de 1862, para exercer nesta escola da Fajã da Ovelha, exigindo que a Câmara lhe fornecesse a casa para a escola²⁵⁰, orçamentada em 12\$000 réis, sendo encarregado pela Câmara de encontrar uma habitação com as condições necessárias²⁵¹. Em junho de 1862, a escola contava com a frequência de 35 alunos, solicitando mobília para acomodá-los e a gratificação de 10\$000 réis por ter mais de 30 alunos²⁵², ao abrigo do art.º 26 do decreto de 20 de setembro de 1844. A Câmara decidiu solicitar informações a este respeito ao administrador do concelho, visto ter as escolas a seu cargo²⁵³.

A 17 de julho de 1865, tomou posse o professor interino Manuel de Ponte de Gouveia Júnior, residente na Lombadinha, Ponta do Pargo, que lecionou nesta escola até 1877²⁵⁴. Através do relatório do Governo Civil do Funchal, de 1867, sabe-se que a escola tinha a frequência de 26 alunos e que se encontrava em «*sofríveis condições*»²⁵⁵. No início da década de 1870 a escola funcionava num quarto anexo à igreja paroquial²⁵⁶.

²⁴⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 18v.º, 21 (1860.10.17, 1860.12.03), 46v.º (1861.02.09), 75v.º (1861.09.14).

²⁴⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 124v.º-125 (1862.05.07).

²⁴⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 114-114v.º (1862.03.08).

²⁴⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 114-114v.º (1862.03.08).

²⁵⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 116v.º-117 (1862.03.24).

²⁵¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fl. 117 (1862.03.24).

²⁵² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fl. 130v.º (1862.06.04).

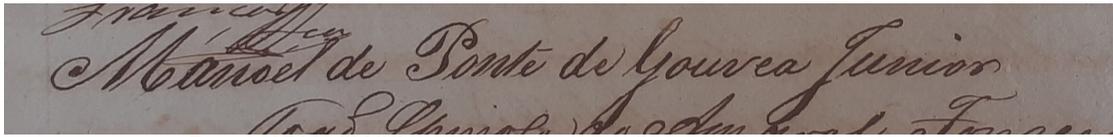
²⁵³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fl. 130v.º (1862.06.04).

²⁵⁴ O Ministério do Reino, através da Direção Geral de Instrução Pública, renovou as nomeações deste professor a 1 de março de 1867 (tomou posse a 8 de fevereiro de 1868, pelo período de três anos), a 7 de novembro de 1870 (tomou posse a 10 de dezembro deste ano, pelo período de três anos) e a 6 de abril de 1874 (tomou posse a 21 de maio de 1874) (ABM, CMC, L.º 47, fls. 5, 14v.º-15, 16v.º-17).

²⁵⁵ «Relatório do Governador Civil [...]», 1868, p. 20.

²⁵⁶ ABM, CMC, L.º 47, fl. 5.

Figura 8 – Assinatura do professor Manuel de Ponte de Gouveia Júnior (1865.07.17)



Fonte: ABM, CMC, L.º 47, Juramentos e Posses, 1864-1888, fl. 5v.º.

Ao inspetor geral das escolas do distrito do Funchal, Marceliano Abreu de Mendonça, tinha-lhe sido confiada a missão da criação de escolas. Presente na reunião camarária da Calheta, de 31 de agosto de 1863, propunha a criação de quatro escolas no concelho, nomeadamente das escolas masculinas e femininas nas freguesias do Arco e Estreito da Calheta. O presidente da Câmara comprometeu-se a incluir verba em orçamento suplementar, conforme «permitir o estado de suas finanças», para o arrendamento dos espaços e da mobília, no entanto, o administrador do concelho, «animado dos patrióticos sentimentos» da Câmara, chamava a si a responsabilidade do pagamento das prestações das casas para servirem de escolas, pelo prazo de cinco anos²⁵⁷. O inspetor, por esquecimento na anterior reunião, alertava a Câmara, em inícios de outubro, sobre a conveniência da criação de uma escola no Paul do Mar, «cuja povoação tem, como outro igual direito aos benefícios da Instrução elementar», comprometendo-se a Câmara a financiar a mobília e o arrendamento da casa²⁵⁸.

Após a chamada de atenção do governador civil da Madeira, António Jacinto Perdigão, em fevereiro de 1867, para a necessidade urgente do «derramamento da instrução primária» e das «vantagens que della hão de colher os povos» solicitava à Câmara o auxílio neste empenho, propondo a criação de uma escola noturna na freguesia central, a da Calheta, e de escolas diurnas nas freguesias onde não existissem²⁵⁹. A Câmara acordou na criação dessa escola noturna e de duas escolas diurnas, masculinas, nas freguesias do Arco e do Estreito da Calheta, cada uma com a gratificação anual de 50\$000 réis²⁶⁰.

O professor da escola da freguesia da Calheta, José Joaquim de Freitas, prontificou-se a lecionar no ensino noturno, mediante a gratificação de 6\$000 réis

²⁵⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fls. 6v.º-7 (1863.08.31).

²⁵⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 9v.º (1863.10.03); «Instrução publica», 1907.03.17, in DN, p. 2.

²⁵⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 174v.º (1867.02.15).

²⁶⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 174v.º (1867.02.15); «Relatório do Governador Civil [...]», 1868, p. 20.

mensais e o pagamento da «despeza de luz»²⁶¹. A Câmara Municipal convidou Bento João Perestrelo de França, por ofício de 18 de fevereiro de 1867, para o magistério na escola do Estreito da Calheta, pela gratificação estipulada de 50\$000 réis, o qual aceitou e agradeceu a «nomeação e confiança»²⁶². Para a escola masculina do Arco da Calheta, foi nomeado o vigário da paróquia local, António de Abreu Macedo exercendo até junho de 1867²⁶³, quando teve de ausentar-se da freguesia, após deixar de exercer o cargo de vigário. A Câmara Municipal nomeou Roque Spínola Amaral para substituí-lo²⁶⁴.

Face às dificuldades financeiras da Câmara Municipal da Calheta, e atendendo à impossibilidade de lançar mais impostos diretos e indiretos sobre os moradores do concelho, foram diminuídos os ordenados dos empregados municipais. Como a quantia de 50\$000 réis já era diminuta «para a justa remuneração d'um professor», a opção recaiu na extinção, a 1 de julho de 1868, das três escolas recém-criadas em fevereiro de 1867, a noturna da Calheta e as duas diurnas, masculinas, das freguesias do Arco e Estreito da Calheta. Permaneceram abertas duas escolas no concelho: a régia, na freguesia da Calheta, a cargo do professor José Joaquim de Freitas, e a municipal, na Fajã da Ovelha, a funcionar em casa de António Gonçalves de Gouveia e dirigida pelo professor Manuel de Ponte de Gouveia Júnior²⁶⁵. A Câmara acrescentava à justificação do fecho das três escolas, a «pouca frequência das ditas escolas»²⁶⁶ e «consta que alguns alunos tem sahido da freguesia do Estreito, para frequentar a da freguesia da Calheta»²⁶⁷.

O professor da escola da Fajã da Ovelha prontificava-se a abrir um curso noturno na sua escola, lecionando gratuitamente até o final do ano letivo, no mês de

²⁶¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 167 (1866.12.27). A despeza de luz nesta escola noturna da Calheta era de 1\$200 réis mensais (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 177v.º (1867.02.28)).

²⁶² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 176v.º (1867.02.28).

²⁶³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 194 (1867.06.14).

²⁶⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 194 (1867.06.14). A 26 de outubro de 1862 casou, no Arco da Calheta, um indivíduo com este nome, Roque Spínola Amaral, com a profissão de «Escrivão de Juiz de Direito», de 23 anos de idade, com Amélia Augusta de Freitas (ABM, RP, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1862, fls. 13-14). Ficou viúvo e casou aos 32 anos, com a profissão de «proprietário, Escrivão do Juiz de Paz da freguesia da Calheta», com Claudina Amélia de Gouveia (ABM, RP, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1871, fls. 17-17v.º). Ficou viúvo novamente, casando, terceira vez, aos 45 anos, com Eugénia Cândida da Silva. Desta vez apresentou a profissão de «proprietário» (ABM, RP, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1884, fls. 9v.º-10).

²⁶⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 57 (1868.07.08).

²⁶⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 61v.º (ata de discussão e aprovação do orçamento, de 1868.07.08).

²⁶⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 51 (1868.07.01).

junho, se a Câmara fornecesse luz e utensílios escolares e no ano seguinte pagasse 6\$000 réis mensais. Este professor aproveitava a ocasião para solicitar à Câmara uma gratificação suplementar, visto ter mais de 30 alunos, ao abrigo do art.º 20.º do decreto de 20 de setembro de 1844²⁶⁸.

Os primeiros dados estatísticos que conhecemos da população escolar do concelho da Calheta constam de um relatório de 1867²⁶⁹. Neste relatório, a freguesia da Calheta, com 2725 almas, tinha uma escola para as crianças do sexo masculino, frequentada por 30 alunos, e outra para as crianças do sexo feminino, frequentada por 42 alunas. Nesta data, a outra escola existente, a masculina da freguesia da Fajã da Ovelha, que contava com 2298 almas, era frequentada por 26 alunos. A freguesia da Ponta do Pargo, à data pertencente ao concelho do Porto Moniz, tinha 2006 almas e uma escola régia para as crianças do sexo masculino, frequentada por 37 alunos²⁷⁰. Segundo o mesmo relatório a frequência média da população em idade escolar, era de apenas 5,6% para todo o concelho e de 14% para as freguesias onde existiam escolas²⁷¹.

O governador civil da Madeira, Jacinto António Perdigão (1863-1868), elucidava, também, a Câmara Municipal do Porto Moniz, em novembro de 1866, sobre as vantagens do estabelecimento de escolas noturnas nos espaços onde funcionavam as diurnas, propondo que os professores ensinassem gratuitamente até junho desse ano e que a partir de 4 de janeiro do ano seguinte forneceria luz e alguns utensílios escolares²⁷². Para a freguesia da Ponta do Pargo era proposta uma outra casa em local diferente da escola diurna, pois esta era muito distante da casa do professor, ficando o administrador do concelho incumbido de procurar uma «casa própria para aquelle mestre»²⁷³. O governador civil da Madeira, em visita ao Porto Moniz, em sessão de vereação da Câmara, salientava a realidade da abertura destas três escolas noturnas²⁷⁴ e o relatório do governador civil, de 1867, corroborava o funcionamento da escola noturna, na Ponta do Pargo, em 1867, sem que o professor auferisse qualquer ordenado²⁷⁵, o que não significava a melhor opção para o governador porque «este beneficio publico [...] não tinha assim

²⁶⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 177v.º (1867.02.28).

²⁶⁹ «Relatório do Governador Civil [...]», 1868, pp. 19, 20.

²⁷⁰ «Relatório do Governador Civil [...]», 1868, p. 25.

²⁷¹ Nesta estatística não está incluída a freguesia da Ponta do Pargo, que à data pertencia ao concelho do Porto Moniz.

²⁷² ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 179v.º (1867.01.19).

²⁷³ ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 179v.º (1867.01.19).

²⁷⁴ ABM, CPM, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fls. 187-187v.º (1867.06.11).

²⁷⁵ «Relatório do Governador Civil [...]», 1868, p. 25.

garantias de permanência, e eu procurei por isso empenhar a câmara no sentido de gratificar áquelles professores o encargo a que elles voluntariamente se haviam prestado, interessando-os por esse modo em continuar a desempenha-lo»²⁷⁶.

Quanto ao ensino para as crianças do sexo feminino, a Câmara Municipal do Porto Moniz, «impelida pelos muitos desejos que tem de obter o progresso da instrução entre os povos do seu concelho»²⁷⁷, prontificou-se, em outubro de 1863, sem aumentar a despesa corrente, a financiar a mobília e os utensílios para o funcionamento de três escolas situadas na Ponta do Pargo, no sítio da Terra Chã (freguesia do Porto Moniz) e no Seixal e, ainda, duas escolas para o sexo masculino, também na Terra Chã e no Seixal, acrescentando a necessidade da criação de outra na Ribeira da Janela. O inspetor geral das escolas do distrito do Funchal, Marceliano Ribeiro de Mendonça, mostrou-se favorável à pretensão²⁷⁸, mas a implementação da escola na freguesia da Ponta do Pargo não avançou de imediato, sendo a escola oficial para as meninas implementada apenas em 1912²⁷⁹.

1870-1930 – Da Criação de Escolas do Ensino Elementar ao Regime da Ditadura Militar e Estado Novo

A 16 de agosto de 1870, foi publicado um decreto que reformava a Instrução Primária, dividindo-a em dois graus: o elementar e o complementar. De modo geral, pretendia-se aumentar a regularidade da frequência dos alunos e o número de escolas, capacitar o professorado para o exercício do magistério primário, estimulando-o com melhores remunerações, e melhorar os métodos de ensino. A instrução era descentralizada, passando das «mãos do estado [...] para a localidade». O ensino feminino deveria ser ampliado, sem agravamento do orçamento estatal, sendo aplicado, para tal, o subsídio das escolas de latim que eram extintas. Promoviam-se cursos noturnos, de aperfeiçoamento e dominicais.

Os encargos da instrução primária do grau elementar, como o ordenado dos professores, biblioteca, mobília, e utensílios, passaram para a alçada das câmaras municipais, embora estas já contribuíssem anteriormente. A frequência

²⁷⁶ «Relatório do Governador Civil [...]», 1868, p. 25.

²⁷⁷ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 158 (1863.10.14).

²⁷⁸ ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 122v.º (1863.10.14).

²⁷⁹ Em 1867, o inspetor das escolas, do 3.º círculo, do Funchal, voltava a referir que a freguesia da Ponta do Pargo carecia «urgentemente» de uma escola para as meninas (ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 192 (1867.10.07)).

obrigatória no ensino elementar passou a abranger crianças entre os 7 e os 15 anos. Os professores eram nomeados pela Câmara Municipal por dois anos, através de concurso documental, para os candidatos legalmente habilitados com o curso das escolas normais e, na ausência destes, eram nomeados outros pretendentes por meio de concurso. Nas escolas rurais, como as da Calheta, o vencimento de um professor estava estipulado em 120\$000 réis anuais, continuando a gratificação suplementar de 10\$000 réis para os que tivessem mais de 30 alunos.

Com o intuito de aperfeiçoar os métodos de ensino instituíram-se as «conferências entre os professores». O cargo de comissário de estudos foi extinto, sendo substituído por um inspetor de circunscrição escolar de distrito. Em cada concelho passou a existir uma comissão escolar composta pelo administrador do concelho, o presidente da Câmara Municipal e um cidadão nomeado pelo inspetor distrital a cada três anos²⁸⁰.

A lei de 2 de maio de 1878 ordenava que em cada paróquia «haverá em regra, uma escola primaria com ensino elementar para cada sexo», tornando obrigatória a frequência para crianças entre os 6 e os 12 anos. Eram dispensadas as crianças que frequentassem o ensino particular ou residissem a mais de 2 km da escola pública ou particular. Com o decreto 6137, de 29 de setembro de 1919, a distância foi ampliada para os 3 km. O decreto 9223, de 6 de novembro de 1923, estipulava multas aos pais ou tutores que não matriculassem os filhos na escola (entre 5\$00 e 50\$00 escudos) ou cujas crianças faltassem sem justificação. Repetidas as faltas até 10, os encarregados de educação dos alunos deveriam contribuir com valores entre 1\$00 e 10\$00 escudos, consoante o número de faltas, revertendo o valor das multas para a caixa escolar.

A caixa escolar, existente em cada escola, era administrada pelo diretor da escola ou pelo professor e três alunos eleitos pelos restantes alunos entre os doze melhores da escola. A receita destinava-se a pagar pequenos reparos, compra de materiais escolares, custeio de passeios escolares e aquisição de livros e materiais para os alunos pobres.

A lei de 2 de maio de 1878 criou uma Junta Escolar em cada sede de concelho, com mandato bienal, composta por três vogais, escolhidos entre os vereadores municipais ou outros cidadãos. Esta auxiliava as câmaras municipais e os inspetores

²⁸⁰ Decreto de 1870.08.16 (Reforma da instrução pública – Ministério dos Negócios da Instrução Publica). É descrita a presença de professores da Calheta nas conferências pedagógicas, desenvolvidas no Funchal, a partir de 1882 e 1883 (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 125, 157 (1882.10.21, 1883.11.03).

nas suas funções. No final desta década, a Câmara Municipal encarregava o pelouro das escolas a um vereador, por exemplo, em janeiro de 1878, foi nomeado o vereador Pedro Jorge Freire de França, e em outubro, o vereador Rufino Joaquim de Coito²⁸¹.

Para efeitos de inspeção escolar, foram criadas doze circunscrições em Portugal, correspondendo uma à Madeira. Cada uma delas contava com um inspetor nomeado e retribuído pelo Governo²⁸².

Na lei de 2 de maio de 1878, a nomeação de um professor continuava a ser proferida pela Câmara Municipal, através de concurso, após proposta graduada da Junta Escolar, de entre os indivíduos habilitados para o exercício do magistério primário. O vencimento mínimo de um professor de uma escola rural estava fixado nos 100\$000 réis. Quando não existissem candidatos, a Câmara Municipal nomeava temporariamente um professor, mediante uma gratificação estipulada. Em conformidade com esta lei de 1878, depois de auscultada a Junta Escolar, a Câmara Municipal estabeleceu o horário das escolas, sendo abertas de manhã às 9 horas, entre abril e setembro, e às 9:30 horas, entre outubro e março²⁸³. Esta lei determinava que as escolas primárias elementares para o sexo masculino eram regidas por professores ou professoras, e as mistas e para o sexo feminino por professoras. No caso de não existir professora, a escola mista era dirigida por «professor casado, ou que tenha na sua família alguma senhora a quem se entregue a educação das meninas e o ensino dos trabalhos de agulha, sendo considerada para todos os efeitos como ajudante da escola»²⁸⁴.

A lei de 11 de junho de 1880 estipulou um aumento de 25% no ordenado dos professores que perfizessem seis anos de serviço «bom e effectivo, prestado na mesma parochia e no mesmo grau de ensino», estimulando assim a fixação de professores.

Nos termos dos decretos de 6 de maio de 1892 e de 22 de dezembro de 1894 (art.ºs 56 e 57), os municípios contribuíam anualmente para o Fundo de Instrução Primária, enquanto o Estado, através da Direção Geral da Instrução Pública, assumia as despesas da instrução primária, como o pagamento dos vencimentos dos professores. Este decreto de 1892 visava ampliar a rede escolar e garantir o pagamento pontual e equitativo dos professores em todo o país. A Câmara Municipal da Calheta contribuía para este fundo, depositando na Caixa Geral de Depósitos,

²⁸¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 55v.º, 111 (1878.01.02, 1878.10.19).

²⁸² Carta de Lei de 1878.05.02, da Direção Geral de Instrução Pública, capítulo VIII.

²⁸³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 170v.º (1892.02.25).

²⁸⁴ Carta de Lei de 1878.05.02, da Direção Geral de Instrução Pública, capítulo III, art.º 21.

por exemplo, 4 481\$000 réis em 1912²⁸⁵. Posteriormente, o decreto 6137, de 29 de setembro de 1919, estabeleceu que as despesas com os serviços da instrução primária passariam a ser pagas pelo Fundo Geral da Instrução Primária, administrado pela Junta Escolar, presidida pelo vereador responsável pelo pelouro da instrução. O decreto de dezembro de 1894 obrigava as câmaras municipais a constituírem um pelouro da instrução pública, cabendo a um vereador, ou delegado, a supervisão e inspeção do material escolar. No caso do Distrito do Funchal, a inspeção do ensino ficava sob a responsabilidade do comissário de instrução primária²⁸⁶.

De acordo com as disposições desta última reforma administrativa, a Comissão Distrital do Funchal informava a Câmara Municipal da Calheta, em dezembro de 1893, da obrigatoriedade da fixação de um subsídio para as casas da residência dos professores²⁸⁷. Posteriormente, o decreto de 22 de dezembro de 1894 estipulou que os «edifícios escolares, a mobília e os utensílios e mais fornecimentos escolares, e bem assim as casas para habitação dos professores constituem encargo obrigatório das camaras municipaes». Nas escolas com mais de 60 alunos era colocado um professor ajudante, caso o número excedente fosse superior a 20.

A lei de 5 de novembro de 1896 estabelecia que os contratos de arrendamento dos edifícios escolares eram efetuados pelas câmaras municipais. A aquisição de mobília e material de ensino era feita mediante solicitação dos professores, por meio de ofício dirigido ao administrador do concelho que, por sua vez, enviava a requisição à Câmara Municipal, para ser atendido o pedido²⁸⁸. No final do século XIX até ao início do século XX, a gestão da instrução primária, por parte da Câmara Municipal, enfrentava novos desafios, como a escassez de imóveis disponíveis para arrendamento e o aumento dos valores de arrendamento²⁸⁹.

²⁸⁵ Vejamos outros valores pagos: 313\$080 réis, em dezembro de 1895; 130\$045, em setembro, outubro, novembro de 1896; 312\$237 réis, em setembro de 1897; 410\$490 réis mensais, entre janeiro e junho de 1898; 392\$290 réis em março de 1899; 765\$532, em novembro de 1899; 215\$193 réis em dezembro de 1899; 316\$542, em março de 1900; 119\$636 réis mensais em 1910; 239\$272 réis mensais, em 1911; 4 481\$000 réis em 1912, 284\$800 réis mensais, em 1913 (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 25, 38v.º, 39, 40v.º, 53v.º, 63v.º, 64, 66v.º, 79, 85, 86v.º, 96; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 31v.º, 34, 45, 63). A 13 de fevereiro de 1897, após uma solicitação do administrador do concelho para a Câmara fornecer material para a escola feminina do Arco da Calheta, a edilidade referia que «não tem a pagar estes materiais por isso que entra mensalmente com uma quota para a Instrução mediante folha processada na administração do Concelho» (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 44 (1887.02.13)).

²⁸⁶ Decreto de 1894.12.22.

²⁸⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 191v.º (1893.12.16).

²⁸⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 50 (1897.06.19).

²⁸⁹ Em 1915, a Câmara Municipal no arrendamento das 15 casas que serviam de escolas gastava 1 188\$00 escudos, acrescentando a despesa de 6 192\$22 escudos em despesas com a Instrução Primária (ABM, CMC, L.º 163, fl. 1v.º).

No início da década de 1910, os problemas físicos das escolas tornaram-se mais evidentes, com a falta de casas adequadas para servirem de escolas, as dimensões reduzidas das salas de aula, a precariedade das condições higiénicas e a escassez de utensílios²⁹⁰, que contribuíam negativamente para uma baixa frequência escolar. Um artigo publicado no *Diário de Notícias*, de 1911, referia que

«As nossas escolas estão muito longe de satisfazerem, pelo seu numero, os desideratos d'uma nação que, em principio, decretou o ensino obrigatorio.

E onde seria mais facil obter-se um resultado que correspondesse á extinção do analfabetismo, como é esta cidade, nem mesmo a frequencia escolar é própria para esse fim.

E as causas principaes d'esta insufficienciaa de frequencia podem, talvez resumir-se em duas unicas: falta de aulas e pouco ou nenhum desejo de que as matriculas se effectuem nas escolas que se acham a funcionar, nas condições de obrigarem a uma certa assistencia de alumnos [...].

Não há meio de sahir do seguinte dilema: fechar a escola ou installar o seu funcionamento num predio, cuja construção, orientação, natureza do solo sobre que assenta, a cubagem, a ventilação, a luz, e outras circunstancias que devem ter peso na sua aquisição, deixam muitissimo a desejar sob os pontos de vista hygienico, e relativamente a mobiliario, não é só a hygiene que soffre ultrages, é tambem a pedagogia, pela falta de material necessario a um ensino proficuo, a uma instrucção que fique, numa permanencia duradoura»²⁹¹.

O decreto de 29 de março de 1911, atribuiu ao Estado a responsabilidade das despesas relacionadas com a direção e fiscalização do ensino primário, enquanto as câmaras municipais assumiam as despesas de implementação do ensino primário, incluindo as rendas das casas que serviam de escolas e de habitação dos professores; a aquisição de materiais e mobiliário; a reparação e conservação dos edifícios escolares; os serviços de expediente e limpeza; as despesas relacionadas com os exames; e os ordenados dos professores²⁹².

Os decretos 2947, de 20 de janeiro de 1917, e 6137, de 29 de setembro de 1919, introduziram novas exigências aos espaços escolares. Este último decreto especificava que as casas arrendadas para uso como escolas, entre outros aspetos, deveriam atender a diversos critérios, como: a localização central, disponibilidade de retretes, salas de aula com uma superfície mínima de 1m² por aluno, boa iluminação natural, pavimento soalhado e tetos de madeira ou estucados de branco. A mobília incluía carteiras individuais ou de dois lugares, com o tampo inclinado a 1/6 da

²⁹⁰ ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 1-9.

²⁹¹ «As nossas escolas», 1911.02.01, in *DN*, p. 1.

²⁹² Decreto de 1911.03.29, Parte II, Capítulo I, art.º 52.

sua largura, uma mesa e uma cadeira para o professor, e armários para armazenar cadernos e material escolar dos alunos. O material didático mínimo exigido incluía: «um ou mais quadros negros, uma colecção de pesos e medidas, uma balança Roberval, uma balança decimal, uma craveira, uma colecção de sólidos geométricos, cartas corográficas do continente e ilhas adjacentes e possessões ultramarinas, mapas geográficos, tripé com estante para os cartões com alfabetos e silabários, além de várias colecções de caracteres móveis»²⁹³.

Em 1915, a inspeção das escolas de ensino elementar e complementar do concelho da Calheta passou para o Círculo Escolar da Ribeira Brava²⁹⁴. As leis sobre as nomeações e competências da Junta Escolar foram alteradas ao longo do século XX. O decreto 5787-B, de 10 de maio de 1919, reorganizou o Ensino Primário, sendo elogiado em reunião da instalação da Junta Escolar da Calheta, de 1 de julho de 1919, pelo professor José Evangelista Ferro Júnior, que destacou o Ministro da Instrução, Domingos Leite Pereira, pela maneira acertada como «encarou e resolveu o problema da Instrução Primário»²⁹⁵. A Junta Escolar existiu com esta denominação até à implementação do decreto 22 369, de 30 de março de 1933, que ordenou que em «cada um dos concelhos que não são sedes de distrito terão os inspectores dos distritos escolares o respectivo delegado, que os coadjuvará no desempenho dos serviços respeitantes ao concelho», ou seja, a Junta Escolar era substituída por uma Delegação Escolar²⁹⁶. O Dr. Alfredo Rocha de Gouveia, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Calheta e encarregado do pelouro da Instrução desempenhou o cargo de presidente da Junta Escolar da Calheta entre julho de 1919²⁹⁷ e 1934²⁹⁸, ano em que foi implementado o cargo de delegado do inspetor do distrito escolar do Funchal, no concelho da Calheta, sendo nomeado José Rocha de Gouveia Júnior²⁹⁹, desempenhando-o até agosto de 1943³⁰⁰.

A 31 de julho de 1928, com o decreto 15 805, o Estado transferiu para a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal algumas competências na área da

²⁹³ Decreto de 1919.09.29, n.º 6137, Capítulo I, art.ºs 27 a 31.

²⁹⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 122v.º, 127v.º (1917.03.31, 1917.06.23).

²⁹⁵ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 1.

²⁹⁶ Decreto de 1933.03.30, n.º 22 369, art.º 15, Diário da República, I Série, (Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário).

²⁹⁷ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 1.

²⁹⁸ Alfredo Rocha de Gouveia é referido neste cargo, pelo menos até junho de 1925 (ABM, ICEFUN, L.º 63, of. 166).

²⁹⁹ ABM, DEC, L.º 7, of. 1 (1934.01.28).

³⁰⁰ ABM, DEC, L.º 7, of. 399 (1943.08.27).

Instrução Primária. A orientação pedagógica e a inspeção permaneceram sob a responsabilidade da Direção Geral do Ensino, enquanto as câmaras assumiram «as despesas que pela legislação em vigor lhes competem relativamente á instrução primária, podendo as mesmas estabelecer acordos com as juntas gerais sobre a forma de as satisfazerem, em ordem à melhor efectivação daqueles serviços»³⁰¹.

Quanto à carreira dos professores, o decreto de 22 de dezembro de 1894 determinava que a nomeação inicial era temporária, por três anos, passando a definitiva após esse período. A carreira estava estipulada em três classes, a 3.^a com oito anos de serviço, a 2.^a com mais sete anos e a 1.^a após completar as duas etapas anteriores com serviço bom e efetivo, ganhando em cada uma das três classes, respetivamente, 150\$000, 180\$000 e 220\$000 réis. No concelho da Calheta, em 1896, existiam um professor de 1.^a classe (Manuel Rocha de Gouveia) e quatro de 3.^a classe (Guilhermina de Jesus Camacho, Júlio César de Faria, Manuel João Correia Júnior e Maria Henriqueta Franco)³⁰².

O decreto 5322, de 27 de março de 1919, estabeleceu para os professores de ensino primário o limite de idade de 65 anos para o exercício da profissão e a diuturnidade ao fim de seis anos de serviço bom e efetivo em cada uma das cinco classes da carreira. Este decreto fixou o ordenado anual em 420\$00 para a 5.^a classe, 500\$00 para a 4.^a classe (1.^a diuturnidade), 580\$00 para a 3.^a classe (2.^a diuturnidade), 660\$00 para a 2.^a classe (3.^a diuturnidade) e 740\$00 para a 1.^a classe (4.^a diuturnidade). Este decreto fixava o subsídio para a renda de casa em 40\$00 aos professores residentes nas sedes de concelhos mais afastadas dos centros e 25\$00 aos professores residentes em outras localidades mais remotas.

Os professores recebiam um salário baixo para a quantidade de trabalho desenvolvido. Em julho de 1920, o periódico *Comércio da Madeira* referia que o «professorado primário está desertando das escolas e procurando na actividade comercial uma mais segura garantia para a sua vida económica, com menos responsabilidades, e sacrifícios»³⁰³.

Um artigo de *O Século*, de 1920, alertava para a necessidade de ser dada maior atenção ao Ensino Primário em Portugal, que estava num

³⁰¹ Decreto de 1928.07.31, n.º15 805, do Ministério das Finanças; Decreto de 1933.03.30, n.º 22 369, do Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário.

³⁰² «Classificação de professores», 1896.07.12, in *DN*, p. 3.

³⁰³ «Instrução primaria – As nossas escolas oficiais», 1920.07.21, in *Comércio da Madeira*, p. 1.

«pavoroso estendal de miséria que são as instalações das escolas primárias, salvo raríssimas excepções. Casas impróprias, mal adaptadas, sem ar, sem luz, sem higiene, sem mobiliário, eis o que com a maior frequência se nos depara em Lisboa e na provincia. Os edificios que satisfazem as exigencias do ensino, ou se aproximam dos fins que se destinam, devemo-los quasi todos á benemerita iniciativa particular e constituem ofertas feitas ao Estado, que tem sido padastro para a escola primaria. / A percentagem dos analfabetos só muito lentamente diminue e envergonha-nos ainda aos olhos do mundo culto, emparceirando-nos com países de rudimentar civilização. [...] / [...] precisamos de gente que saiba ler, escrever e contar e que adquira na escola primaria não os conhecimentos profundos e transcendentais que menciona um famosissimo programa publicado no «Diario do Governo»»³⁰⁴.

O problema continuou ao longo da década de 1930. *O Jornal*, no início do ano letivo de 1929-1930, referia que o ensino em nada havia melhorado, «nem nos seus processos nem na sua organização». «Havia falta de escolas e falta de tudo»; «falta tudo, desde o tecto ao professor». «Não há edificios para receber dez por cento da população escolar». «O recenseamento escolar actual dá uma população de cerca de 800». «Cerca de metade das escolas que funcionam, só têm professores interinos, professores que todos os anos são mudados de Seca para Meca com grave prejuizo do ensino». Por vezes a permanência de professores numa escola variava entre dias a um ano, «se algumas vezes dá tempo de conhecerem os alunos e de lhes marcar lição, outras não dá para os fazer passar de classe ou preparar para exame. E tudo isto porquê? Além de outras razões, porque se prefere pagar a professores velhos e doentes que os reformar»³⁰⁵.

A 27 de abril de 1929, o decreto 16 782, proibia a emigração de individuos entre os 14 e os 45 anos que não tivessem o certificado de passagem da 3.^a para a 4.^a classe, na tentativa de reduzir o analfabetismo dos emigrantes que geralmente exerciam no estrangeiro «as profissões mais humildes».

Com a implantação da República, questões ideológicas foram incutidas por alguns professores aos alunos, sobretudo nas cidades. *O Correio da Madeira*, transcrevendo um artigo d'*A Epoca*, elucidava que era necessário afastar a política das escolas primárias, impondo-se a neutralidade. Referia ainda que «dos 6 aos 12 anos é demasiado cedo para se ensinarem os direitos e deveres do cidadão livre como é constituído e como funciona o parlamento, e quais as garantias individuais»³⁰⁶.

³⁰⁴ «Escolas», 1920.07.07, in *Comércio da Madeira*, p. 1, citando o periódico *O Século*.

³⁰⁵ «O Ensino Público na Madeira – a sua lastimável carencia», 1929.10.20, in *O Jornal*, pp. 1, 5.

³⁰⁶ «A nova reforma do ensino [...]», 1923.06.27, in *Correio da Madeira*, p. 1.

Nos finais da década de 20, as novas leis visavam «contribuir, por meio de programas simplificados, para a grande tarefa da extinção do analfabetismo nacional» e a doutrinação em «Disciplinar consciências, formando o carácter», promovendo valores cívicos e patrióticos. O ensino da Moral e da Educação Cívica eram os factores basilares «para a obra da educação». Em 1928 e 1929, as leis, relacionadas com o Ensino, reforçavam a necessidade da evocação dos feitos históricos portugueses, do «rico domínio colonial»³⁰⁷, conteúdos que se expandiram nas décadas seguintes.

1870-1930 – Escolas e Professores das Escolas Masculinas

Na escola masculina da freguesia da Calheta, o professor José Joaquim de Freitas foi sucedido por Manuel João Correia Júnior³⁰⁸, nomeado professor interino a 26 de abril de 1880. Posteriormente, Luís José de França Júnior assumiu as funções, estando já a exercer em dezembro de 1851. A 25 de janeiro de 1882, comunicou o término de ensinar nesta escola, tendo a Câmara proposto a sua continuidade até que fosse encontrado um substituto³⁰⁹.

Após requerimento à Câmara Municipal³¹⁰, a 27 de março de 1882, foi nomeado, temporariamente para o cargo, com ordenado anual de 120\$000 réis, João Joaquim Gerardo Gonçalves, desempenhando a função até ao início do segundo quartel de 1885³¹¹. No seu desempenho foi classificado como cumpridor dos «regulamentos e é de bom comportamento»³¹². O seu sucessor, o professor João de Freitas Brasão pediu a demissão, a 6 de fevereiro de 1886, devido à necessidade de se ausentar para o Funchal³¹³.

³⁰⁷ Decreto de 1929.04.13, n.º 16 730.

³⁰⁸ ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 1v.º-2; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 34 (1880.11.06). Manuel João Correia nasceu a 25 de abril de 1851 (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 7).

³⁰⁹ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 94v.º (1882.01.28). Luís José de França Júnior casou, a 15 de julho de 1867, com D. Gerarda Bettencourt Pimenta, na paróquia da Calheta (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1867, fls. 7-7v.º).

³¹⁰ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 95 (1882.01.28).

³¹¹ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 27 (1885.03.07); ABM, *CMC*, L.º 210, fl. 53v.º.

³¹² ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fl. 1; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 101 (1882.03.22). Este professor, natural dos Canhas, nasceu a 5 de dezembro de 1859 e casou em 1883, na paróquia da Calheta com Maria Júlia Barbeito, indicando a profissão de «empregado público» (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1883, fl. 3).

³¹³ ABM, *CMC*, L.º 210, fl. 36v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 53v.º (1886.02.06).

A 10 de abril de 1886, José de Ornelas Linhares de Sousa foi provido interinamente, após parecer favorável da Junta Escolar da Calheta e da Câmara Municipal, recebendo o ordenado anual de 96\$000 réis, exceccionalmente elevado para um interino, por a escola estar localizada na «cabeça do concelho»³¹⁴. José Linhares desempenhou estas funções até outubro de 1888, sendo considerado pelo inspetor escolar do distrito, como um professor «pouco afeto e desempenha com pouca regularidade o serviço»³¹⁵.

A escola masculina da Calheta, durante o período em que foi professor José Joaquim de Freitas, funcionou na sua habitação, na casa do Vale da Bica. Depois de deixar de lecionar continuou a funcionar nesta casa. Em 1881, António Joaquim de Freitas³¹⁶, irmão do professor José Joaquim, recebeu a renda de 12\$000 réis. Entre 1882 e 1885 foi paga ao professor José Joaquim de Freitas³¹⁷, que também recebeu o valor da renda da escola feminina desta freguesia, entre 1884 e 1885³¹⁸. Em 1886, na escola estava o mobiliário de: «sete carteiras com bancos ligados estrado banco e três bancos, quadro preto quadrado na parede»³¹⁹. Em janeiro de 1886, a escola foi elevada à categoria de escola elementar e complementar³²⁰, permitindo o ensino elementar, da 1.^a à 4.^a classe, e o ensino complementar, do 5.^o ao 6.^o ano. Pouco tempo depois, por volta de 1896, a escola foi convertida em escola elementar³²¹.

Em 30 de junho de 1888, João Maria Henriques³²² foi nomeado professor interino da escola masculina da Calheta, pedindo a demissão a 22 de outubro, após ser designado para a escola de São Roque, no Funchal³²³. O seu sucessor foi João Carlos Dantas de Almeida, natural de São Martinho, Funchal, que iniciou funções

³¹⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 60-60v.º (1886.04.03, 1886.04.16); ABM, ICEFUN, L.º 50, fl. 1. A Câmara deliberou, em sessão de 10 de março de 1886, que a partir de 1 de abril os professores interinos seriam pagos a 10\$000 réis mensais (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 57 (1886.03.10)).

³¹⁵ ABM, ICEFUN, L.º 50, fl. 1.

³¹⁶ ABM, CMC, L.º 210, fl. 8.

³¹⁷ ABM, CMC, L.º 210, fls. 15, 23v.º, 29, 32v.º, 35v.º, 38.

³¹⁸ ABM, CMC, L.º 210, fls. 29, 32v.º, 36, 38.

³¹⁹ ABM, ICEFUN, L.º 46, fl. 1.

³²⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 57v.º (1886.03.10); ABM, ICEFUN, L.º 46, fl. 1; ABM, ICEFUN, L.º 50, fl. 1.

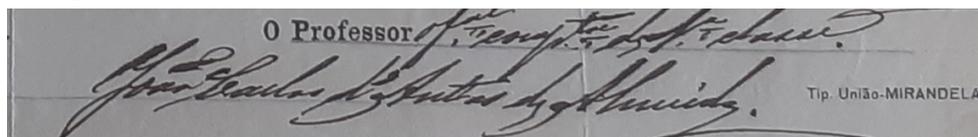
³²¹ ABM, ICEFUN, L.º 50.

³²² Nasceu em 1866.03.20, na freguesia de Santo António, Funchal. Tinha diploma de ensino complementar (ABM, ICEFUN, pt. 55).

³²³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 109, 115v.º (1888.06.30, 1888.10.27); ABM, ICEFUN, pt. 55.

interinas a 1 de novembro de 1888³²⁴, com o ordenado anual de 180\$000 réis, correspondente ao de um professor de escola complementar³²⁵.

Figura 9 – Assinatura do professor João Carlos Dantas de Almeida (1916.03.13)



Fonte: ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

O proprietário da casa que servia de escola e residência do professor, no sítio da Estrela, Francisco Bettencourt Pimenta, em dezembro de 1899, reclamou «dos maus tratos dados pelo mesmo professor ao prédio», não pretendendo a renovação do arrendamento, e propondo à Câmara Municipal a permuta da escola feminina para este prédio, pois a professora, «sendo seria e honesta não procederá do mesmo modo». A Câmara e o inspetor escolar do distrito concordaram, no entanto o professor, orientado por «pessoas mais autorizadas o aconselharam a que não obedecesse», tendo «respondido pouco decentemente»³²⁶. O proprietário participou, em setembro de 1890, à Câmara Municipal, acerca do continuado «mau procedimento do professor», ameaçando que se assim continuasse não iria prorrogar o arrendamento das salas que serviam de escola³²⁷. O «comportamento pouco regular» do professor continuou e passados dois meses o senhorio decidiu não prorrogar o contrato, procurando a Câmara outro espaço³²⁸. Em causa estava o «methodo d'ensino» do professor que incomodava os outros inquilinos da casa e a vizinhança³²⁹. De acordo com o administrador do concelho, o professor «não mantém a ordem necessária na escola, deixando os alunos fazerem barulhos e gritarias e ensinando aos mesmos exercícios militares, e fazendo juncto com elles vosearias,

³²⁴ ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

³²⁵ João Carlos Dantas de Almeida obteve o diploma do Liceu do Funchal, em 1887 (ABM, *ICEFUN*, pt. 55). Foi nomeado para esta escola, como professor interino, por despacho de sessão camarária de 1888.10.27; professor temporário por despacho de 1893.04.27 (*DG* de 1893.04.29, n.º 96; ABM, *CMC*, L.º 116, fls. 9-9v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 115v.º (1888.10.27)) e definitivo por despacho de 1899.08.31 (*DG* de 1899.09.01; *DG* de 1899.11.22, n.º 265) (ABM, *ICEFUN*, pt. 55). Nasceu a 21 de outubro de 1865 e casou na paróquia do Paul do Mar, a 28 de novembro de 1891, com Amélia Gomes de Santana, referindo a profissão de «professor do ensino primário» (ABM, *RP*, Paul do Mar, Casamentos, L.º de 1891, fls. 5-5v.º).

³²⁶ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 86 (1899.12.07).

³²⁷ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 147 (1890.09.13).

³²⁸ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 150v.º (1890.11.29).

³²⁹ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 150v.º (1890.11.29).

dando em resultado o terem sahido já alguns alunos»³³⁰. O professor foi castigado com uma repreensão na sessão camarária imediata a estes factos. Este professor não voltou a ser admoestado, sendo considerado pelo inspetor escolar do distrito, em 1899, um professor «bastante dedicado, dispõe porém de pouca competência e educação pedagógicas. É de bom procedimento moral»³³¹.

A escola passou a funcionar no sítio das Laranjeiras³³², um pouco distante do centro da freguesia. Em junho de 1894, a Câmara pretendia transferir a escola para uma casa «mais central e mais comoda aos povos desta freguesia», novamente no Lombo da Estrela³³³. Na pretensão pesava o estado em que se encontrava a casa do Lombo das Laranjeiras, tendo o professor solicitado à Câmara, em setembro desse ano, a tomada de providências porque a casa que servia de escola estava a desabar, «correndo perigo não só este professor como os alunos»³³⁴.

Em janeiro de 1898, o proprietário da casa, onde funcionava a escola e residia o professor, solicitou a sua devolução, por necessitar da mesma. Predispuseram-se os herdeiros de Cláudio Bettencourt Pimenta a arrendar uma habitação situada no Lombo do Salão, e Francisco Bettencourt Pimenta a arrendar uma das duas casas que possuía no Lombo da Estrela, ficando a Câmara responsável pela seleção da que estivesse em melhores condições³³⁵. A Câmara optou por uma casa deste último proprietário, que em 1890 não alinhou com a conduta do professor. A situação voltou a repetir-se em setembro de 1899, decidindo o proprietário não prorrogar o contrato, em virtude do «modo pouco decente e cuidadoso porque o sr. Professor [João Carlos de Almeida] trata não só o prédio como as culturas contíguas ao mesmo que são constantemente danificadas»³³⁶. Este professor foi nomeado para a escola das Quebradas, em São Martinho, no Funchal, de onde era natural, iniciando funções a 14 de novembro de 1904³³⁷.

³³⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 150v.º-151, 152v.º-153 (1890.11.29, 1890.12.06).

³³¹ ABM, ICEFUN, L.º 50, fl. 1.

³³² ABM, ICEFUN, L.º 46, fl. 1.

³³³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 3v.º. A 8 de junho de 1894 o professor João Carlos Dantas de Almeida pedia à Câmara Municipal um subsídio de 30\$000 réis para o pagamento dos custos de arrendamento da casa de sua residência, sendo indeferido, pois, a Câmara justificava que já pagava 12\$000 réis para esse fim e 24\$000 réis de renda pela casa que servia de escola, o que eram suficientes nesta localidade (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 3).

³³⁴ ABM, ICEFUN, pt. 55; ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 6v.º (1894.09.29).

³³⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 60 (1898.01.22).

³³⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 84v.º (1899.09.05).

³³⁷ ABM, ICEFUN, pt. 55; ABM, ICEFUN, L.º 47, fls. 31v.º-32. Este professor exerceu na escola dos Paços do Concelho, em Câmara de Lobos, entre janeiro de 1907 e agosto de 1913, e depois na escola masculina da rua do Dr. Vieira, no Funchal (ABM, ICEFUN, pt. 55).

A 9 de outubro de 1905, Isabel Senhorinha Rocha de Freitas foi nomeada professora temporária, função que exerceu até 15 de maio de 1939³³⁸. No período inicial de atividade desta professora, nos anos escolares de 1905-1906, 1906-1907 e 1907-1908 nesta freguesia estavam recenseados, respetivamente em cada ano, 385, 389 e 359 alunos, mas apenas estavam matriculados, respetivamente 25, 27 e 26 alunos, o que demonstra a falta de escolas e professores para proporcionar a instrução primária a todos os alunos. Dos alunos matriculados, em 1905-1906, foram dois a exame de 2.º grau, ambos aprovados; em 1906-1907, foram a exame de 1.º grau e aprovados cinco com ótimo e dois com bom, e três foram a exame de 2.º grau, tendo sido todos aprovados; e em 1907-1908, foram a exame de 1.º grau e aprovados dois com bom e um com suficiente, e três foram a exame de 2.º grau, todos aprovados³³⁹.

A escola masculina da freguesia da Calheta, em 1911-1912 continuou a funcionar na casa de Francisco Bettencourt Pimenta, no Lombo da Estrela, tendo-se procedido a obras de ampliação da sala de aula. O proprietário passou a receber 84\$000 réis anuais pelo arrendamento, que incluía «um pequeno pedaço de terra no lado leste da referida casa, que servirá para serem cultivadas algumas plantas que servem para exemplos de botânica aos alunos»³⁴⁰. Em dezembro desse ano, Francisco Bettencourt Pimenta reclamava um aumento da renda para 120\$000 réis anuais, tendo a Câmara Municipal procurado outra casa por achar o valor excessivo³⁴¹. No entanto, em outubro de 1916, a escola funcionava numa casa deste proprietário que afirmava à Câmara que não podia prorrogar o contrato de arrendamento, uma vez que a professora «lhe tem arruinado o prédio»³⁴². Em dezembro de 1916, a escola passou para uma casa no Lombo das Laranjeiras, pertencente a Florêncio Gomes Pereira, continuando neste espaço até, pelo menos, dezembro de 1924³⁴³.

³³⁸ Isabel Senhorinha Rocha de Freitas tomou posse desta escola a 16 de setembro de 1905. Nasceu a 22 de abril de 1878, e faleceu, solteira, a 15 de maio de 1939. Era habilitada pela Escola Normal do Funchal, tendo obtido o diploma de nomeação a 14 de janeiro de 1905. Categorias profissionais da professora: temporária a 9 de outubro de 1905; 3.ª classe em 1919 e recebia um vencimento de 48\$33 escudos; 3.ª diuturnidade em junho de 1920 e 4.ª diuturnidade em novembro de 1927. Na inspeção realizada em 1907 foi considerada uma professora zelosa, assídua, comportamento ótimo e com aptidão (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 56).

³³⁹ ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 56.

³⁴⁰ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 46v.º (1912.02.24).

³⁴¹ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 56 (1912.12.14).

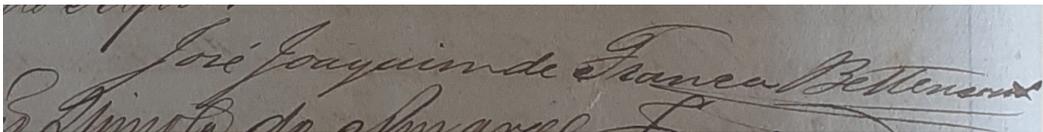
³⁴² ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 115v.º (1916.10.07).

³⁴³ ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 160 A; ABM, *CMC*, L.º 163, fls. 22, 23v.º, 27; ABM, *ICEFUN*, L.º 140, fl. 37v.º.

A permanência da escola nesta casa não esteve isenta de conflitos. Em 1920, o proprietário cortou as flores que ornamentavam o quintal e destruiu o galinheiro e a coelheira, o que gerou algumas discórdias com a professora e a Junta Escolar³⁴⁴. Em outubro de 1923, Vicente Júlio Gomes, residente no Lombo da Estrela, solicitou autorização para a construção de uma casa para servir de escola e doá-la ao Estado³⁴⁵, pedido que não avançou.

Para a escola masculina da freguesia da Ponta do Pargo, a 17 de abril de 1872, foi nomeado, pela Comissão de Estudo do Distrito do Funchal, José Joaquim de França Bettencourt para o exercício das funções de professor³⁴⁶, no qual permaneceu até meados de 1880, no final do ano letivo³⁴⁷. Neste período a escola funcionava num quarto contíguo à igreja, cedido pelo vigário Manuel Joaquim de Freitas. Devido à impossibilidade do vigário continuar a ceder o espaço, solicitou à Câmara Municipal que o professor providenciasse o arrendamento de uma casa com as condições exigidas na lei, até ao limite de 12\$000 réis anuais, conforme aprovado no orçamento³⁴⁸. Durante o período de atividade deste professor a escola foi equipada com mobília no valor de 20\$000 réis³⁴⁹. Em 1879, a escola foi transferida para uma casa de Felisberto Augusto Rodrigues, localizada no sítio do Salão, arrendada por 18\$000 réis anuais³⁵⁰, tendo continuado nesta casa, pelo menos até 1886³⁵¹.

Figura 10 – Assinatura do professor José Joaquim de França Bettencourt (1874.06.10)



Fonte: ABM, CMC, L.º 47, Juramentos e Posses, 1864-1888, fl. 18v.º.

A 2 de agosto de 1880, o «mestre de eschola» Manuel de Ponte de Gouveia³⁵² assumiu a direção da escola, por nomeação do comissário dos estudos do distrito

³⁴⁴ ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 28-28v.º.

³⁴⁵ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 35.

³⁴⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1870-1874, fl. 71v.º. Obteve renovação da nomeação a 13 de abril de 1874, com a duração de três anos (tomou posse a 10 de junho de 1874) (ABM, CMC, L.º 47, fl. 5).

³⁴⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 3 (1880.04.10).

³⁴⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 85 (1878.06.12).

³⁴⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1870-1874, fl. 196v.º (1874.08.19).

³⁵⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 132, 140 (1879.01.25, 1879.02.22). Em 1881 a escola encontrava-se nesta casa (ABM, CMC, L.º 210, fl. 7v.º).

³⁵¹ ABM, CMC, L.º 210, fls. 25v.º, 30, 40.

³⁵² Manuel de Ponte de Gouveia, morador na Ponta do Pargo, casou com 24 anos, a 17 de setembro de 1868, na igreja da vila da Calheta, com Maria Jesuína, indicando a profissão de «Mestre de eschola» (ABM, RP, Calheta, Casamentos, L.º de 1868, fls. 8v.º-9).

do Funchal³⁵³. Foi novamente nomeado pela Câmara Municipal da Calheta, passados dois anos, a 22 de março de 1882, após requerimento do professor e auscultação da Junta Escolar da Calheta, recebendo o ordenado anual de 100\$000 réis³⁵⁴. A qualidade da escola da Ponta do Pargo, sob a direção de Manuel de Ponte de Gouveia foi destacada por Ellen M. Taylor no registo de viagem à Madeira, publicado em 1882: «An excellent boys' school attracted our attention from the hum of voices. The well-clad boys, a room hung with large maps, well filled with desks, forms, and an intelligent-looking schoolmaster [Manuel de Ponte de Gouveia] hard at work, was a sight we were not prepared to see in the wilds of Madeira»³⁵⁵, ou seja, afirmava que «Uma excelente escola para meninos atraiu nossa atenção pelo zumbido das vozes. Os rapazes bem vestidos, uma sala decorada com grandes mapas, repleta de carteiras, formulários e um professor de aparência inteligente trabalhando arduamente, era uma visão que não estávamos preparados para ver nos confins da Madeira».

Encontrando-se vago o lugar de professor na escola, Júlio César de Faria, natural do Estreito da Calheta, foi colocado, interinamente, a 18 de novembro de 1882³⁵⁶. Em novembro de 1883, deixou o lugar para concluir os estudos no Funchal³⁵⁷, sendo substituído por João da Silva Relva, solteiro, natural da freguesia da Ponta do Sol³⁵⁸. João Relva deixou esta escola, sendo nomeado interinamente, a 5 de março de 1884, Felisberto Augusto Rodrigues, natural e residente nesta freguesia, com o ordenado anual de 60\$000 réis³⁵⁹. Felisberto Augusto Rodrigues, da Ponta do Pargo, desempenhou vários cargos nesta freguesia. Em 1861, solicitou um requerimento em que se achava apto para a medição de terras pelo novo sistema³⁶⁰ e, em 1870, era responsável pela cobrança das rendas do município³⁶¹.

³⁵³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 23v.º-24 (1880.08.21).

³⁵⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 95, 101 (1882.01.28, 1882.03.22).

³⁵⁵ TAYLOR, 1882, *Madeira: Its scenery, and how to see it*, p. 225. No ano seguinte, esta escola foi referida na «Excursão» realizada pelo padre Pontes (PONTES, 1891, *Excursões na Madeira*, p. 17).

³⁵⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 127v.º (1882.11.18).

³⁵⁷ Júlio César de Faria fez exame, no Funchal, em abril de 1884, obtendo a classificação de suficiente (ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 3v.º-4).

³⁵⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 158 (1883.11.03).

³⁵⁹ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 5v.º-6; ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 176v.º (1884.04.12). Felisberto Rodrigues nasceu em 1840, não tinha habilitações para o exercício do magistério primário, sendo considerado pelo inspetor escolar como um professor com «pouca aptidão» (ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 5v.º-6). Casou com Firmina Olímpia dos Santos (nascida em 1856), em Câmara de Lobos, a 23 de novembro de 1871, indicando a profissão de «professor de instrução primária» e morador no sítio da Lombada Velha, da Ponta do Pargo (ABM, RP, Câmara de Lobos, Casamentos, L.º de 1871, fls. 22-22v.º).

³⁶⁰ ABM, CMPM, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 44v.º (1866.09.10).

³⁶¹ ABM, CMPM, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 240.

A Câmara Municipal da Calheta nomeou, a 10 de março de 1886, D. Maria Amélia de Sousa, residente nesta freguesia, para lecionar na escola masculina, com um ordenado mensal de 6\$000 réis³⁶². A professora aceitou e tomou posse no dia 15 desse mês³⁶³, desempenhando as funções até junho de 1893³⁶⁴. Era considerada, pelo inspetor escolar do Funchal, como «apta e de capacidade. Tem bom comportamento e cumpre os seus deveres»³⁶⁵. No ano da sua entrada ao serviço, no sítio do Salão, na casa arrendada pela Câmara por 12\$000 réis, a escola dispunha de «quatro bancas com bancos ligados para seis alunos cada uma, quadro preto. A mestra tem na escola uma banca e uma cadeira e a igreja um estrado»³⁶⁶. Desde a década de 1850, D. Maria Amélia de Sousa mantinha uma escola particular, para o ensino de meninas nesta freguesia. A professora pretendia lecionar aos meninos e meninas da freguesia de modo conjunto, no entanto o inspetor da circunscrição do Funchal ordenou a «despedir as alunas da escola e que somente lecione os alunos». A Câmara decidiu que a professora continuasse a ensinar as crianças de ambos os sexos, em dias alternados, em harmonia com o art.º 19 da lei de 2 de maio de 1878³⁶⁷.

D. Maria Amélia de Sousa, ao deixar de exercer na escola masculina, continuou a ensinar as meninas na sua escola particular. Atendendo às «precárias circunstancias dos povos d'aquella localidade pouco podem remunerar-a», solicitou à Câmara Municipal um subsídio para poder manter esta escola aberta «que tanto necessita aquella freguesia»³⁶⁸. A Câmara, atendendo a estes motivos e à sua competência «como tem mostrado pelos serviços prestados desde há muitos anos como professora» e por só existir à data uma escola do sexo feminino no concelho, na freguesia da Calheta, concedeu-lhe um subsídio anual de 90\$000 réis³⁶⁹, pagos em prestações trimestrais ou semestrais, até dezembro de 1912³⁷⁰, quando foi

³⁶² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 57 (1886.03.10). Maria Amélia de Sousa nasceu a 8 de março de 1830. Era solteira e fez o exame para o Ensino primário «particularmente» (ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 5v.º-6).

³⁶³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 58v.º (1886.03.13); ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 5v.º-6.

³⁶⁴ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 5v.º-6.

³⁶⁵ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 5v.º-6.

³⁶⁶ ABM, ICEFUN, L.º 46, fls. 5v.º-6.

³⁶⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 100 (1888.12.20).

³⁶⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 190-190v.º (1893.10.28).

³⁶⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 190v.º (1893.10.28).

³⁷⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 23v.º, 33, 36v.º, 39, 42v.º, 46v.º, 55, 58v.º, 64, 68v.º, 73v.º, 83, 99, 105, 109v.º, 116, 119, 124v.º, 130, 132, 139v.º, 142, 152, 155, 171, 178v.º, 182, 187v.º, 195v.º; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 4v.º, 6v.º, 8v.º, 11v.º, 16v.º, 21, 27v.º, 43v.º, 49, 55.

implementada uma escola oficial para as meninas nesta freguesia e designada uma professora oficial.

Na lecionação da escola masculina da Ponta do Pargo sucedeu Manuel Higino Fernandes, por despacho de 28 de junho de 1893, sendo transferido para a escola do Caniço, no sítio da Vargem/Igreja, a 4 de dezembro desse ano³⁷¹.

Figura 11 – Vista oeste/este do sítio do Salão, freguesia da Ponta do Pargo, Calheta (anterior a 1895).



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Aloísio César de Bettencourt, ACB/105.

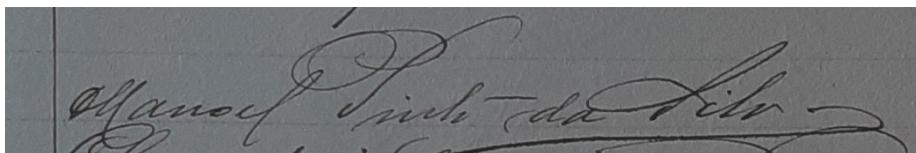
Manuel Pinto da Silva foi colocado na escola da Ponta do Pargo, como professor interino, por alvará de 5 de março de 1895³⁷², e professor temporário

³⁷¹ ABM, CMC, L.º 116, fls. 8-8v.º; ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 5v.º-6, 82v.º-83; ABM, ICEFUN, L.º 47, fls. 82v.º-83. Manuel Higino Fernandes era casado e possuía o exame para o exercício do magistério primário (1892) e os 1.º e 2.º anos preparatórios no Seminário do Funchal (ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 5v.º-6). Antes da ida para a Ponta do Pargo, exerceu no Caniço, por nomeação de 4 de janeiro de 1891 (ABM, ICEFUN, pt. 55).

³⁷² ABM, CMC, L.º 116, fl. 16; ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 5v.º-6; ABM, ICEFUN, L.º 47, fl. 1. Manuel Pinto da Silva passou à categoria de professor definitivo em 1900.04.11 (ABM, CMC, L.º 48, fls. 19-19v.º; ABM, ICEFUN, L.º 47, fl. 1). Manuel Pinto da Silva nasceu a 26 de dezembro de 1867 na freguesia do Campanário. Casou, a 9 de novembro de 1892, com Virgínia Teodolinda de Ornelas, indicando ser segundo sargento da Companhia do Batalhão do Regimento de Caçadores número doze (ABM, RP, São Pedro, Funchal, Casamentos, L.º do ano de 1892, fls. 48-48v.º). A 15 de julho de 1895 batizou a filha Isaura, mencionando a profissão de «professor d'ensino primário da freguesia da Ponta do Pargo» (ABM, RP, São Pedro, Funchal, Batismos, L.º do ano de 1895, fl. 60v.º).

por alvará de 15 de fevereiro de 1896³⁷³, lugar que ocupou até 8 de novembro de 1906. Neste intervalo de tempo, a 23 de setembro de 1904 foi nomeado para a escola de São Martinho, nas Quebradas – Funchal, onde lecionou de 4 de outubro a 14 de novembro desse ano, quando retornou à escola da Ponta do Pargo³⁷⁴, aí permanecendo até à sua colocação na escola de São Roque, na Achada (Funchal), em novembro de 1906, por permuta com o professor João Maria Henriques³⁷⁵. No curto período de 1904, no impedimento de Manuel Pinto da Silva, foi colocado na escola da Ponta do Pargo o professor interino António Gonçalves Santana, por despacho de 3 de junho de 1904 e após a saída do anterior, por despacho de 10 de novembro de 1906³⁷⁶.

Figura 12 – Assinatura do professor Manuel Pinto da Silva (1896.02.22)



Fonte: ABM, CMC, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897, fl. não numerado.

Quadro I – Alunos da Escola Masculina da Ponta do Pargo (1895-1906)

Anos letivos	1895-1896	1896-1897	1897-1898	1898-1899	1899-1900	1900-1901	1901-1902	1902-1903	1903-1904	1904-1905	1905-1906
Média geral de frequência	30	31	50	48	40	37	39	37	52	43	50
Transições da 1.ª para a 2.ª classe	6	7	8	6	5	4	6	6	8	9	4
Transições da 2.ª para a 3.ª classe	5	7	7	6	5	5	6	5	7	8	5

Fonte: ABM, ICEFUN, pt. 55.

Em março de 1898, o proprietário da casa que servia de residência do professor da escola masculina da Ponta do Pargo informou a Câmara Municipal que este havia mudado de casa. Em resposta, a Câmara notificou o professor, afirmando que este não tinha competência para tal mudança e que só pagaria a casa arrendada no contrato vigente³⁷⁷. A 28 de maio de 1898, António Homem de Gouveia, casado

³⁷³ ABM, CMC, L.º 116, fl. 18v.º; ABM, ICEFUN, pt. 55; DG de 1896.02.17, n.º 38.

³⁷⁴ ABM, ICEFUN, pt. 55.

³⁷⁵ ABM, ICEFUN, L.º 47, fl. 1; ABM, ICEFUN, pt. 55.

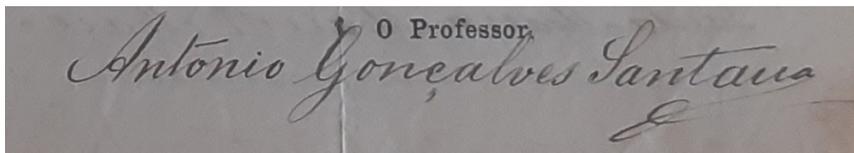
³⁷⁶ ABM, ICEFUN, pt. 55.

³⁷⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 63 (1898.03.14).

e residente no sítio do Salão, arrendou à Câmara, por 12\$000 réis anuais, o andar superior de uma casa, coberta de telha, destinada ao funcionamento da escola³⁷⁸. Para o mesmo fim de «residir o professor ou funcionar a escola», a 29 de dezembro desse ano, o proprietário Manuel Mendes de Gouveia realizou um contrato de arrendamento do andar superior de uma habitação que possuía, e confrontante a norte e oeste com o adro da igreja paroquial, por 26\$000 réis anuais, principiado em agosto desse ano³⁷⁹.

João Maria Henriques está identificado como professor na escola masculina da Ponta do Pargo, pelo menos, até 1908³⁸⁰. A 5 de março de 1910³⁸¹, tomou posse, nesta escola, António Gonçalves Santana, na qualidade de professor interino, sendo transferido a 21 maio de 1912 para a escola do sexo masculino da freguesia de Santa Maria Maior, no Funchal³⁸².

Figura 13 – Assinatura do professor António Gonçalves Santana (1916.03.17)



Fonte: ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

Em agosto de 1915, António Gonçalves Camacho, proprietário da casa da residência do professor da escola masculina da Ponta do Pargo, comunicou que precisava da casa³⁸³, mas deve ter continuado a arrendá-la até julho de 1917, quando reafirmou a sua intenção de não renovar o arrendamento³⁸⁴. No mesmo

³⁷⁸ ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fls. 1-2v.º.

³⁷⁹ ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fls. 9v.º-11.

³⁸⁰ ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fl. 1; L.º 56, inscrição n.º 19. Possuía habilitação legal para o magistério primário e exercia a atividade de professor desde 25 de outubro de 1888.

³⁸¹ Nomeado temporário por despacho de 1910.02.26, publicado no *DG* de 1910.03.01, n.º 46, (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

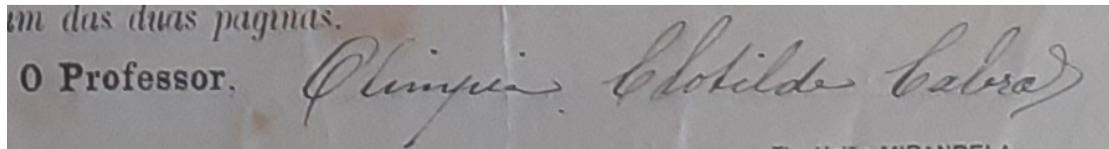
³⁸² ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 79. Nasceu em 1875.08.20, no Paul do Mar. Era casado e diplomado pela escola de Ensino Normal do Funchal (1903.07.12) e tinha o 3.º ano do Seminário Diocesano do Funchal (ABM, *ICEFUN*, pt. 55). Em 1911, foi nomeado ajudante de oficial do Registo Civil no Posto da Freguesia do Paul do Mar (ABM, *CMC*, L.º 50, fl. 22v.º). Domiciliado na Ponta do Pargo, casou no Funchal, a 29 de junho de 1911, com Maria Fausta Maciel, da freguesia da Calheta, indicando a profissão de «professor oficial» (ABM, *CRCF*, Casamentos, L.º de 1911, fls. 166v.º-167). Foi nomeado professor definitivo por despacho de 1911.06.02, publicado no *DG* de 1911.06.03, n.º 129, (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

³⁸³ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 98v.º.

³⁸⁴ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922,

mês de agosto de 1915, o lugar de professor estava a concurso, tendo concorrido unicamente João Figueira da Silva³⁸⁵, exercendo funções até junho de 1921, quando foi colocado na escola das Quebradas, em São Martinho, no Funchal. Foi substituído, a 13 de outubro, pela professora efetiva Olímpia Clotilde Cabral³⁸⁶ que, depois de entrar em exercício, se ausentou com atestado médico, sendo diagnosticada com tuberculose e considerada «incapaz de exercer o magistério» pela Junta de Sanidade Escolar, desde dezembro de 1921³⁸⁷, recebendo o vencimento [ou pensão?] até depois de junho de 1933³⁸⁸.

Figura 14 – Assinatura da professora Olímpia Clotilde Cabral (1916.03.09)



Fonte: ABM, ICEFUN, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

Entre julho de 1917 e 1924, a escola, agora denominada de «Escola antiga masculina»³⁸⁹, e a residência do professor estavam sediadas numa habitação, propriedade de Inocêncio Gonçalves de Sousa, no sítio do Salão³⁹⁰, arrendada por 80\$00 escudos, continuando neste sítio até finais desta década³⁹¹. Segundo depoimentos de alunos que frequentaram a escola masculina, em 1952 e nalguns anos/décadas anteriores, a escola funcionou numa casa situada no Salão de Baixo.

fl. 121v.º.

³⁸⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 101v.º (1915.08.28), citando o DG de 1915.08.04, 3.ª série, n.º 178. No concurso de 1917, foi novamente colocado nesta escola (ABM, ICEFUN, L.º 140, fls. 4v.º-5).

³⁸⁶ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 23v.º; L.º 63, of. 2; L.º 64, fls. 2-2v.º; ABM, ICEFUN, mç.º 29, folha de vencimentos de 1921.10. Faleceu em 1929.11.11 (ABM, ICEFUN, mç.º 29, folha de vencimentos de 1929.12).

³⁸⁷ ABM, ICEFUN, mç.º 29, folha de vencimentos de 1923.03; ABM, ICEFUN, L.º 63, of. 117.

³⁸⁸ ABM, ICEFUN, mç.º 30, folha de vencimentos de 1933.06. Olímpia Clotilde nasceu em 1862.06.16, na freguesia de Santa Maria Maior (Funchal) e era casada. Lecionou, anteriormente, na escola feminina do Pelourinho, na freguesia da Sé do Funchal, entre 1883 e 1887; na escola feminina do Seixal, entre maio de 1896 e julho de 1914; e depois na escola masculina das Quebradas, em São Martinho (ABM, ICEFUN, pt. 55).

³⁸⁹ ABM, ICEFUN, L.º 57, fls. 36v.º, 48v.º.

³⁹⁰ ABM, CMC, L.º 163, fl. 32; ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 122v.º (1917.03.31); ABM, ICEFUN, L.º 63, of. 160 A. Foi arrendada por 80\$000 réis, em 1917.

³⁹¹ ABM, ICEFUN, L.º 57, fl. 48v.º

Seguiu-se o professor Manuel Mendes de Gouveia que exerceu funções interinas em dois períodos distintos: de 20 de outubro de 1921³⁹² a outubro de 1922 e de 27 de outubro de 1924³⁹³ a agosto de 1925. Neste período intercalaram dois professores. A professora Maria José, professora da escola do Jardim do Mar, entrou em comissão de serviço na escola da Ponta do Pargo a 10 de outubro de 1922³⁹⁴. Ao chegar, a professora reclamou que o teto da sala da escola ameaçava ruína, «correndo por isso perigo a sua saúde e a das respectivas alunas». O proprietário realizou as obras necessárias³⁹⁵, permitindo a reabertura a 16 de março de 1923, no entanto, a professora solicitou uma vistoria à sala da escola, visto estar em «péssimo estado de conservação»³⁹⁶. O professor José Basílio de Freitas de Andrade exerceu entre 30 de novembro de 1923 e janeiro de 1924³⁹⁷.

Sucedeu Maria Isabel Gonçalves que lecionou em 1926, entre 16 de março e agosto³⁹⁸. Luís Eduardo de Castro Júnior foi professor entre 13 de novembro de 1926 e setembro de 1927³⁹⁹ e Manuel Silvério Gonçalves tomou posse a 15 de outubro de 1927, tendo lecionado até dezembro desse ano⁴⁰⁰. O professor Manuel Mendes de Gouveia foi nomeado no ano seguinte, a 16 de janeiro⁴⁰¹, lecionando até julho⁴⁰² e depois por um largo período, entre 20 de novembro de 1936 e 26 de março de

³⁹² ABM, *ICEFUN*, L.º 64, fls. 2v.º-3; ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 20v.º, 21v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 67. Casou com Maria Isaura Vasconcelos de Gouveia em 1926.01.05 (ABM, *CRCC*, Casamentos, L.º do ano de 1926, fls. 190-190v.º). Residia no sítio da Lombadinha, Ponta do Pargo. Faleceu a 18.03.1970.

³⁹³ ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 6; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 30-30v.º). Nomeado por *DG* de 1924.10.27, n.º 252, 2.ª série.

³⁹⁴ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 28v.º, 29v.º.

³⁹⁵ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 30. Esta professora fez serviço como interina na escola de Pomares, concelho de Pinhel, desde 1917.02.23 até 1917.07.31; na escola de Pedroso, concelho de Macedo de Cavaleiros de 1917.10.06 a 1918.04.11.04 e na escola do Pó deste concelho, pretendendo regressar, a fim de tomar posse na colocação que obteve nesse concelho (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 30).

³⁹⁶ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 32v.º.

³⁹⁷ Professor interino da «escola antiga masculina» da Ponta do Pargo. Nomeado por *DG* de 1923.11.04, 2.ª série (ABM, *DEC*, L.º 64, fl. 5v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1924.01; ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 131).

³⁹⁸ Foi nomeada em 1926.03.01 e tomou posse em 1926.03.16 (*DG* n.º 49, 2.ª série; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 30-30v.º).

³⁹⁹ Foi nomeado em 1926.11.06 e tomou posse em 1926.11.13 (*DG* n.º 262, 2.ª série; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 36v.º). Em 1926.11.11 tinha quatro meses e 16 dias de serviço (ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1927.04).

⁴⁰⁰ Nomeado em 1927.10.08 (*DG* n.º 227, 2.ª série; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 48v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1928.07).

⁴⁰¹ *DG* de 1928.01.16, n.º 12; ABM, *DEC*, L.º 64, fl. 6.

⁴⁰² ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1928.07.

1960⁴⁰³. Em 1934, entre 31 de março e 29 de julho, ensinou nesta escola a professora Matilde Dolores da Encarnação⁴⁰⁴.

Na freguesia do Arco da Calheta, a escola oficial de ensino primário masculino foi reimplementada a 8 de março de 1878⁴⁰⁵. Em junho de 1877, a Câmara Municipal tratava do arrendamento de um espaço adequado, fixado em 12\$000 réis, conforme determinado para o arrendamento de espaços para servirem de escolas. Inicialmente, estava previsto utilizar uma habitação administrada por Vicente de Freitas da Silva, no sítio da Corujeira. Contudo, apesar do compromisso de realizar obras no telhado e na porta, as obras nunca foram concretizadas. Assim, próximo a esta casa, Vitorina Júlia Esmeraldo, viúva de António da Silva Rocio, ofereceu-se para arrendar uma sala ampla, ao retirar o tabique de uma divisão, e a cozinha, pelo mesmo valor, sendo esta a eleita para escola⁴⁰⁶, onde funcionou, pelo menos, até 1886⁴⁰⁷.

Na sessão camarária de 9 de julho de 1877, Manuel da Rocha Gouveia, habilitado para exercer o ensino primário, através do exame de português, francês, desenho e aritmética do 1.º ano dos Liceus⁴⁰⁸, propôs-se a ensinar na escola. A Câmara incumbiu-o de tratar, com a dona da casa, da conclusão das obras, instalar a mobília «que já se acha feita» e «mandar fazer mais alguma couza que seja preciso»⁴⁰⁹. Após a conclusão das obras e instalação do mobiliário, a escola foi examinada pelo administrador do concelho, e o auto seguiu para aprovação do Governo Civil⁴¹⁰.

O comissário dos estudos do distrito do Funchal, Francisco de Andrade, concedeu a Manuel Rocha de Gouveia autorização para ensinar a partir de 8 de março de 1878. Entrou em funções no dia 18 desse mês, com a matrícula de 50 alunos. O número de bancos era insuficiente para acomodar todos, o que levou a Câmara a providenciar mais unidades⁴¹¹. Em outubro de 1878, o número de alunos a frequentar a escola ascendia a 60⁴¹². É de referir que havia passado uma década sem que esta freguesia tivesse uma escola de ensino oficial em funcionamento, o que

⁴⁰³ ABM, DEC, L.º 7, of. 96. Em 1944.09.11 foi nomeado Delegado Escolar da Calheta e transferiu o arquivo da Delegação Escolar para a Ponta do Pargo (ABM, DEC, L.º 7, of. 439).

⁴⁰⁴ ABM, DEC, L.º 7, ofs. 6, 19, 22).

⁴⁰⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 68 (1878.04.03).

⁴⁰⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 28v.º (1877.06...).

⁴⁰⁷ ABM, CMC, L.º 210, fls. 8v.º, 16v.º, 25v.º, 39v.º.

⁴⁰⁸ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 2v.º-3. Manuel Rocha de Gouveia faleceu em agosto de 1968.

⁴⁰⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 29v.º (1877.07.09).

⁴¹⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 35 (1877.08.09).

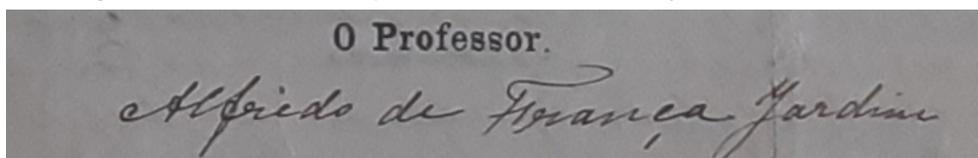
⁴¹¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 68v.º (1878.04.03); «Pela Direcção geral da instrução publica [...]», 1878.05.10, in DN, p. 1.

⁴¹² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 110v.º (1878.10.19).

deve ter contribuído para a alta adesão dos alunos, superando as expectativas das autoridades. A sala da escola, com uma área de 50m², continha, em 1886: «7 bancas com bancos unidos para 8 alunos cada banca, quadro preto, uma banca e 2 cadeiras e estrado para a professora, uma pequena mesa, 5 cabides, 2 pequenos mapas sendo de Portugal e outro da Madeira»⁴¹³.

O professor desta escola usufruía de um ordenado anual de 100\$000 réis. A 30 de abril de 1881, foi promovido à categoria de professor vitalício. Após completar seis anos de serviço efetivo, sem penas disciplinares, teve um aumento de 25% no ordenado, benefício que foi concretizado apenas em janeiro de 1887⁴¹⁴. O inspetor escolar do distrito considerava este professor, como «afeto e habilitado. Cumpre bem e é de bom comportamento. É cumpridor, bem procedido e possui razoável competência pedagógica»⁴¹⁵. Manuel Rocha de Gouveia ensinou nesta escola até abril de 1910, quando permutou⁴¹⁶ com Alfredo de França Jardim, «professor de ensino oficial da freguesia e concelho de S. Vicente»⁴¹⁷, da escola masculina, no lugar das Feiteiras. Alfredo Jardim exerceu na escola do Arco da Calheta até 3 de junho de 1915, quando se mudou para a escola masculina da Conceição, no Monte (Funchal)⁴¹⁸. Por grassar uma epidemia de cólera, a escola do Arco da Calheta esteve encerrada entre dezembro de 1910 e fevereiro de 1911⁴¹⁹.

Figura 15 – Assinatura do professor Alfredo de França Jardim (1916.03.11)



Fonte: ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

⁴¹³ ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 2v.º-3.

⁴¹⁴ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 71v.º, 76v.º (1886.12.11, 1887.03.19); ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 2v.º-3. A 1 de julho de 1895 pertencia à 1.ª classe da carreira de professor (*DG* de 1896.05.28, n.º 119).

⁴¹⁵ ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 2v.º-3.

⁴¹⁶ ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 5 citando *DG* de 1910.04.22, n.º 87.

⁴¹⁷ ABM, *RP*, Sé do Funchal, Casamentos, L.º de 1910, fls. 1-1v.º. Designou esta profissão no seu casamento na Sé do Funchal, a 10 de janeiro de 1910, com D. Beatriz Gomes Faria. Alfredo Jardim nasceu na freguesia de Santa Maria Maior a 16 de novembro de 1883 e concluiu o diploma na escola de Ensino Normal do Funchal a 15 de julho de 1907 (ABM, *ICEFUN*, L.º 55).

⁴¹⁸ ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 75 (1914.03.28), 93 (1915.05.29), 95 (1915.08.07). A escola do Arco da Calheta teve uma média de frequência de 43 alunos em 1910-1911, 36 alunos em 1911-1912, e 37 alunos em 1912-1913 e 1913-1914 (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

⁴¹⁹ ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

Pelo menos a partir de 1905 a escola funcionava no sítio do Ledo e Vinhático, numa casa de D. Juliana de França Lopes Jardim, que casou, em 1901, com o professor Manuel Rocha de Gouveia⁴²⁰. A escola esteve sediada nesta casa até meados do século XX, onde, por exemplo em 1954, funcionava o 1.º lugar da escola masculina desta freguesia, sendo o edifício nesta data pertencente aos herdeiros de José Rocha de Gouveia⁴²¹.

A 28 agosto de 1915, foi nomeado professor da escola masculina José Rocha de Gouveia Júnior⁴²², habilitado pela Escola Distrital do Funchal, natural do Arco da Calheta, sobrinho do professor Manuel Rocha de Gouveia e filho do presidente da Câmara Municipal da Calheta (triénio de 1914-1916)⁴²³, José Rocha de Gouveia. Durante a sessão de nomeação, o presidente da Câmara ausentou-se deliberadamente, dado que seu filho era um dos concorrentes ao lugar de professor. José Rocha de Gouveia foi selecionado em detrimento da professora Maria Amália Veiga Pestana⁴²⁴, tendo exercido nesta escola até, pelo menos, 1943⁴²⁵.

Na freguesia do Arco da Calheta, na Lombada do Loreto, o elevado número de crianças residentes, tanto neste sítio como na restante freguesia, justificava a abertura de uma escola. Atendendo a esta necessidade, a Câmara Municipal solicitou ao inspetor escolar do distrito do Funchal a criação de uma escola mista. Em resposta, a 12 de fevereiro de 1911, foi aprovada a criação de uma escola mista no Loreto⁴²⁶. Posteriormente, em 20 de abril de 1912, o inspetor escolar solicitou,

⁴²⁰ ARM, *RP*, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1901, fls. 16v.º-17. D. Juliana era viúva de Clemente Rodrigues Jardim e filha de António Lopes, da Ponta do Pargo, e de D. Juliana de França, da Calheta. Manuel Rocha de Gouveia nasceu a 12 de setembro de 1855. Casou pela primeira vez com D. Maria Augusta Soares, em 1879, em Santa Luzia (Funchal) (ARM, *RP*, Santa Luzia, Casamentos, L.º de 1879, fl. 18). Deste casamento nasceu o alferes miliciano de infantaria Gabriel Rocha de Gouveia (1887-1917.10.12) que faleceu em combate nas trincheiras, em França, durante a I Guerra Mundial. Este foi homenageado em 2016.02.24 com o seu nome atribuído na toponímia de uma praça situada à frente da igreja de São Brás, no Arco da Calheta.

⁴²¹ ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 160 A. Esta propriedade, que servia de escola, serve atualmente de armazém e situa-se no lado oposto do caminho, em frente à propriedade denominada de «Quinta Vinhático».

⁴²² ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 95. Categorias como professor: 1919.02.15 – provido à 2.ª classe (*DG* de 1919.02.15, n.º 36) recebendo de ordenado 45\$00 escudos; em junho de 1920 estava na 4.ª diuturnidade. José Rocha de Gouveia Júnior foi nomeado professor por diploma de 1911.08.06.

⁴²³ José Rocha de Gouveia (pai) levantou no sítio do Ledo um outro engenho, do qual ainda subsiste a chaminé enquadrada num empreendimento turístico.

⁴²⁴ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 97 (1915.08.28).

⁴²⁵ ABM, *DEC*, L.º 7, of. 405 (1943.10.18).

⁴²⁶ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 45 (1912.02.12).

à Câmara Municipal, o fornecimento de mobília para equipar a escola⁴²⁷. A mobília foi fornecida por Luís Maria Crawford, no valor de 99\$700 réis⁴²⁸. Em 1924, a escola estava instalada numa habitação pertencente a Manuel Viveiros da Silva⁴²⁹, atualmente demolida, sendo localizada no espaço que hoje corresponde à praça central da Lombada do Loreto, com estacionamento na parte inferior.

A 24 de julho de 1912, a professora Eva Cristina Borges Correia, natural do Lombo dos Aguiares – Funchal, iniciou funções nesta escola⁴³⁰ e terminou a 13 de setembro de 1916, quando mudou para a escola mista do lugar de onde era natural⁴³¹. A 17 de julho de 1917⁴³², Isidora Alice de Sousa Alves foi colocada nesta escola, exercendo até agosto de 1928.

Nos anos seguintes, a escola contou com o contributo de diferentes professoras. Ema Bela Martins da Silva foi nomeada a 19 de janeiro de 1922 e exerceu até março do mesmo ano⁴³³. Guilhermina Vasconcelos Silva⁴³⁴ ensinou de outubro de 1928 a março de 1932. Laurinda de Freitas Albuquerque entrou de serviço antes de 2 de maio de 1934⁴³⁵.

⁴²⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 48 (1912.04.20).

⁴²⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 54 (1912.09.14).

⁴²⁹ ABM, ICEFUN, L.º 63, of. 160 A.

⁴³⁰ ABM, ICEFUN, pt. 55; despacho do DG de 1912.07.10, n.º 160. Eva Correia nasceu em 1880.11.26. Foi professora na escola feminina de Santa Cruz, desde março de 1905, e ajudante da escola masculina de S. Vicente desde janeiro de 1909 (ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 86; ABM, ICEFUN, L.º 57, fls. 5v.º-6). Era diplomada pela Escola Normal do Funchal (1902.07.14). Anteriormente, lecionou na escola feminina da vila de Santa Cruz, como interina, entre março de 1905 e outubro de 1906; na escola masculina das Feiteiras, em S. Vicente, como professora ajudante, entre fevereiro de 1909 e julho de 1912 (ABM, ICEFUN, pt. 55).

⁴³¹ ABM, ICEFUN, pt. 55; DG de 1912.07.10, n.º 160. Em março de 1914, foi impossibilitada de exercer, por motivos de saúde (ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 75v.º (1914.03.28)). Interrompeu o serviço, ainda, de 1 a 15 de novembro de 1915 e de 2 de dezembro deste ano a 15 de fevereiro de 1916 (ABM, ICEFUN, pt. 55).

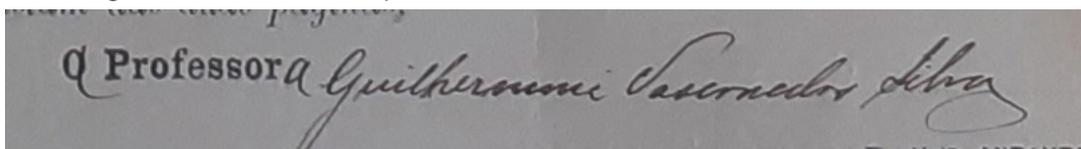
⁴³² ABM, CMC, L.º 163, fl. 37v.º; ABM, ICEFUN, L.º 140, fls. 4v.º-5; ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 127v.º (1917.07.18). Categorias na carreira docente: em 1919 estava na 5.ª classe e recebia um ordenado mensal de 35\$00; em 1920.06 estava na 5.ª diuturnidade e em 1927.07.08 passou à 2.ª diuturnidade.

⁴³³ Tomou posse em 1922.01.20 (ABM, DEC, L.º 64, fls. 4-4v.º; ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 24. Nomeada interina pela Junta Escolar da Calheta em 1921.01.19.

⁴³⁴ Nasceu em 1968.05.15. O despacho de nomeação para professora temporária foi dado em 1891.06.12 (ABM, ICEFUN, pt. 55). Lecionou entre 1891 e 1899 na escola masculina da Tabua, entre 1899 e 1915 na escola masculina de S. Gonçalo (Funchal) e a partir de 1915 na escola feminina de Santa Luzia, no lugar da Consolação (ABM, ICEFUN, pt. 55). Passou à 4.ª diuturnidade em 1928. Foi-lhe passada carta para a aposentação aos 36 anos de serviço (1929.06.01).

⁴³⁵ Deixou de exercer por motivos de gravidez (ABM, DEC, L.º7, of. 11)

Figura 16 – Assinatura da professora Guilhermina Vasconcelos Silva (1916.03.01)



Fonte: ABM, ICEFUN, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

A escola masculina da freguesia do Estreito da Calheta foi reaberta em 3 de setembro de 1877, contando inicialmente com 50 alunos matriculados, um número «superior ao calculo que se tinha feito», pois a Câmara Municipal previa apenas 40 inscrições. Posteriormente, para acomodar os 73 alunos inscritos⁴³⁶ e considerando a possibilidade de novas matrículas, a edilidade deliberou pela construção de mais seis bancos⁴³⁷. À data, e pelo menos até 1885, a escola funcionava na casa do padre João António Marcial, situada no sítio dos Serrões, pela qual a Câmara pagava a renda anual de 12\$000 réis⁴³⁸.

Luís José de França Júnior foi provido professor interino desta escola por alvará do comissário dos estudos do distrito, de 24 de agosto desse ano⁴³⁹, auferindo o vencimento anual de 78\$000 réis, pagos pelo Estado, e 33\$000 réis, pagos pela Câmara Municipal⁴⁴⁰.

Em janeiro de 1882, o lugar de professor foi requerido por Francisco Soares de Mendonça, natural de Santo Estêvão, comarca de Tavira, habilitado para lecionar na instrução primária⁴⁴¹, sendo provido, em março desse ano, com o vencimento anual de 100\$000 réis⁴⁴². Devido ao agravamento de uma «moléstia de que padecia», solicitou uma licença de 90 dias, a 5 de outubro desse ano, para se deslocar à sua terra natal. A Câmara Municipal concedeu 30 dias, estipulando que, caso ele não retornasse no prazo, a vaga seria colocada a concurso⁴⁴³. Posteriormente, o prazo foi prorrogado por mais 60 dias, considerando «a justa petição e ao bom desempenho» do professor⁴⁴⁴. Não regressou às suas funções.

⁴³⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 46 (1877.10.17).

⁴³⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 37v.º, 46 (1877.09.13, 1877.10.17).

⁴³⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 37v.º-38 (1877.09.13); L.º 210, fls. 13, 33, 35.

⁴³⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 37v.º (1877.09.13).

⁴⁴⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 46 (1877.10.17).

⁴⁴¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 95 (1882.01.28).

⁴⁴² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 101 (1882.03.22).

⁴⁴³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 122v.º (1882.10.05).

⁴⁴⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 127 (1882.11.18).

Na sessão camarária de 5 de outubro de 1882, João Joaquim Caires Pinto e Júlio César de Faria concorreram à vaga de professor interino desta escola. João Caires Pinto foi o selecionado⁴⁴⁵ e desempenhou o cargo até 6 de outubro de 1883, dia em que foi despedido por comportamento moral e civil irregular. Era acusado de «actos menos dignos ao magistério que lhe foi confiado, e com escandalo publico naquela freguesia, motivo por que tem dado lugar a diferentes queixas», tendo sido admoestado pela Câmara Municipal pelos seus procedimentos, «como o ter abandonado a mesma eschola, sahindo fora da freguesia sem a devida autorização»⁴⁴⁶. As suas saídas estariam provavelmente relacionadas com o seu casamento com D. Elisa Adelaide de Ornelas, ocorrido a 20 de agosto de 1883 na Sé do Funchal⁴⁴⁷.

Após a demissão de João Caires Pinto, este foi substituído por Diogo Perestrelo da Câmara Júnior, recebendo 50\$000 réis anuais como o anterior professor⁴⁴⁸, metade do valor do ordenado de um professor habilitado. Diogo Perestrelo também se ausentou para o Funchal. Encontrando-se a escola fechada, a Câmara nomeou a 12 de abril, de forma interina, António Eduardo Pestana de Barros Júnior⁴⁴⁹.

Júlio César de Faria foi nomeado para exercer nesta escola no início do ano letivo de 1884 (setembro)⁴⁵⁰, sendo promovido à categoria de professor temporário em 25 de abril de 1885⁴⁵¹. A 2 de julho deste ano, casou nesta freguesia com D. Maria Amélia Perestrelo de França, identificando-se como o «actual professor da escola regia d'esta parochia»⁴⁵². A 21 de junho de 1888, foi promovido à categoria de professor vitalício⁴⁵³. Sobre o seu desempenho, entre 1888-1890, o inspetor

⁴⁴⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 122v.º (1882.10.05).

⁴⁴⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 150, 151, 155 (1883.07.28, 1883.08.25, 1883.10.06).

⁴⁴⁷ João Pinto era natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos. Indicou no casamento a profissão de «professor interino d'instrução primária» (ABM, RP, Sé do Funchal, Casamentos, L.º de 1883, fls. 13v.º-14).

⁴⁴⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 155 (1883.10.06).

⁴⁴⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 175v.º-176 (1884.02.23, 1884.04.12). Entretanto, António Joaquim de Freitas, natural da freguesia de Santo António (Funchal), havia requerido o lugar de professor desta escola, a 11 de outubro de 1883, sendo-lhe indeferido pela Câmara Municipal, visto «não ter lugar» (ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 159v.º, 175 (1883.11.18, 1884.02.23).

⁴⁵⁰ ABM, CMC, L.º 210, fl. 31.

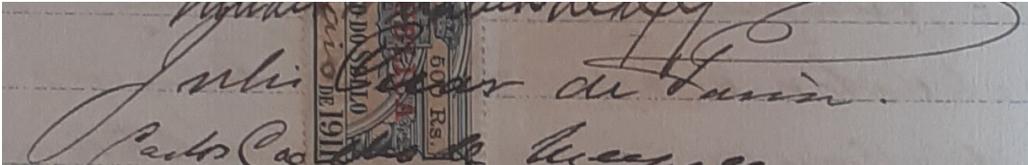
⁴⁵¹ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 3v.º-4.

⁴⁵² ABM, RP, Estreito da Calheta, Casamentos, L.º de 1885, fls. 4-4v.º. D. Maria Amélia era filha de Bento João Perestrelo de França que, na década de 1860, foi professor nesta freguesia. Júlio César de Faria nasceu a 29 de abril de 1865 (ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 15).

⁴⁵³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 105 (1888.04.14); ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 3v.º-4.

descreveu-o como um professor que «tem capacidade. Cumpre razoavelmente mas [...] pouco apto. É cumpridor e [tem] bom proceder. Cumpre com os seus deveres – o estado de adiantamento dos alunos, que frequentam a escola é razoável. É bom o procedimento do professor»⁴⁵⁴. Júlio César de Faria foi nomeado, em 24 de maio de 1911, ajudante de oficial do Registo Civil no Posto do Estreito da Calheta⁴⁵⁵, seguindo a prática comum, em que os professores das freguesias do concelho assumiam esse cargo.

Figura 17 – Assinatura do professor Júlio César de Faria (1911.05.24)



Fonte: ABM, CMC, L.º 50, Juramentos e Posses, 1904-1913, fl. 21v.º.

Em setembro de 1889, a escola do Estreito foi transferida para a «Quinta dos Reis», no sítio do Lombo dos Reis⁴⁵⁶, junto à capela dos Reis Magos, residência de Júlio César de Faria, mantendo-se nesse local até à década de 1920⁴⁵⁷. Em meados da década de 1880, o mobiliário desta escola era composto por: «10 bancas com bancos ligados, uma pequena estante, estrado banca e cadeiras para o professor, quadro preto e 5 cabides»⁴⁵⁸.

Júlio César de Faria, em março de 1917, apresentou um atestado médico que o declarava impossibilitado de exercer as funções de professor. Foi temporariamente substituído por Alice do Carmo Gonçalves de Azevedo, diplomada pela Escola Normal do Funchal, que exerceu até 19 de janeiro de 1920⁴⁵⁹. O atestado de Júlio

⁴⁵⁴ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 3v.º-4.

⁴⁵⁵ ABM, CMC, L.º 50, fls. 21-21v.º.

⁴⁵⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 128v.º (1889.09.12).

⁴⁵⁷ ABM, ICEFUN, cad.º 45, fl. não numerado; ABM, DEC, L.º 63, of. 160A.

⁴⁵⁸ ABM, ICEFUN, L.º 46, fls. 3v.º-4.

⁴⁵⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 123 (1917.03.31); ABM, CMC, L.º 163, fl. 33. Alice do Carmo nasceu em 1893.07.01, em Luanda. Anteriormente, desde novembro de 1916, era professora no 2.º lugar da escola masculina da freguesia da Sé do Funchal (ABM, ICEFUN, pt. 55).

César de Faria foi prorrogado⁴⁶⁰, voltando às funções de professor em outubro de 1920⁴⁶¹. Antes do seu retorno, Manuel Mendes de Gouveia foi nomeado, a 19 de janeiro de 1920, professor interino em substituição da professora Alice do Carmo, que havia solicitado 60 dias de licença, por ter entrado no 9.º mês de gravidez⁴⁶². Manuel Mendes de Gouveia lecionou até setembro de 1920. Na sessão de 21 de outubro de 1920, da Junta Escolar da Calheta, foi nomeada a professora Alda da Graça Nascimento para esta escola, mas, com o retorno de Júlio César de Faria, a sua nomeação foi anulada, e a professora Alda assumiu interinamente a regência da escola do Jardim do Mar⁴⁶³.

Júlio César de Faria exerceu o cargo de administrador do concelho da Calheta, em regime de comissão, entre junho e outubro de 1921⁴⁶⁴, tendo sido nomeado para a escola do Estreito, interinamente, em outubro, o professor José Basílio de Freitas, mas não chegou a tomar posse por já estar a exercer na escola do Porto da Cruz⁴⁶⁵. Júlio César regressou ao serviço escolar a 1 de novembro⁴⁶⁶, exercendo até 2 de dezembro de 1927, data em que se aposentou com 39 anos de serviço⁴⁶⁷.

Entre 29 de julho de 1934 e 27 de dezembro de 1941, Laura Vieira Marques foi a professora responsável por esta escola⁴⁶⁸.

Aquando da reabertura das diversas escolas no concelho da Calheta, em 1877, Manuel Gomes de Santana, encarregado dos herdeiros de António de Sousa Cunha, argumentou à Câmara Municipal que não podia arrendar a casa para servir de escola de ensino primário, masculino, na freguesia do Paul do Mar, por menos de 18\$000 réis, por necessitar de «grande concerto» e por haver «falta de cazas de habitação» na freguesia⁴⁶⁹. Na década seguinte, entre 1881 e 1886, a casa que servia de escola

⁴⁶⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 126, 139v.º, 141v.º (1917.06.23, 1918.01.02, 1918.01.25).

⁴⁶¹ ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 14v.º-15; «Junta Escolar do Concelho da Calheta – Nota oficiosa», 1920.10.31, in *DM*, p. 1.

⁴⁶² ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 3v.º-4, 4v.º-5, 8; L.º 64, fl. 1; L.º 63, of. 12.

⁴⁶³ ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 14v.º-15.

⁴⁶⁴ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 18v.º.

⁴⁶⁵ ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 20v.º, 23.

⁴⁶⁶ ABM, ICEFUN, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1921.12.

⁴⁶⁷ ABM, ICEFUN, mç.º 30, folhas de vencimentos de 1927.12, 1929.12.

⁴⁶⁸ ABM, DEC, L.º 7, ofs. 22, 192, 298, 311).

⁴⁶⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 31v.º, 74 (1877.07.30, 1878.05.22).

pertencia a Manuel Lourenço Jardim⁴⁷⁰. Em 1886, a mobília da escola incluía: «11 carteiras tendo 10 os bancos ligados, banca e estrado para o professor, quadro preto e cabides nas paredes. Há uma cadeira que é da professor»⁴⁷¹. Nos anos posteriores, a escola mudou de localização: em 1898 funcionava em casa de D. Henriqueta Amália de Almeida e Abreu; em 1905 funcionava no sítio do Porto⁴⁷²; em 1912 funcionava no sítio da Ribeira das Galinhas⁴⁷³; e, entre 1920 e 1924, no sítio da Quebrada, em casa de Manuel Rodrigues⁴⁷⁴.

À semelhança das outras freguesias, a abertura da escola do Paul do Mar atraiu um grande número de alunos, totalizando 67. Perante este número, o professor Álvaro de Ornelas Linhares de Sousa solicitou, em outubro de 1878, uma gratificação suplementar, similar à concedida ao professor da escola do Arco da Calheta⁴⁷⁵.

A 22 de outubro de 1885, Eduardo Joaquim de Sousa Pestana sucedeu o professor anterior, sendo nomeado professor interino da escola com o vencimento anual de 72\$000 réis⁴⁷⁶. Este professor foi sucedido por Maria Clara Pereira de Nóbrega, nomeada professora temporária a 29 de outubro de 1888, com o vencimento anual de 100\$000 réis⁴⁷⁷. Em 1890, a professora solicitou à Câmara Municipal a alteração do período das «férias grandes do mês de setembro» para o mês de junho, por ser aquele mês o de maior trabalho na freguesia. A edilidade delegou a competência desta medida para o inspetor do círculo escolar do Funchal⁴⁷⁸. Anteriormente, em finais de agosto de 1883, o professor da escola, Álvaro

⁴⁷⁰ ABM, CMC, L.º 210, fls. 8v.º, 16, 25v.º, 33, 39v.º.

⁴⁷¹ ABM, ICEFUN, L.º 46, fls. 7v.º-8.

⁴⁷² ABM, CMC, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fl. 3; ABM, ICEFUN, L.º 47, fls. 3v.º-4.

⁴⁷³ ABM, ICEFUN, L.º 46, fls. 7v.º-8.

⁴⁷⁴ ABM, ICEFUN, L.º 63, ofs. 39 (1920.11.15), 160 A.

⁴⁷⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 110v.º (1878.10.19).

⁴⁷⁶ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 7v.º-8.

⁴⁷⁷ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 7v.º-8; ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 115v.º (1888.10.27). Tinha o diploma para o Magistério do 1.º grau. Nasceu a 22 de julho de 1854. Casou a 22 de julho de 1879, na paróquia de Santana, com Jorge Luís de Nóbrega, professor de instrução primária (ABM, RP, Santana, Casamentos, L.º de 1879, fls. 9-9v.º).

Categorias: 1888.10.29, temporária; 1892.01.14, definitiva; em 1902 pertencia à 1.ª classe. 1895.07.27 foi trabalhar para Câmara de Lobos, tendo anteriormente trabalhado nos Canhas. Em finais do século XIX recebia 100\$000 réis de ordenado e as gratificações legais (ABM, ICEFUN, L.º 50; L.º 47, fls. 16v.º-17).

⁴⁷⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 138 (1890.05.17).

Linhares, justificou as altas taxas de absentismo dos alunos, explicando que «na presente epocha é natural, em consequência de se empregarem na cultura»⁴⁷⁹.

Figura 18 – Vista oeste/este da freguesia do Paul do Mar, Calheta (anterior a 1905)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, JAS/804.

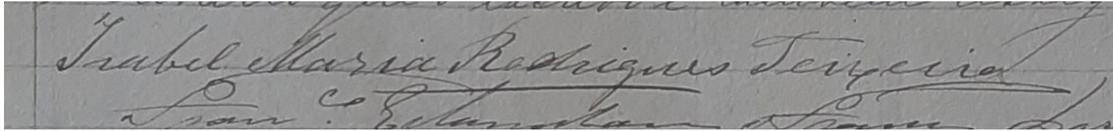
Por algum tempo, o professor Francisco Gomes de Santana⁴⁸⁰ exerceu nesta escola até à entrada da professora Isabel Maria Rodrigues Teixeira, transferida de uma escola do concelho de Mirandela. Isabel Teixeira tomou posse no Paul do Mar a 12 de janeiro de 1897⁴⁸¹, permanecendo até os primeiros meses de 1900, quando foi colocada na escola do Monte, no Funchal.

⁴⁷⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 151v.º (1883.08.25).

⁴⁸⁰ Nasceu cerca de 1855. Tinha exame de admissão ao Liceu (ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 7v.º-8).

⁴⁸¹ ABM, CMC, L.º 48, fl. 19v.º; ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 7v.º-8. Foi nomeada por despacho de 1895.11.28.

Figura 19 – Assinatura da professora Isabel Maria Rodrigues Teixeira (1897.01.12)



Fonte: ABM, CMC, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897, fl. 19v.º.

Isabel Teixeira, em março de 1897, solicitou à Câmara Municipal a mudança da escola para uma casa no sítio do Porto, alegando que a casa onde estava instalada era «imprópria para os exercícios escolares». O município autorizou a mudança, desde que ocorresse no final do ano, findo o arrendamento da atual, e que a nova casa estivesse em boas condições e custasse até 25\$000 réis anuais⁴⁸². Provavelmente, na sequência deste pedido, a 28 de maio de 1898, D. Henriqueta Amália de Almeida e Abreu arrendou à Câmara Municipal, por 36\$000 réis anuais, o andar superior da casa sobradada coberta de telha, com quintal, situada no sítio do Porto, confrontando a oeste com a estrada, para «servir de escola pública e residência do respetivo professor»⁴⁸³.

A 25 de janeiro de 1900, António Gonçalves Santana foi nomeado professor interino da escola do Paul do Mar⁴⁸⁴. A 18 de maio do mesmo ano, foi colocada a professora Maria Georgina Gomes, que, entretanto, optou por lecionar na escola da vila do Porto Moniz⁴⁸⁵. A 8 de junho desse ano, Ana Isabel Lopes tomou posse do lugar de professora na categoria de temporária⁴⁸⁶, mas ao ser transferida para a escola da Tabua proporcionou a nomeação de João Evangelista Ferro Júnior, natural de Faro (Algarve), por despacho de 20 de junho de 1900 e empossado a 24 de julho⁴⁸⁷.

Figura 20 – Assinatura do professor João Evangelista Ferro Júnior (1911.05.24)



Fonte: ABM, CMC, L.º 50, Juramentos e Posses, 1904-1913, fl. 22.

⁴⁸² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 45v.º (1897.03.13).

⁴⁸³ ABM, CMC, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fl. 3.

⁴⁸⁴ ABM, CMC, L.º 49, fls. 9v.º-10. Tomou posse em 1900.01.26.

⁴⁸⁵ ABM, ICEFUN, pt. 55.

⁴⁸⁶ ABM, CMC, L.º 49, fl 10v.º. ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 7v.º-8. Foi nomeada por despacho de 1900.05.30.

⁴⁸⁷ ABM, CMC, L.º 49, fls. 14-14v.º; ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 7v.º-8; L.º 47, fls. 3v.º-4. Em 24 de maio de 1911, foi nomeado ajudante official de Registo Civil das freguesias do Paul do Mar e do Jardim do Mar (ABM, CMC, L.º 50, fls. 21v.º-22).

Entre 1903 e 1911, na freguesia do Paul do Mar, das 165 crianças recenseadas anualmente, apenas 62, em média, frequentavam a escola.

Quadro II – Alunos da Escola Masculina do Paul do Mar (1903-1911)

Anos	Alunos matriculados	Alunos que abandonaram	Alunos a exame de 1.º grau	Alunos a exame de 2.º grau	Crianças Recenseadas
1903	91	13	13	1	–
1904	89	18	6	0	150
1905	51	–	5	0	165
1906	51	0	0	0	167
1907	57	0	0	0	169
1908	67	8	3	0	167
1909	42	3	5	0	167
1911	51	–	4	2	–

Fonte: ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 46.

João Evangelista Ferro Júnior, viúvo desde novembro de 1919⁴⁸⁸, casou no Paul do Mar, aos 45 anos, no dia 21 de janeiro de 1921, com a professora Maria Amália da Veiga Pestana, de 28 anos, divorciada de Eduardo Dário da Costa Cabral⁴⁸⁹. Maria Amália lecionava na escola feminina no Paul do Mar desde julho de 1917⁴⁹⁰. A 22 de outubro de 1921⁴⁹¹ suspendeu as aulas, em conformidade com o decreto 7704, de 7 de setembro de 1921, que concedia a dispensa de dois meses do serviço, durante o último período de gravidez.

Em abril de 1924, os professores das escolas masculina e feminina do Paul do Mar, o casal Ferro: João Evangelista e Maria Amália, apresentaram atestados médicos de 30 e 60 dias, respetivamente, e retiraram-se para o Funchal⁴⁹². Em maio do mesmo ano, o professor propunha-se comparecer à Junta de Sanidade Escolar para renovar o atestado, pois ainda não estava em condições de trabalhar, enquanto a esposa retornava ao trabalho⁴⁹³. No final de junho, a professora informou que encerrou a

⁴⁸⁸ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 2v.º; L.º 63, of. 5.

⁴⁸⁹ (ABM, *CRCF*, Casamentos, L.º de 1921.01.17-1921.12.04, fls. 3-3v.º. O professor Ferro nasceu em 1858.03.18.

⁴⁹⁰ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 127v.º (1917.07.18); L.º 163, fl. 37v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 140, fls. 4v.º-5.

⁴⁹¹ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 21v.º, 23.

⁴⁹² ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 39v.º-40; «Instrução Primária», 1924.04.05, in *DN*, p. 1; «Junta Escolar da Calheta», 1924.04.05, in *DM*, p. 1.

⁴⁹³ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 40; ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 151.

escola temporariamente para se ausentar para o Funchal e procurar «um especialista em doenças oftalmológicas», por não existir no Paul do Mar, tendo regressado ainda neste mês⁴⁹⁴. Saliente-se que nesta época grassava no Paul do Mar uma «doença contagiosa de olhos»⁴⁹⁵.

O professor Ferro encontrava-se de relações cortadas com o pároco do Paul do Mar, Carlos Frederico Martins, tendo apresentado queixa formal por insultos⁴⁹⁶. A desavença entre ambos era descrita como «uma questão antiga»⁴⁹⁷. Segundo um periódico regional, o padre em virtude desses conflitos seria colocado na paróquia de Machico, como cura⁴⁹⁸. A controvérsia estaria, possivelmente, relacionada com o facto do professor não professar a religião católica. Um grupo de mulheres, liderado por José Ferreira, de alcunha *o Palhaça*, no dia 20 de julho de 1924, domingo, dirigiu-se à casa do professor exigindo que lhe abrissem a porta. Após a insistência, Maria Amália dirigiu-se à janela, declarando *o Palhaça* que o que «queriam naquela freguesia era professor que fosse católico, apostólico, romano»⁴⁹⁹. O grupo prometeu regressar no domingo seguinte, dia 27, para ajustar contas, «caso se realizasse a transferência do respectivo paroco»⁵⁰⁰, o que parece ter ocorrido, já que, em junho de 1925, o pároco foi referido como «ex-vigário» do Paul do Mar.

No dia 22 de julho de 1924, terça-feira, o professor deslocou-se ao Funchal, por motivo de doença. No dia seguinte, 23 de julho, pelas 22 horas, uma bomba foi lançada contra a sua residência, proveniente de uma casa vizinha onde residia um indivíduo que estava de relações cortadas com o professor. O grande estrondo colocou «em sobressalto toda a freguesia»⁵⁰¹.

O professor Ferro participou ao governador civil e à Junta Escolar da Calheta sobre os «insultos recebidos do povo da freguesia», na noite de 23 de julho de 1924⁵⁰². A esposa e filha retiraram-se para o Funchal até que o governador civil procedesse ao inquérito sobre a queixa apresentada⁵⁰³. Uma força policial foi enviada ao Paul do Mar para investigar as responsabilidades pelo lançamento da

⁴⁹⁴ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 42.

⁴⁹⁵ ABM, *GC*, L.º 635, fls. 138v.º, 139.

⁴⁹⁶ «No Paul do Mar [...]», 1924.07.25, in *DN*, p. 1.

⁴⁹⁷ «Para o Paul do Mar – Força militar e policial», 1925.06.19, in *DN*, p. 1.

⁴⁹⁸ «No Paul do Mar [...]», 1924.07.25, in *DM*, p. 1.

⁴⁹⁹ «No Paul do Mar [...]», 1924.07.25, in *DN*, p. 1.

⁵⁰⁰ «No Paul do Mar [...]», 1924.07.25, in *DN*, p. 1.

⁵⁰¹ «No Paul do Mar [...]», 1924.07.25, in *DN*, p. 1.

⁵⁰² ABM, *GC*, L.º 635, fl. 154v.º (of. do governador civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).

⁵⁰³ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 42v.º.

bomba⁵⁰⁴. O Governo Civil e o inspetor escolar procederam a averiguações⁵⁰⁵. Alguns dos agressores foram posteriormente condenados pelos tribunais parecendo «que as coisas entrariam na normalidade»⁵⁰⁶, o que não aconteceu.

Os dois professores continuaram no Funchal, com atestados médicos. Pretendiam regressar ao Paul do Mar em outubro, para o início do ano letivo, mas a população, ao saber da intenção, exaltou-se ainda mais. O Delegado do Governo, por recear uma alteração da ordem na freguesia, informou o governador civil, José Varela, que, por sua vez, expôs a situação ao Ministro da Instrução Pública e ao Ministro do Interior e Presidente do Ministério, em Lisboa, para decidir o que fazer nesta situação⁵⁰⁷. O governador avaliou que a presença de forças militares no Paul do Mar não era viável, dada a grande distância em relação ao Funchal e o número reduzido de soldados disponíveis, além de grassar nesta freguesia uma «doença contagiosa dos olhos». Também achou ser inexecutável manter militarmente o professor na freguesia «onde não concorreria um só aluno» à escola, daí ter decidido, em conjunto com o inspetor escolar, que o professor não retornaria ao Paul do Mar até ordem superior do Ministro da Instrução⁵⁰⁸.

A professora Amália continuou afastada da escola, apresentando atestados médicos entre dezembro de 1924 e fevereiro de 1925, a fim «de completar o seu tratamento»⁵⁰⁹. Voltou à escola, no dia 2 de março de 1925, visto «estar completamente restabelecida»⁵¹⁰.

No entanto, a situação continuou tensa. Segundo a professora Maria Amália, no dia 17 de junho de 1925, um «grande número de pessoas foram á casa, da escola e na ocasião em que ministrava a instrução, intima-la com atitudes ameaçadoras a abandonar aquela freguesia»⁵¹¹. Segundo o *Diário de Notícias*, por volta do meio dia desse dia, «um numeroso grupo se juntára á porta da escola, ameaçando de morte a professora [...] intimando-a a sair do Paul até ao dia seguinte ao meio dia, pois de contrario a matariam»⁵¹². O Governador Civil da Madeira, João Guilherme de Meneses Ferreira, relatou que foi «atacada e invadida a residencia do casal,

⁵⁰⁴ «No Paul do Mar [...]», 1924.07.27, in *DN*, p. 1.

⁵⁰⁵ ABM, GC, L.º 635, fls. 138v.º-139.

⁵⁰⁶ ABM, GC, L.º 635, fl. 154v.º (of. do governador civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).

⁵⁰⁷ ABM, GC, L.º 635, fls. 138v.º-139v.º.

⁵⁰⁸ ABM, GC, L.º 635, fl. 138v.º; ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 44v.º.

⁵⁰⁹ ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 45-45v.º.

⁵¹⁰ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 46v.º.

⁵¹¹ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 47.

⁵¹² «Para o Paul do Mar – Força militar e policial», 1925.06.19, in *DN*, p. 1.

o professor agredido, espancado, e lançado ao mar, donde a custo foi salvo, e a professora terrivelmente vexada e ofendida!»⁵¹³.

Para garantir a ordem, proceder a investigações e capturar os causadores dos tumultos, no dia seguinte, por requisição do Governador Civil, seguiu para o Paul do Mar a força de infantaria n.º 27, sob o comando de um sargento, e o chefe de polícia, Macedo Faria, acompanhado do amanuense do comissariado, João Filipe Fernandes, e de dois guardas⁵¹⁴. Segundo o Governador Civil, foram «entregues á justiça umas dezenas dos assaltantes; os professores, porém, tiveram de sahir outra vez da freguesia, onde as suas vidas corriam grave perigo, e correrão se elles para lá voltarem»⁵¹⁵.

Perante a gravidade da situação, o governador, em novembro de 1925, concluiu que «não é possível, nem conveniente, prolongar, porquanto não é viável a permanência de força militar a áquella pequena e desviada povoação, nem será proveitosa para a instrução a conservação d'aquelles professores n'uma freguesia, onde a sua presença só servirá para exacerbar cada vez mais a exaltação dos animos, e originar talvez acontecimentos funestos». Propôs a colocação dos professores noutras escolas, sem prejuízo para as suas carreiras, sugerindo que a professora Amália podia ser transferida para a escola de Santa Luzia, no Funchal, por motivos de falecimento da professora Maria Matilde de Nóbrega de Castro. A professora Maria Amália foi transferida, a 21 de junho de 1927, para a escola do Lombo dos Aguires, no Funchal⁵¹⁶. O professor Ferro, por opção própria, concorreu para a escola das Encruzilhadas, na freguesia de Santo António, no Funchal⁵¹⁷.

Na escola masculina do Paul do Mar sucedeu o professor Manuel Mendes de Gouveia, nomeado a 12 de dezembro de 1929, onde permaneceu até novembro de 1936⁵¹⁸. Neste mês passou a exercer na escola masculina da Ponta do Pargo, em serviço de comissão, por deliberação da Junta Geral do Funchal, de 17 desse mês⁵¹⁹.

⁵¹³ ABM, GC, L.º 635, fl. 154v.º (of. do Governador Civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).

⁵¹⁴ «Para o Paul do Mar – Força militar e policial», 1925.06.19, in *DN*, p. 1.

⁵¹⁵ ABM, GC, L.º 635, fl. 154v.º (of. do Governador Civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).

⁵¹⁶ ABM, ICEFUN, L.º 57, fl. 45v.º; DG de 1927.06.28, n.º 139.

⁵¹⁷ ABM, GC, L.º 635, fls. 154v.º-155 (of. do Governador Civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).

⁵¹⁸ ABM, ICEFUN, mç.º 30, folha de vencimentos de 1929.12; ABM, DEC, L.º 7, ofs. 78, 96.

⁵¹⁹ ABM, DEC, L.º 7, of. 96.

Em novembro de 1878, o Governo Civil propunha à Câmara Municipal que, enquanto não fosse aberto concurso para a nomeação de um professor para a escola de ensino primário da freguesia dos Prazeres, fosse designado um professor interino. Assim, a 1 de fevereiro de 1879, Francisco Manuel de Sousa, residente no Estreito da Calheta, foi nomeado para o cargo da escola dos Prazeres⁵²⁰. Em 1881, Manuel João Correia Júnior ocupava o lugar, mas solicitou a sua exoneração em outubro desse ano⁵²¹. Com a vaga aberta, José Calisto Nunes, natural do Funchal, requereu o posto e foi nomeado pela Câmara, em 28 de janeiro de 1882, para exercer «o magistério d'um e de outro sexo»⁵²², ou seja, uma escola mista, pela gratificação anual de 60\$000 réis⁵²³. Após ser admoestado pela Câmara Municipal, por factos «que lhe são arguidos», pediu licença de quatro dias para ir ao Funchal⁵²⁴ e, a 2 de julho desse ano, renunciou às funções⁵²⁵. Francisco Manuel de Sousa voltou a assumir interinamente, «para que não seja abandonada a escola»⁵²⁶.

A lei de 2 de maio de 1878 determinava que cada paróquia devia ter «em regra, uma escola primaria com ensino elementar para cada sexo», que «poderá servir para duas ou mais parochias, quando os alunos das parochias reunidas não exceda, de sessenta»⁵²⁷. Em cumprimento desta lei, a Câmara Municipal da Calheta, em abril de 1882, determinou que as crianças da freguesia do Jardim do Mar frequentariam a escola dos Prazeres⁵²⁸, então renomeada de «escola dos Prazeres e Jardim do Mar»⁵²⁹. Apenas em 1908, após reclamações dos habitantes do Jardim do Mar, a Câmara solicitou ao Governo a criação de uma escola mista no Jardim do Mar⁵³⁰, o que foi efetivado apenas na década seguinte.

⁵²⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 133, 138 (1879.02.01, 1879.02.22).

⁵²¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 74v.º (1881.10.15).

⁵²² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 85 (1878.06.12).

⁵²³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 94v.º-95 (1882.01.28); «Por despacho de 28 de janeiro [...]», 1882.02.02, in *DN*, p. 1; «Por despacho de 3 do corrente [...]», 1882.03.05, in *DN*, p. 1.

⁵²⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 109-109v.º (1882.05.06).

⁵²⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 119 (1882.08.03). Por despacho de 1882.03.03 foi nomeado solicitador da freguesia da Fajã da Ovelha («Por despacho de 3 do corrente [...]», 1882.03.05, in *DN*, p. 1).

⁵²⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 119 (1882.08.03).

⁵²⁷ Decreto de 1878.05.02, art.º 19.

⁵²⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 93v.º-94, 106 (1882.01.18, 1882.04.22).

⁵²⁹ «Por despacho de 3 do corrente [...]», 1882.03.05, in *DN*, p. 1.

⁵³⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 7v.º (1908.11.30).

É desconhecido o professor que esteve em atividade nos Prazeres entre julho de 1882 e fevereiro de 1885. Continuará Francisco Manuel de Sousa?

Face às «queixas dos pais dos alunos» das escolas dos Prazeres e do Paul do Mar, sobre as faltas dos professores, a Câmara Municipal despediu-os, em fevereiro de 1885⁵³¹, sendo o lugar de professor da escola dos Prazeres, a partir de então, denominada de escola masculina, requerido por Álvaro de Ornelas Linhares, em agosto desse ano⁵³². No entanto, no dia 3 de agosto foi nomeado, interinamente, o padre João António Marcial⁵³³, de 39 anos de idade, possuidor do curso do Seminário, com o ordenado inicial de 72\$000 réis e depois de 96\$000 réis. Em relação às aulas deste padre, o inspetor refere que cumpria as suas atividades «muito irregularmente. É pouco assíduo. Os resultados da escola são quase nulos»⁵³⁴. Em 1883, a Câmara pagava a renda da casa que serve de escola ao padre João António Marcial⁵³⁵. Por esta altura, entre 1881 e 1886, a escola funcionava no sítio da Igreja, a 50 metros da residência paroquial, numa sala com 35 m², arrendada a Augusto Joaquim de Andrade por 12\$000 réis anuais⁵³⁶. As condições higiénicas da escola eram «más» e o mobiliário incluía: «4 bancas com bancos ligados para 6 alunos cada uma, um pequeno quadro preto, banca para o professor sobre um estrado, 4 cabides, uma pequena estante»⁵³⁷.

Sucedeu a professora temporária Maria Henriqueta Franco⁵³⁸ que iniciou funções a 15 de outubro de 1894⁵³⁹, com o ordenado anual de 100\$000 réis. Lecionou até 14 de agosto de 1902, quando foi colocada na escola do Arco de São Jorge, onde iniciou funções a 5 de outubro de 1902⁵⁴⁰, por permuta com o professor

⁵³¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 25v.º (1882.08.03).

⁵³² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 35 (1885.08.01).

⁵³³ Foi vigário na paróquia dos Prazeres desde inícios de 1882 até depois de 1911 (ABM, RP, Prazeres, Casamentos, L.ºs de 1882 e 1911).

⁵³⁴ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 4v.º-5.

⁵³⁵ ABM, CMC, L.º 210, fl. 24.

⁵³⁶ ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 3v.º-4; ABM, CMC, L.º 210, fls. 8v.º, 16v.º, 21, 27, 30v.º, 34, 37, 39v.º.

⁵³⁷ ABM, ICEFUN, L.º 46, fls. 4v.º-5.

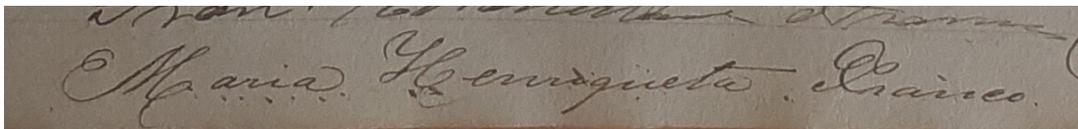
⁵³⁸ Henriqueta Franco nasceu na freguesia de Machico, em 1874.01.25; era habilitada para o magistério primário (exame em 1892.12.07) (ABM, ICEFUN, pt. 55).

⁵³⁹ ABM, CMC, L.º 116, fl. 12; ABM, ICEFUN, pt. 55. Foi nomeada, temporária, por despacho de 1894.05.05 e tomou posse em 1894.06.22 (ABM, CMC, L.º 48, fl. 16v.º). Na escola dos Prazeres teve o castigo de suspensão por um mês em 1901.

⁵⁴⁰ Exerceu no Arco de S. Jorge até 5 de dezembro de 1909, tendo passado neste mês para a escola da freguesia de Boaventura (ABM, ICEFUN, pt. 55).

António Pinto, habilitado para o magistério elementar. António Pinto exerceu nos Prazeres de 1 de setembro de 1902 (data da posse)⁵⁴¹ até, pelo menos, ao verão de 1911, momento em que acumulava nesta freguesia o cargo de ajudante de oficial de registo civil⁵⁴². Possivelmente, continuou a lecionar nos Prazeres até abril de 1914, quando o lugar de professor se encontrava vago⁵⁴³. No exercício das funções foi considerado um professor zeloso, assíduo e de bom comportamento⁵⁴⁴.

Figura 21 – Assinatura da professora Maria Henriqueta Franco (1894.06.22)



Fonte: ABM, CMC, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897, fl. 16v.º.

Este professor entre os anos escolares de 1902-1903 e 1908-1909 teve 589 alunos recusados à matrícula, devido à falta de espaço, 418 alunos matriculados, tendo 71 abandonado a escola. Dos matriculados, 39 transitaram da 1.ª para a 2.ª classe e 33 da 2.ª para a 3.ª classe⁵⁴⁵.

Quadro III – Alunos da Escola dos Prazeres (1902-1909)

Anos	1902-1903	1903-1904	1904-1905	1905-1906	1906-1907	1907-1908	1908-1909
Alunos recusados à matrícula	75	72	82	92	89	85	94
Alunos matriculados	86	77	74	56	44	30	51
Alunos que abandonaram	12	24	15	10	8	2	
Transitaram da 1.ª para a 2.ª classe	6	5	7	8	4	3	6
Transitaram da 2.ª para a 3.ª classe	3	4	7	6	7	4	2

Fonte: ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 42.

⁵⁴¹ ABM, CMC, L.º 48, fl. 16v.º; L.º 49, fls. 49-49v.º. ABM, ICEFUN, L.º 47, fls. 74v.º-75; L.º 50, fls. 4v.º-5; L.º 56, inscrição n.º 42; L.º 57, fls. 2v.º-3. António Pinto nasceu a 10 de maio de 1874. Foi nomeado para a Escola dos Prazeres por despacho de 1902.08.12.

⁵⁴² ABM, CMC, L.º 50, fl. 23; «Instrução Pública», 1911.01.13, in DN, p. 2.

⁵⁴³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 76v.º (1914.04.25).

⁵⁴⁴ ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 42.

⁵⁴⁵ ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 42.

A escola foi transferida do centro da freguesia, do sítio da Igreja, para o extremo sul, no sítio do Jardim Pelado⁵⁴⁶, para uma habitação de Manuel Francisco Farinha que, a 3 de janeiro de 1905, arrendou uma casa sobradada e coberta de telha, exceto uma loja que servia de lagar, para «funcionar a escola e residir o respectivo professor», pela renda anual de 42\$000 réis. O prédio confrontava a norte com a vereda e a sul com o caminho do carro⁵⁴⁷. Entre 1912 e 1915, a escola já estava novamente no sítio da Igreja / da Estacada⁵⁴⁸. Entre 1920 e 1924 funcionava no sítio da Estacada, numa casa térrea pertencente a Rufino Gonçalves dos Reis, e incluía a residência do professor⁵⁴⁹.

Por se encontrar vago o lugar de professor desta escola, em abril de 1914 foi nomeada a professora interina Leonor Neves Farinha, habilitada pela Escola Normal do Funchal⁵⁵⁰. Dos concursos abertos em janeiro e em agosto de 1915 não surgiram pretendentes⁵⁵¹. Entretanto, em maio, a professora Leonor pediu a exoneração e José Fortunato Rodrigues Mendes, natural do Arco da Calheta, solicitou a nomeação como professor interino a 7 de agosto. A Câmara Municipal aprovou o pedido, assumindo funções no início de outubro⁵⁵².

Segundo o periódico *Diário da Madeira*, Manuel de Sousa Jardim, natural dos Prazeres, foi o primeiro rapaz desta freguesia que se apresentou a exame de 1.º grau, obtendo a classificação de bom, facto ocorrido a 21 de julho de 1916⁵⁵³. Nesse mês

⁵⁴⁶ ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 2v.º-3.

⁵⁴⁷ ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fls. 17-18.

⁵⁴⁸ ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 4v.º-5; ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

⁵⁴⁹ ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 39; ABM, *DEC*, L.º 12, of. 160A. Esta casa foi demolida e situava-se onde está implantado atualmente o restaurante «O Parque», junto à atual Estrada Regional 222, do lado oposto do «Largo professor doutor Carlos Alberto da Mota Pinto».

⁵⁵⁰ ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 76v.º (1914.04.25). Leonor Farinha, filha de João de Agrela Farinha e de Isabel Rodrigues da Purificação, moradores nos Prazeres, casou com 28 anos, na Calheta, a 24 de abril de 1915, com António Rodrigues Brás Júnior, filho de António Rodrigues Brás e Henriqueta Augusta Rodrigues, moradores na vila da Calheta. Leonor Farinha apresentou-se com a profissão de professora oficial (ABM, *CRCC*, Casamentos, L.º do ano de 1915, fls. 10-10v.º).

⁵⁵¹ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 88v.º, 92v.º, 95, 97 (1915.01.30, 1915.05.29, 1915.08.07, 1915.08.28).

⁵⁵² ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 96, 100v.º (1915.08.07, 1915.10.30). Fortunato Mendes nasceu em 1891.12.03 e casou em 1916 com Maria da Piedade Fernandes.

⁵⁵³ «Escola oficial dos Prazeres», 1916.07.22, in *DM*, p. 1.

de julho, concorreram os professores José Fortunato e José Nicolau de Freitas, ambos diplomados pela Escola Normal do Funchal, mas desistiram, tendo o primeiro optado pela colocação na escola do Caniço, no sítio da Vargem. Com as desistências, o lugar foi requerido pela professora Maria do Céu Gonçalves dos Santos, também formada pela Escola Normal do Funchal, que foi nomeada professora interina a 1 de julho de 1916⁵⁵⁴.

A 30 de dezembro de 1916, Maria Eduarda de Abreu foi colocada interinamente nesta escola, mas renunciou a 3 de fevereiro de 1917, sendo substituída a 14 desse mês pela professora Felicidade Augusta de Andrade Serrão, que desejava ser colocada em qualquer escola do concelho da Calheta. Ambas eram diplomadas pela Escola Normal do Funchal⁵⁵⁵. No concurso de 17 de julho de 1917, entre seis candidatos, a professora Felicidade Serrão ficou em 6.º lugar, mas foi a nomeada porque os demais concorrentes optaram por outras escolas onde ficaram colocados⁵⁵⁶. Felicidade Serrão lecionou nesta escola até cerca de 1955⁵⁵⁷.

Nesta freguesia, uma escola particular, regida por Manuel do Rosário de Gouveia, foi mandada encerrar, em novembro de 1921, por se encontrar a funcionar ilegalmente⁵⁵⁸.

Na freguesia da Fajã da Ovelha, a escola permaneceu em funcionamento na maioria ou na totalidade dos anos da década de 1870, pois Manuel de Ponte de Gouveia obteve várias nomeações ao longo desse período, como já referimos.

⁵⁵⁴ ABM, *ICEFUN*, pt. 55. ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 13; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 112 (1916.07.01). «Instrução Pública – Escola dos Prazeres», 1916.07.11, in *DM*, Funchal, p. 1.

⁵⁵⁵ ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 29v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 117v.º, 121v.º (1916.12.30, 1916.02.03); «Escola dos Prazeres», 1917.02.13, in *DN*, p. 1. Maria Eduarda nasceu na freguesia da Sé do Funchal, em 1896.10.15, era diplomada pela Escola Normal do Funchal (1916) e exerceu por um curto período de tempo, em janeiro de 1917 na escola feminina do Porto da Cruz, no sítio das Casas Próximas (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

⁵⁵⁶ ABM, *CMC*, L.º 163, fls. 37v.º-38; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 128 (1917.07.18); ABM, *ICEFUN*, mc.º 29, folhas de vencimentos de 1919.10, 1926.01. A professora Felicidade Serrão passou à 2.ª diuturnidade em 1928.02.17.

⁵⁵⁷ Antero Nicolau Caires, nascido a 8 de dezembro de 1945, natural e residente nos Prazeres, refere que Felicidade Serrão foi sua professora da 1.ª à 3.ª classe. Depois de concluir a 3.ª classe a professora reformou-se. Já a 4.ª classe foi realizada na escola S. Francisco de Sales e teve como professora Maria da Graça. A professora Felicidade era casada com Batista Serrão (depoimento de Antero Caires, 2019.03.21). A professora Felicidade tinha uma filha chamada Teresinha (depoimento de Maria Odília Barradas, nascida em 1946.07.13).

⁵⁵⁸ ABM, *ICEFUN*, L.º 140, fl. 44.

A 20 de abril de 1878, o professor da escola de ensino primário, masculino, desta freguesia, Augusto Correia de Gouveia, enquanto professor privisório, que já contava com 88 alunos matriculados, solicitou à Câmara Municipal uma gratificação similar à concedida ao professor do Estreito da Calheta, enquanto aguardava a efetivação do lugar⁵⁵⁹, que ocorreu em novembro ou dezembro desse ano⁵⁶⁰. A 30 de junho de 1885, o professor, agora denominado de Augusto César de Gouveia, pediu a exoneração do emprego desta escola tendo sido aceite pela Câmara Municipal⁵⁶¹.

Em maio de 1878, Luís Marcial Sénior foi convidado a arrendar a sala da sua casa para servir de escola, visto que a casa em serviço não podia albergar a quantidade de alunos matriculados e não tinha as comodidades recomendadas por lei. O proprietário propôs a renda anual de 18\$000 réis, sendo aceite pela edilidade que se comprometeu a fazer «a primeira mobília para a Eschola»⁵⁶². A escola, entre 1881 e 1886, funcionava em casa alugada por este proprietário⁵⁶³ no sítio do Massapez e estava equipada com: «um meio banco e estrado para o professor, 10 bancas com 10 bancos ligados para 4 alunos cada uma»⁵⁶⁴. No ano seguinte, em janeiro, Luís Marcial solicitou a transferência para outra casa, de que era proprietário, situada no sítio do Jogo da Bola, o que foi diferido⁵⁶⁵. Em 1920, a escola situava-se no Lombo de São João, constando a 29 de abril de 1922 que não estava a funcionar por ter sido «dada incapaz a respectiva casa onde se encontrava instalada»⁵⁶⁶. Em dezembro de 1924, a escola funcionava no sítio da Fajã da Ovelha, numa casa pertencente a Manuel João Correia Júnior, ex-professor da mesma escola⁵⁶⁷.

⁵⁵⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 70 (1878.04.24).

⁵⁶⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 126v.º (1878.12.21).

⁵⁶¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 33v.º (1885.07.25).

⁵⁶² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 74 (1878.05.22).

⁵⁶³ ABM, CMC, L.º 210, fl. 13, 24, 29v.º, 35.

⁵⁶⁴ ABM, ICEFUN, L.º 46, fls. 6v.º-7.

⁵⁶⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 74v.º (1887.02.12).

⁵⁶⁶ «Instrução Pública», 1922.04.29, in *DM*, p. 1.

⁵⁶⁷ ABM, DEC, L.º 12, of. 160A.

Figura 22 – Vista da freguesia da Fajã da Ovelha, Calheta (anterior a 1934)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Francisco João Barreto, FJB/1.

Com a vacância do lugar da escola, concorreu Manuel João Correia Júnior, sendo colocado interinamente, a 1 de agosto de 1885, com o ordenado mensal de 8\$000 réis⁵⁶⁸. Exerceu nesta escola até abril de 1923⁵⁶⁹, quando, devido a problemas de saúde, solicitou 30 dias de licença, renovados nos meses subsequentes⁵⁷⁰. Este professor recebia o ordenado mensal de 61\$66 escudos, correspondente ao da categoria da 4.^a diuturnidade, até janeiro de 1924, quando passou à «situação de doente»⁵⁷¹. Paralelamente, desempenhou o cargo de ajudante de oficial do Registo Civil no Posto da Fajã da Ovelha, para o qual foi nomeado em maio de 1911⁵⁷².

⁵⁶⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 34v.º-35 (1885.08.01). Este professor foi nomeado para esta escola por despacho de 20 de março de 1895 e tomou posse a 4 de abril desse ano (ABM, CMC, L.º 48, fl. 19). Passou à categoria de temporário em 1895.03.30 e de definitivo em 1901.09.09 (ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 6v.º-7).

⁵⁶⁹ Obteve alvará para professor temporário, nesta escola, a 2 de março de 1895 (ABM, CMC, L.º 116, fl. 17v.º).

⁵⁷⁰ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 35.

⁵⁷¹ ABM, ICEFUN, mç.º 29 fls. 6v.º-7.

⁵⁷² ABM, CMC, L.º 50, L.º 5.º de Juramento e Posses, 1904-1913, fls. 22-22v.º.

O inspetor escolar do distrito, em 1886, considerou este professor como «pouco assíduo. Tem pouca competência e não procura supri-la pela sua actividade e esforço»⁵⁷³. Este professor, entre 1895 e 1907, apresentou alguns alunos a exame, sendo uma minoria em relação aos alunos matriculados, como era comum às outras escolas da época. O professor obteve: em 1895, três alunos aprovados no exame elementar; em 1896, dois alunos aprovados no exame elementar; em 1899, dois alunos, um com a avaliação de distinto e outro foi aprovado no 2.º grau; em 1902, dois alunos, um com a avaliação de ótimo e outro bom no 1.º grau; em 1907, seis alunos, sendo avaliados um com ótimo, três com bom e dois com suficiente⁵⁷⁴.

Encontrando-se a escola do Jardim do Mar sem casa onde pudesse ser instalada, a professora desta escola, Maria José, entrou em funções, a 23 de novembro de 1923, em comissão de serviço na escola masculina da Fajã da Ovelha, enquanto durasse o impedimento do professor Manuel João Correia⁵⁷⁵. A Junta Escolar da Calheta chegou a propor que a professora Maria José passasse para a escola feminina da Fajã da Ovelha, uma vez que a professora desta escola, Maria Hipólito, se encontrava doente, e que o professor Manuel Mendes de Gouveia lecionasse na escola masculina da Fajã da Ovelha⁵⁷⁶. Em janeiro de 1924, enquanto ainda lecionava na escola masculina da Fajã da Ovelha⁵⁷⁷, a professora Maria José foi mandada para outra comissão de serviço, desta vez na escola das Achadas da Cruz, no concelho do Porto Moniz, decisão contra a qual protestou⁵⁷⁸.

Na escola masculina da Fajã da Ovelha, seguiram-se os professores: José Basílio de Freitas Andrade, nomeado interino a 24 de outubro de 1925 e que exerceu até janeiro de 1926⁵⁷⁹; Manuel Mendes de Gouveia, que tomou posse, como professor interino, a 12 de janeiro de 1926⁵⁸⁰, lecionando até ao mês de agosto; a professora Maria José⁵⁸¹, que voltou a exercer nesta escola, entre setembro de 1926 e julho

⁵⁷³ ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 6v.º-7.

⁵⁷⁴ ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 7.

⁵⁷⁵ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 36v.º, 39; L.º 64, fl. 6v.º; mç.º 29, folhas de vencimentos de 1925.02, 1925.08. Nomeada em 1924.10.27 (DG n.º 252, 2.ª série).

⁵⁷⁶ ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 137.

⁵⁷⁷ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 38.

⁵⁷⁸ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 38v.º-39.

⁵⁷⁹ Data do diploma de nomeação. Tomou posse, em 1925.11.07, na escola da Fajã da Ovelha e, em 1926.01.08, foi nomeado para a escola masculina do Porto da Cruz (DG n.º 257; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 23, 26v.º).

⁵⁸⁰ Nomeado em 1925.12.17 (DG n.º 296, 2.ª série; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 27-27v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1925.09).

⁵⁸¹ Passou à 1.ª diuturnidade por portaria de 1926.05.01 (DG de 1926.06.11, n.º 13).

do ano seguinte⁵⁸²; Manuel Silvério Gonçalves, professor entre 26 de novembro de 1926⁵⁸³ e setembro de 1927 e entre julho de 1928 e outubro de 1932⁵⁸⁴.

Para dar seguimento à criação de uma escola mista no Jardim do Mar, a Câmara Municipal responsabilizou-se por providenciar uma casa, mobília e materiais escolares, em 19 outubro de 1912⁵⁸⁵. A criação da escola foi confirmada pela Comissão Distrital, em sessão de 12 de setembro de 1913⁵⁸⁶.

Francisco João de Vasconcelos, abastado proprietário no Jardim do Mar, em 1913, levantou uma casa com rés-do-chão e 1.º andar, contígua à capela de N.ª Sr.ª da Piedade, no lado oeste, para servir de escola mista e residência do professor. Segundo o periódico *Trabalho e União*, Francisco de Vasconcelos lidava «há muito tempo e com muito empenho, no intuito de ver a sua freguesia, dotada com uma escola mista, onde a população infantil fosse beber os conhecimentos de que toda a gente necessita»⁵⁸⁷. Esta casa foi a selecionada para servir de escola, por ser central na freguesia⁵⁸⁸, sendo arrendada, em 1916, por 120\$00 escudos anuais⁵⁸⁹. Contudo, a abertura da escola enfrentou atrasos devido a conflitos burocráticos. Segundo uma observação política do periódico *Trabalho e União*, a Câmara Municipal da Calheta apenas enviou uma cópia da sessão camarária referente à criação da escola para a Junta Geral e não ao inspetor escolar por uma «birra» e assim «com uma injustificável teimosia, vai adiando a abertura da escola do Jardim do Mar». Este periódico referia ainda que «o Jardim do Mar é uma freguesia pequena; grande numero dos homens válidos emigraram, e, dos que ali há, não podem apurar-se senão uns 4 eleitores!... Houvesse lá 400, e o sr. Vasconcelos veria como tinha há muito a escola a funcionar»⁵⁹⁰. A mobília para a escola foi

⁵⁸² ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1926.09, 1927.08.

⁵⁸³ Data da tomada de posse: 1926.11.26. Nomeado por despacho de 1926.11.06 (*DG* n.º 262; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 37v.º). Em 1926.11.11 tinha quatro meses e quatro dias de serviço prestado (ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1928.04).

⁵⁸⁴ Nomeado em 1928.01.17; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1928.07.

⁵⁸⁵ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 53v.º (1912.10.19).

⁵⁸⁶ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 66 (1913.10.04).

⁵⁸⁷ «No Jardim do Mar – uma escola que se não abre [...]», 1913.08.09, in *Trabalho e União*, p. 1.

⁵⁸⁸ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 91 (1915.04.24).

⁵⁸⁹ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 116 (1916.10.07).

⁵⁹⁰ «No Jardim do Mar – uma escola que se não abre [...]», 1913.08.09, in *Trabalho e União*, p. 1.

comprada, em outubro de 1915, a Francisco Gomes de Gouveia Júnior, pelo valor de 140\$00 escudos⁵⁹¹.

O concurso para provimento de uma professora avançou em 1916, sendo colocada em primeiro lugar Graciela Olga de Meneses, em agosto desse ano, tendo entrado ao serviço a 1 de setembro⁵⁹² e exercido até setembro de 1920⁵⁹³. Entre julho de 1917 e julho de 1918 não exerceu por se encontrar afastada por atestado médico⁵⁹⁴.

Em maio de 1918, Nicolau Francisco Gomes, proprietário da casa onde funcionava a escola, situada no sítio da Piedade, anunciou que não podia continuar a arrendar a casa, recusando-se a entregar as chaves⁵⁹⁵, o que resultou no encerramento da escola durante a década de 1920⁵⁹⁶, por diversos motivos. A 29 de abril de 1922, a escola estava inativa e a casa considerada «incapaz»⁵⁹⁷. O mobiliário armazenado e deteriorando-se numa loja «bastante húmida e fria», em junho de 1925, foi transferido para uma «loja digna e capaz» a mando do presidente da Junta Escolar da Calheta⁵⁹⁸.

Após Graciela de Meneses, seguiram-se várias tentativas frustradas de nomeações de professoras. Leonor Aurora de Freitas Albuquerque, nomeada a 21 de outubro de 1920, recusou o cargo⁵⁹⁹. Alda da Graça do Nascimento, nomeada em seguida, a 28 de outubro, não se apresentou ao serviço⁶⁰⁰. Isabel Gonçalves, nomeada a 4 de dezembro desse ano, não tomou posse do lugar⁶⁰¹.

Em janeiro de 1921 foi aberto concurso para esta escola apresentando-se nove candidatos⁶⁰². Feita a ordenação dos pretendentes, alguns foram excluídos

⁵⁹¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 100v.º, 111v.º (1915.10.30, 1916.07.01).

⁵⁹² ABM, CMC, L.º 163, fl. 17; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 114 (1916.08.26). Diplomada com 16 valores pela Escola Normal do Funchal, em 1912. Categorias da professora: em 1919 estava na 5.ª classe, recebendo o ordenado de 35\$00 escudos. Em junho de 1920 estava na 5.ª diuturnidade. Faleceu em outubro de 1920 (ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 14-14v.º).

⁵⁹³ Faleceu em outubro de 1920 (ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 14-14v.º).

⁵⁹⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 126, 145, 147v.º, 149.

⁵⁹⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 145 (1918.05.15).

⁵⁹⁶ ABM, ICEFUN, L.º 63, ofs. 118 (1923.07.31), 160 A (1924.12.12).

⁵⁹⁷ «Instrução Pública», 1922.04.29, in *DM*, p. 1.

⁵⁹⁸ ABM, ICEFUN, L.º 63, of. 166.

⁵⁹⁹ ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 14v.º, 15.

⁶⁰⁰ ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 15, 16; «Junta Escolar do Concelho da Calheta [...]», 1920.10.31, in *DM*, p. 1.

⁶⁰¹ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 16.

⁶⁰² ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 16v.º-17.

por não cumprirem com os requisitos processuais, incluindo a professora Maria José por não terem chegado atempadamente, à Junta Escolar, os documentos do serviço prestado nas escolas de Caldas da Rainha. O processo do concurso foi devolvido, tendo a Direção Geral do Ensino Primário e Normal ordenado a inclusão da professora Maria José⁶⁰³. A 13 de outubro de 1921, foi colocada nesta escola a professora interina Maria Fausto Telo, tomando posse no dia 20 desse mês⁶⁰⁴, mas logo a 10 de novembro apresentou atestado médico, não podendo exercer por algum tempo⁶⁰⁵, depois confirmado com outro atestado, a 21 de março de 1922, declarando que lhe era impossível exercer as funções nesta escola, devido ao seu estado de saúde⁶⁰⁶, sendo nomeada nesse dia a professora Júlia Graça de França⁶⁰⁷, que não chegou a tomar posse do lugar.

A mencionada professora Maria José finalmente tomou posse nesta escola, a 16 de agosto de 1922, nomeada por despacho de 4 de novembro de 1921⁶⁰⁸. A professora, tendo chegado do Continente ao Jardim do Mar, não pôde entrar ao serviço porque o proprietário da casa que servia de escola se recusou a entregar a chave⁶⁰⁹. O inspetor escolar designou-a a «fazer serviço na escola da Ponta do Pargo», onde iniciou funções a 10 de outubro de 1922⁶¹⁰ e exerceu até novembro de 1923. Nesse mês passou para a escola masculina da Fajã da Ovelha, em comissão de serviço, até outubro de 1925, e voltaria a exercer nesta escola entre setembro de 1926 e julho de 1927⁶¹¹, data em que foi transferida para a escola de Peloriga, no concelho de Pombal, estando em comissão de serviço em S. Mamede, Ventosa – Torres Vedras⁶¹². No intervalo entre outubro de 1925 e agosto de 1926⁶¹³, segundo as folhas de vencimentos dos professores, Maria José é referida como colocada na escola do Jardim do Mar, sendo desconhecido se efetivamente lecionou.

⁶⁰³ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 19-19v.º.

⁶⁰⁴ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 20v.º, 21v.º.

⁶⁰⁵ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 23

⁶⁰⁶ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 25.

⁶⁰⁷ Nomeada pela Junta Escolar da Calheta (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 25).

⁶⁰⁸ ABM, *ICEFUN*, L.º 64, fl. 5; ABM, *DEC*, L.º 64, fl. 5; Despacho de 1921.11.04, *DG* n.º 256, 2.ª série.

⁶⁰⁹ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 28v.º; «Uma escola fechada», 1922.09.21, in *DN*, p. 1.

⁶¹⁰ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 28v.º, 29v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1922.12; *DG* de 1921.11.04, n.º 256, 2.ª série.

⁶¹¹ ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1926.09.

⁶¹² *DG* de 1927.05.30, n.º 115; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1927.04, 1927.08.

⁶¹³ ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1925.10, 1926.08.

A 31 de março de 1934, Maria Gertrudes Camacho foi mencionada como professora nesta escola mista⁶¹⁴, devendo ter iniciado funções há pouco tempo, pois, em outubro deste ano, informou o delegado escolar da Calheta, José Rocha de Gouveia Júnior, que o mobiliário, atrás referido, «há tempos desaparecido da mesma [escola], foi levado para casa do sr. Nicolau Gomes»⁶¹⁵. Maria Gertrudes Camacho está identificada como professora na escola do Jardim do Mar, até março de 1942⁶¹⁶, e na escola masculina do Loreto, na freguesia do Arco da Calheta, na década de 1960⁶¹⁷.

1870-1930 – Escolas e Professores das Escolas Femininas

No cumprimento da lei de 2 de maio de 1878, que determinava a existência de uma escola para crianças de cada sexo em cada paróquia ou, alternativamente, por meio de junção de paróquias, a Câmara Municipal da Calheta pretendia garantir a frequência escolar das meninas. Em abril de 1882, a Câmara declarou que as meninas das freguesias do Arco e Estreito da Calheta «se podem aproveitar» do ensino da escola feminina da Calheta, apesar de nessas duas freguesias existirem escolas particulares «onde se ensina [a] lêr escrever contar e costura»⁶¹⁸; as meninas dos Prazeres e Jardim do Mar podiam frequentar a escola mista dos Prazeres; na Ponta do Pargo funcionavam «Escolas particulares que é soficientes para aquelles que se quesar aproveitar»; e nas freguesias da Fajã da Ovelha e Paul do Mar ficavam abertas, apenas, as escolas masculinas, em virtude das circunstâncias financeiras do município⁶¹⁹.

A primeira escola feminina da freguesia da Calheta foi criada por decreto de 7 de maio de 1856, atendendo às «Representações da Junta Geral e do Comissario dos Estudos do Districto do Funchal, ácerca da necessidade de se promoverem no mesmo Districto os meios de levar a instrucção elemental e a educação ás classes

⁶¹⁴ ABM, DEC, L.º 7, ofs. 6, 208. Na sessão da Junta Geral do Funchal, de 17 de junho de 1935, foi nomeada definitivamente («Instrução primaria», 1935.06.20, in *DN*, p. 4).

⁶¹⁵ ABM, DEC, L.º 7, of. 34 (1934.10.23).

⁶¹⁶ ABM, DEC, L.º 7, of. 326 (1942.03.18).

⁶¹⁷ ABM, DEC, L.º 8, of. 239 (1964.02.03). Maria Gertrudes Camacho era professora regente, em 1929, na escola de ensino particular, fundada pela direção do Grupo «União 5 de Outubro de 1913», na freguesia de Santo António (Funchal), no sítio da Ribeirinha («Instrução Primaria», 1929.07.19, in *DN*, p. 2.) e em novembro de 1931 foi nomeada para a escola do Loreto, na qual lecionava professora Guilhermina Vasconcelos Silva («Instrução Publica», 1931.10.09, in *DM*, p. 3).

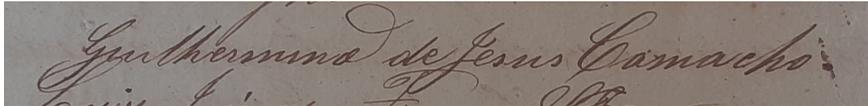
⁶¹⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 106v.º (1882.04.22).

⁶¹⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 106v.º (1882.04.22).

menos abastadas, que d'ellas necessitarem»⁶²⁰. Em 1850, o governador civil José Silvestre Ribeiro já havia destacado a necessidade do estabelecimento de escolas para meninas «em cada uma das povoações que são cabeças de Concelho: taes são as villas de Santa Cruz, Machico, Calheta, São Vicente, Camara de Lobos, Porto Santo, e a freguesia de Sant'Anna»⁶²¹. A escola feminina da Calheta foi referida no relatório do Governo Civil, de 1868, com a frequência de 42 alunas e «está menos bem servida», comparativamente com a escola masculina da mesma freguesia⁶²².

Guilhermina de Jesus Camacho⁶²³ foi encarregada da regência da «escola de meninas» da vila da Calheta, com a abertura prevista para 7 de abril de 1858⁶²⁴. No entanto, devido à dificuldade em encontrar casa para a sua instalação⁶²⁵, iniciou funções em 5 de julho de 1859⁶²⁶, mantendo-se no cargo durante um longo período, até 1895⁶²⁷. Em 1886, o inspetor escolar do distrito avaliou-a como «cumpridora e diligente porém pouco habilitada. É ponctual no cumprimento dos seus deveres escolares, bem procedida, tem pouca competência»⁶²⁸.

Figura 23 – Assinatura da professora Guilhermina de Jesus Camacho (1865.03.27)



Fonte: ABM, CMC, L.º 47, Juramentos e Posses, 1864-1888, fl. 3v.º.

Em 1865, a escola funcionava em casa de D. Gerarda Pimenta⁶²⁹. Entre 1882 e 1883, estava localizada em casa de Frederico Acácio da Costa Moniz, com uma renda anual de 12\$000 réis⁶³⁰. Em 1883, o proprietário exigiu um aumento para 50\$000

⁶²⁰ Decreto de 1856.05.07, do Ministério dos Negócios do Reino, 1.ª Direcção, 1.ª Repartição.

⁶²¹ FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* [...], pp. 207-208. O Decreto de 1856.05.07 implementou escolas femininas nestas oito localidades do distrito do Funchal.

⁶²² «Relatório do Governador Civil [...]», 1868, p. 20.

⁶²³ Nasceu a 10 de fevereiro de 1837. Fez exame com a nota de «Bom» pelo programa de 1869, em agosto de 1876. Categorias na carreira docente: 1858.03.25, interina; pelo menos entre 1864.11.05 e 1872.04.05, temporária; 1876.10.14, vitalícia (ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 1v.º-2).

⁶²⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 26v.º (1858.04.14). A professora Guilhermina tomou posse a 27 de março de 1865, pelo período de três anos (ABM, CMC, L.º 47, fl. 3) e a 8 de agosto de 1872, por outros três anos (ABM, CMC, L.º 47, fls. 15v.º-16).

⁶²⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 47 (1858.05.13).

⁶²⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 79.

⁶²⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 13v.º (1895.03.16).

⁶²⁸ ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 1v.º-2.

⁶²⁹ ABM, CMC, L.º 47, fl. 3.

⁶³⁰ ABM, CMC, L.º 210, fls. 18v.º, 26. Frederico Moniz casou na paróquia da Calheta com Ana Leopoldina de França Bettencourt (ABM, RP, Calheta, Casamentos, L.º de 1864, fl. 5).

réis anuais, valor que a Câmara não podia suportar, levando à rescisão do contrato. Como alternativa, a Câmara alugou, pelo mesmo valor de 12\$000 réis, uma casa pertencente a José Joaquim de Freitas, o solar de São José, situado no sítio do Vale da Bica, no Lombo da Estrela⁶³¹, onde a escola permaneceu até 1886⁶³². Em 1886, a professora Guilhermina, ao seu arbítrio e sem autorização, mudou a escola para uma casa na vila, nas proximidades do edifício da Misericórdia⁶³³. Era «uma sala muito mais pequena menos ventilada e fora do centro da população»⁶³⁴. A sala tinha 24m² e a mobília consistia em «quatro carteiras para seis crianças cada uma e quatro bancos»⁶³⁵. Perante esta ação da professora, os vereadores da Câmara Municipal, em sessão camarária de 23 de abril de 1887, na presença da professora, repreenderam-na, referindo que «se não era suspensa por algum tempo, era atendendo ao respeito que merece pelo seu sexo» e por declarar que queria que a Câmara não pagasse a renda da casa da vila enquanto não terminasse a obrigação da casa do Vale da Bica⁶³⁶. A situação agudizou-se quando a professora solicitou um aumento salarial de 25%, ao abrigo da lei de 11 de junho de 1880. A Câmara indeferiu o pedido por «não reconhecer o bom serviço da professora, por isso que nunca deu alunos a exame, e por ter ella sofrido uma das penas disciplina[re]s [a repreensão]»⁶³⁷. A Câmara, atendendo a que a professora falta «muitas vezes em dias uteis a sua escola, para vir ás sessões da camara com simples requerimentos de expediente que lhe dita o seu genio altivo e orgulhoso» e «atendendo às queixas de grande parte dos moradores desta freguesia impôs à referida professora a pena de repressão», em sessão de 10 de março de 1888, depois de auscultada e após o parecer favorável da Junta Escolar⁶³⁸.

A Câmara Municipal, «atendendo à reclamação dos povos desta freguesia» e após consultar a Junta Escolar, o inspetor da circunscrição escolar e o delegado paroquial, transferiu a escola para o centro da população, para o sítio da Casa Nova, no Lombo do Salão, para uma casa arrendada, por deliberação de 16 de março de

⁶³¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 156 (1883.11.03).

⁶³² ABM, CMC, L.º 210, fls. 15, 23v.º, 29, 32v.º, 35v.º, 38.

⁶³³ ABM, ICEFUN, L.º 46, fl. 2.

⁶³⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 16v.º-17 (1895.05.18).

⁶³⁵ ABM, ICEFUN, L.º 46, fl. 2.

⁶³⁶ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 78 (1887.04.23).

⁶³⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 90 (1887.09.03).

⁶³⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 102 103v.º (1888.02.25, 1888.03.10); L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 16v.º (1895.05.18).

1889⁶³⁹. A escola funcionou nesta casa até janeiro de 1893, quando a professora mudou novamente a escola para a vila da Calheta. A Câmara, em sessão de 7 de janeiro de 1893, voltou a reclamar ao comissário de instrução primária contra essa transferência, deixando de pagar a renda da casa até que a escola funcionasse em «casa devidamente inspecionada e alugada pela câmara no centro da população e não a um canto da freguesia onde apenas residem duas alunas»⁶⁴⁰.

A Câmara Municipal estava pronta a pagar o arrendamento dos espaços para residência da professora e funcionamento da escola, à escolha da edilidade, pelos valores habituais, respetivamente, de 12\$000 e 24\$000 réis, apelando à Comissão de Instrução que não atendesse a uma petição da professora, a «qual já por motivos de disciplina e por incutir grosseiras superstições no espírito de suas alunas, com o fim de mandar a escola para esta vila» já tinha sido alvo, por unanimidade, pela Câmara, em sessão de 26 de julho de 1890, de uma pena de suspensão com perda de vencimento por trinta dias⁶⁴¹.

Em julho de 1889, o administrador do concelho relatou que, com base em diversas testemunhas, ficou provado que a professora «tem incutido medo às creanças da dita escola, dizendo-lhes que o falecido dono da casa anda por alli a meter medo, e mesmo se veê pelo depoimento d'uma testemunha que numa falla da professora é quem custuma a meter medo dando pancadas na janella, dizendo que essas pancadas são dadas pelo falecido dono da casa»⁶⁴². A Câmara Municipal reforçou que a professora, ao longo da sua larga carreira havia «mostrado sempre muita indisciplina, grande falta de educação e instrução de revolta», conforme podia ser verificado num processo do Tribunal Administrativo do Funchal⁶⁴³. Durante a suspensão de 30 dias aplicada à professora Guilhermina, a Câmara propôs a substituição interina por D. Joana Clementina Bettencourt, residente no Lombo do Salão⁶⁴⁴.

Em resposta a um ofício da professora da escola, informando que o proprietário havia ordenado a sua saída da casa onde residia e onde funcionava a escola, a Câmara Municipal deliberou, em sessão de 14 de março de 1898, a mudança para

⁶³⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 121 (1889.03.16); L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 16v.º-17 (1895.05.18).

⁶⁴⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 179v.º (1893.01.07); L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 17 (1895.05.18).

⁶⁴¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 17 (1895.05.18).

⁶⁴² ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 126v.º (1889.07.27).

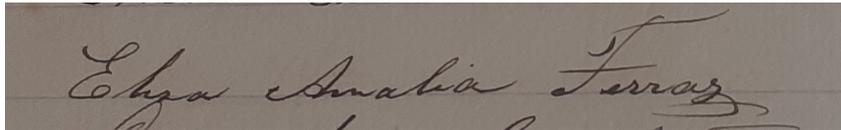
⁶⁴³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 17-17v.º (1895.05.18); ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 1v.º-2.

⁶⁴⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 144v.º (1890.07.26).

outro local. Foi selecionada uma casa no sítio do Salão, pertencente aos herdeiros de Cláudio Bettencourt Pimenta, «que já em 1889 foi inspecionada e dada como capaz para a escola»⁶⁴⁵. Trata-se da casa que foi arrendada, a 21 de julho de 1898, por D. Maria Carolina de Freitas Pimenta, moradora nas Achadas da Cruz, por 40\$000 réis anuais, nomeadamente a parte superior de uma casa sobradada coberta de telha, que possuía no sítio denominado de «casa nova do lombo do Salão», confrontando a norte com a levada e a leste com a estrada municipal⁶⁴⁶. Entre 1905 e 1919, a escola funcionou no Lombo do Salão, em casa arrendada a Francisco Rodrigues Jardim, pelo valor de 60\$000 réis anuais⁶⁴⁷. Em 1918, esta casa é mencionada como pertencente a Ilário da Câmara, que solicitou o despejo da escola por precisar do imóvel. A escola foi transferida para uma casa de Francisco Bettencourt Pimenta, localizada no Lombo da Estrela⁶⁴⁸.

No ensino da escola, seguiu-se a professora interina Helena Pimenta de França⁶⁴⁹, que tomou posse a 29 de dezembro de 1898⁶⁵⁰ e exerceu por um breve período. Sucedeu a professora Elisa Amália Ferraz⁶⁵¹, que tomou posse a 24 de julho de 1899⁶⁵² e exerceu até outubro de 1914, quando foi nomeada para a escola do sexo masculino da Ponta do Sol⁶⁵³.

Figura 24 – Assinatura da professora Elisa Amália Ferraz (1897.07.24)



Fonte: ABM, CMC, L.º 49, Juramentos e Posses, 1897-1904, fl. 6v.º.

⁶⁴⁵ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 63 (1898.03.14).

⁶⁴⁶ ABM, CMC, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fls. 7v.º-9.

⁶⁴⁷ ABM, ICEFUN, L.º 46, fl. 2; ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 3v.º-4v.º; ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 68v.º (1905.07.08).

⁶⁴⁸ ABM, CMC, L.º 163, fl. 59v.º-60; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 148v.º (1918.06.26); ABM, ICEFUN, L.º 63, of. 69.

⁶⁴⁹ ABM, CMC, L.º 49, fls. 5v.º-6.

⁶⁵⁰ ABM, CMC, L.º 49, fls. 5v.º-6. Nomeada por despacho de 20 de dezembro de 1898.

⁶⁵¹ Nasceu a 6 de abril de 1864, solteira (ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 49; L.º 47, fls. 6v.º-7). Possuía o diploma de exame para o magistério primário elementar com «Bom – 8 valores». Categorias na carreira docente: 1899.06.28 (DG n.º 142), temporária; 1905.08.30 (DG n.º 194), definitiva e em 1905 pertencia à 3.ª classe da carreira (ABM, ICEFUN, L.º 50, fls. 1v.º-2).

⁶⁵² ABM, CMC, L.º 49, fls. 6-6v.º. ABM, ICEFUN, L.º 47, fls. 6v.º-7; L.º 56, inscrição n.º 49.

⁶⁵³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 83 (1914.10.24).

Em maio de 1915 foi nomeada e iniciou funções a professora Maria da Conceição Duarte⁶⁵⁴. A 23 de junho de 1921 ausentou-se da escola sem autorização, tendo o senhorio ali instalado uma mercearia e uma taberna⁶⁵⁵. Em outubro do mesmo ano, a professora obteve autorização de mais 30 dias de licença e no mês seguinte solicitou outros 60 dias, que foram recusados. Em consequência ficou com faltas injustificadas, sujeita a um processo disciplinar, sem receber o ordenado⁶⁵⁶. Regressou ao serviço em abril de 1923, após cumprir o tempo de suspensão⁶⁵⁷, encontrando a casa que servia de escola ocupada pelo proprietário.

Em outubro de 1923, Francisco Bettencourt Pimenta ofereceu-se para arrendar uma casa para servir de escola e residência da professora⁶⁵⁸, vindo a celebrar, a 16 de novembro, o contrato de arrendamento de uma casa no Lombo da Estrela, «com um pequeno pedaço de terra contíguo ao terreiro da mesma casa e que fica a leste e até o poço de incubar água, no sítio da Vargem do Lombo da Estrela, freguesia da Calheta, casa conhecida por casa de “escola”, e que se destina à escola de ensino primário e residência do respectivo professor, pelo prazo de um ano», por 120\$00 escudos mensais⁶⁵⁹.

A professora Maria da Conceição Duarte retornou à escola, em dezembro de 1923, solicitando a instalação do mobiliário para poder iniciar funções⁶⁶⁰. Em janeiro de 1924, suspendeu os trabalhos escolares, retomando-os em abril. Após constatar que a casa da escola «oferece perigo», a Junta Escolar e o subdelegado de saúde decidiram encerrá-la e notificar o proprietário a proceder aos reparos necessários⁶⁶¹. Após outra interrupção, a professora voltou às funções, em dezembro de 1924, depois de reparada a casa⁶⁶². Maria da Conceição Duarte exerceu, nesta escola,

⁶⁵⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 92v.º (1915.05.29). Nasceu em 1892.02.19. Diplomada pela Escola Normal do Funchal, com 14 valores. Esta professora foi a segunda classificada no concurso para esta escola, no entanto foi a selecionada, em virtude da desistência da professora Maria Isabel da Costa Dias, primeira classificada. Maria Isabel da Costa Dias era natural da Ponta do Pargo e encontrava-se a exercer, em 1914, em escolas do Funchal (ABM, ICEFUN, pt. 55).

⁶⁵⁵ ABM, ICEFUN, L.º 140, fls. 36, 37.

⁶⁵⁶ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 28v.º; L.º 63, ofs. 80, 86, 87, 93.

⁶⁵⁷ (ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 32v.º) e em dezembro de 1923 já se encontrava a residir na casa destinada a residência e a escola (ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 38).

⁶⁵⁸ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 36.

⁶⁵⁹ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 38; of. 160A (1924.12.12) e fl. solto (contrato de arrendamento).

⁶⁶⁰ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 38.

⁶⁶¹ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 40.

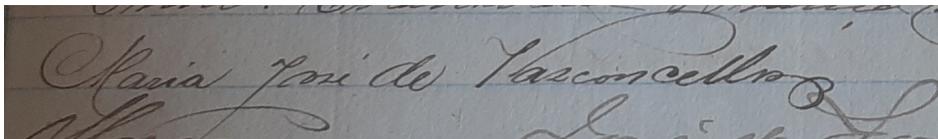
⁶⁶² ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 44v.º.

até passar à inatividade, a 15 de maio de 1929, com 12 anos de serviço, na categoria da 1.ª diuturnidade⁶⁶³.

A 17 de setembro de 1931, foi nomeada a professora Clarisse Martins da Silva, que lecionou até novembro de 1932⁶⁶⁴. Sucedeu Basilissa Ressureição de Freitas, professora entre 9 de março de 1933 e até cerca de 1935⁶⁶⁵.

A escola feminina do Arco da Calheta abriu a 7 de maio de 1896, com a tomada de posse da professora Maria José de Vasconcelos⁶⁶⁶, que a dirigiu até setembro de 1939, quando passou à inatividade⁶⁶⁷. Entre 1900 e 1907, esta professora teve 479 alunas matriculadas, sendo 62 em 1899-1900, 64 em 1901, 54 em 1902, 58 em 1903, 62 em 1904, 60 em 1905, 65 em 1906 e 54 em 1907⁶⁶⁸.

Figura 25 – Assinatura da professora Maria José de Vasconcelos (1896.05.07)



Fonte: ABM, CMC, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897, fl. 19.

Inicialmente, a escola funcionou em casa pertencente a D. Juliana de França Lopes Jardim. A 15 de fevereiro de 1900, D. Juliana solicitou a desocupação do imóvel, alegando necessidade urgente do espaço⁶⁶⁹. Esta urgência deve estar relacionada com as pretensões em levantar um engenho de fabrico de aguardente neste sítio, uma vez que, nesse ano, adquiriu no sítio do Ledo um engenho de

⁶⁶³ ABM, ICEFUN, mç.º 30, folha de vencimentos de 1929.06.

⁶⁶⁴ ABM, ICEFUN, mç.º 30, folhas de vencimento de 1932.02, 1932.10, 1932.11.

Basilissa Ressureição de Freitas casou a 29 de dezembro de 1934 com Luciano Victor Costa (ABM, CRCFUN, L.º de 1937.12.05-1937.12.27), fls. 586-586v.º). Foi nomeada definitivamente na sessão da Junta Geral do Funchal, em 1935.06.17 («Instrução primária», 1935.06.20, in DN, p. 4).

⁶⁶⁵ ABM, ICEFUN, mç.º 30, folhas de vencimento de 1933.04, 1933.05, 1933.06.

⁶⁶⁶ ABM, CMC, L.º 48, fl. 18v.º; L.º 116, fl. 19; L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 40v.º (1896.11.19). ABM, ICEFUN, L.º 47, fls. 8v.º-9; L.º 56, inscrição n.º 41; ABM, CMC, Nasceu em 1874.07.08, solteira, habilitada para o Magistério Primário com a classificação de Bom – 7 valores. Tinha exame de francês no Liceu com distinção. Esta professora foi nomeada, temporária, para a escola do Arco, por despacho de 8 de abril de 1896. Categorias na carreira docente: temporária em 1896.04.08; definitiva em 1893.10.26 (DG n.º 249; em 1905.05.05 pertencia à 2.ª classe; em 1920.06 à 3.ª diuturnidade; em 1941.08.30 estava em situação de inatividade (ABM, DEC, L.º 7, of. 290). Considerada uma professora zelosa e assídua, em 1911 (ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 41).

⁶⁶⁷ ABM, DEC, L.º 7, of. 192.

⁶⁶⁸ ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 41.

⁶⁶⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 92 (1900.02.15).

moagem de cana sacarina, movido a bois⁶⁷⁰ e aí erigiu um novo engenho movido a água⁶⁷¹.

A partir de 1900, a escola passou a funcionar no sítio da Ladeira e Lamaceiros, sendo entre 1919 e 1924 numa casa pertencente ao Dr. Júlio Paulo de Freitas, residente no Funchal, conhecida como a «Casa Velha»⁶⁷². A casa situava-se ao lado da igreja paroquial, a oeste, do lado oposto do caminho. Em novembro de 1919, o Dr. Júlio Paulo de Freitas foi notificado para reparar a casa, que também servia de residência da professora⁶⁷³. Após os «últimos temporais», de abril de 1920, o «péssimo estado» do imóvel acentuou-se, sendo «impossível [a professora] residir sem perigo para a sua saúde e também das creanças que frequentam a sua escola, porquanto já caíram em vários lugares da mesma casa pedaços de teto, vendo-se por isso obrigada por zelo dar escola ao ar livre». O presidente da Junta Escolar da Calheta, após visitar o espaço, corroborou a informação, constatando «soalhos rôtos, têtos descobertos, estuques cahidos e outros tantos perigos para a saúde e até para a vida das creanças», deliberando procurar outro espaço⁶⁷⁴. No entanto, posteriormente, optaram por realizar obras na dita casa. O proprietário recusou-se a proceder às obras tendo o Estado, enquanto arrendatário, efetuado as mesmas, no valor de 97\$50 escudos, e sendo este valor descontado no pagamento da renda. A professora regressou à escola neste prédio, em agosto de 1921⁶⁷⁵. Em fevereiro de 1925, foi intimada judicialmente a despejar esta casa⁶⁷⁶, procurando outra em substituição.

Nos primeiros anos do século XX, em 1902, a Câmara Municipal da Calheta insistia, junto do governador civil, «novamente [...] há muito pedido por esta camara»⁶⁷⁷, sobre a criação de duas escolas do sexo feminino, uma na freguesia da Fajã da Ovelha e outra na do Estreito da Calheta⁶⁷⁸. Face às delongas, a Câmara Municipal propunha-se, em fevereiro de 1907, criar estas duas escolas e mais

⁶⁷⁰ O engenho foi criado, em 1883, por Francisco Luís Pereira, morador no sítio do Ledo e Vinhático, e por João de Andrade, morador nos Canhas. Atualmente esta propriedade denomina-se de «Quinta Vinhático».

⁶⁷¹ ARM, CMC, L.º 117, L.º 4.º de Registo de Títulos, fl. 3v.º-4.

⁶⁷² ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 3; L.º 63, of. 160 A; ABM, CMC, L.º 163, fls. 81v.º-82.

⁶⁷³ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 3; L.º 63, ofs. 9, 31.

⁶⁷⁴ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 10v.º.

⁶⁷⁵ ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 15, 18; L.º 63, of. 36.

⁶⁷⁶ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 45v.º; L.º 63, of. 162.

⁶⁷⁷ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 181 (1906.06.23).

⁶⁷⁸ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 124v.º (1902.03.22).

duas para o sexo feminino, nas freguesias da Ponta do Pargo e do Paul do Mar⁶⁷⁹. A situação continuou sem solução, e, em sessão de 22 de janeiro de 1910, o presidente da Câmara, José Rocha de Gouveia, voltava a insistir junto do governador civil para que intercedesse junto do Governo, a fim de viabilizar a criação destas quatro escolas femininas e de uma escola mista no sítio do Loreto para instrução do «grande numero de creanças que há» nesta freguesia do Arco da Calheta. A Câmara responsabilizava-se pelo fornecimento de casa, mobília e utensílios escolares necessários para esta última escola⁶⁸⁰. A implementação destas escolas avançou em março de 1911, com o subinspetor escolar do Funchal a pedir que a Câmara indicasse casas que pudessem servir de escolas femininas nas freguesias da Ponta do Pargo, Fajã da Ovelha, Paul do Mar e Estreito da Calheta e da mista do Jardim do Mar⁶⁸¹.

Adelaide Perestrelo de França Dória⁶⁸², residente na freguesia do Estreito da Calheta, filha do professor Júlio César de Faria e de D. Maria Amélia Perestrelo de França Faria, dirigiu durante muitos anos uma escola particular feminina na sua habitação, localizada junto à capela dos Reis Magos. Esta professora solicitou à Câmara Municipal da Calheta um subsídio para manter a escola particular, tendo-lhe a Câmara atribuído 60\$000 réis anuais, a partir de janeiro de 1910, por ter «prestado bons serviços á instrução», por lutar com «dificuldades pecuniárias para a manutenção da referida escola» e por «não haver escola oficial do sexo feminino na referida freguesia»⁶⁸³. A professora recebeu o dito valor somente em dezembro de 1910 e de 1911⁶⁸⁴ porque a escola oficial feminina, na freguesia do Estreito da Calheta, abriu a 1 de janeiro de 1912⁶⁸⁵. A escola oficial teve como primeira professora Isabel Gonçalves⁶⁸⁶, que exerceu até 1 de junho de 1931, data em que

⁶⁷⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 189 (1907.02.09).

⁶⁸⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 17v.º-18 (1910.01.22).

⁶⁸¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 31v.º (1911.03.11).

⁶⁸² Nasceu e 1891.05.17 (ABM, RP, Estreito da Calheta, Batismos, L.º de 1891, fl. 16).

⁶⁸³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva (1908-1922), fl. 19 (1910.03.05).

⁶⁸⁴ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva (1908-1922), fls. 27v.º (1910.12.17), 43v.º (1911.12.16).

⁶⁸⁵ Transferida para esta escola por despacho, do DG de 1911.11.06, n.º 274 e tomou posse em 1911.11.05. Anteriormente, em 1910.12.09, tomou posse na escola de Santa Luzia, no Funchal (ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 92).

⁶⁸⁶ Natural de Santa Luzia, Funchal, nasceu a 28 de março de 1882, residente na Rua do Pina, Santa Luzia (ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 92).

passou à inatividade permanente, com 19 anos, oito meses e 29 dias de serviço⁶⁸⁷, encontrando-se doente desde fevereiro desse ano⁶⁸⁸. Em novembro de 1931 foi nomeada, para esta escola, a professora Maria Nunes da Silva⁶⁸⁹.

Na década de 1920, a escola funcionava no sítio dos Serrões. A 20 de fevereiro de 1923, Francisca de Jesus Vieira adquiriu a casa que servia de escola⁶⁹⁰.

Nesta freguesia, em 1903, a professora Filomena Batista, natural do Funchal, também registou uma escola particular, situada na Ribeira Funda, na casa de sua residência, onde exercia desde 1900⁶⁹¹.

Para a escola feminina da Ponta do Pargo, a Câmara Municipal, em concordância com o inspetor escolar do Funchal, a 17 de junho de 1911, resolveu arrendar, por 80\$000 réis anuais, uma casa no sítio do Salão, pertencente a António Homem de Gouveia, para instalação da escola e residência da professora⁶⁹². A escola funcionou nesta habitação até à construção da nova escola pública, em maio de 1968. A 12 de fevereiro e 20 de abril de 1912 o inspetor escolar solicitou à Câmara Municipal o fornecimento de mobília para a escola da Ponta do Pargo⁶⁹³.

Esta escola teve como primeira professora Maria Cristina Cunha, que tomou posse a 3 de dezembro de 1912⁶⁹⁴ e exerceu até agosto de 1928⁶⁹⁵. Em outubro de 1921, a professora informava a Junta Escolar da Calheta que não podia abrir a escola⁶⁹⁶ por ter sido operada, e em março de 1922 apresentou atestado médico por estar a realizar tratamentos em Coimbra⁶⁹⁷, ausentando-se até o final de 1922 ou início de 1923.

Durante a sua ausência, a escola foi colmatada temporariamente pela professora Luísa Amália de Brito Figueiroa Lourenço, nomeada a 13 de outubro de 1921⁶⁹⁸. Luísa Amália foi nomeada, em novembro, interinamente, para a escola

⁶⁸⁷ ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos 1931.11.

⁶⁸⁸ ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1931.02.

⁶⁸⁹ «Instrução Publica», 1931.10.09, in *DM*, Funchal, p. 3.

⁶⁹⁰ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 31v.º; L.º 63, of. 160 A. A 3 de fevereiro de 1934 a escola encontrava-se encerrada (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 2).

⁶⁹¹ ABM, *ICEFUN*, L.º 54, fl. 137.

⁶⁹² ABM, *CMC*, L.º de atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 34v.º (1911.06.17).

⁶⁹³ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 45, 48 (1912.02.12, 1912.04.20).

⁶⁹⁴ Foi nomeada por *DG* de 1912.11.13, n.º 279; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 7v.º-8).

⁶⁹⁵ ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1928.08.

⁶⁹⁶ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 20v.º.

⁶⁹⁷ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 27v.º, 28.

⁶⁹⁸ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 20v.º, L.º 83, of. 67.

feminina do Paul do Mar, mas não tomou posse⁶⁹⁹, devendo ter continuado por mais um tempo na escola da Ponta do Pargo. A 26 de abril de 1922, a Junta Escolar da Calheta deliberou que a professora Maria da Conceição Duarte fizesse serviço nesta escola, enquanto a professora Cristina não regressasse⁷⁰⁰, a qual não aceitou por ser professora da escola da freguesia da Calheta. A 20 de dezembro de 1923, a professora Maria Cristina solicitou ausentar-se da escola da Ponta do Pargo, pelo que já estaria exercendo⁷⁰¹.

O proprietário da casa que servia de escola, António Homem de Gouveia, informou, em outubro de 1921, que necessitava do imóvel, propondo outro em substituição, mas a Junta Escolar e a Câmara Municipal indeferiram, visto que a nova casa proposta não reunia as condições higiénicas e pedagógicas exigidas por lei⁷⁰². O proprietário, a 28 de outubro de 1921, procurou a professora [Luísa Amália?], intimando-a a não abrir mais a escola, porque o seu filho, o cônego Homem de Gouveia, precisava da mesma. O proprietário, no dia 31 deste mês, invadiu a casa da escola e «com modos colericos e agressivos tentou bater-lhe, fugindo as alunas aterrorizadas»⁷⁰³. O caso agravou-se com a professora a achar-se «exposta a vários perigos» quando o proprietário, em janeiro de 1922, arrancou «a porta da casa de sua residência, levando-a consigo»⁷⁰⁴. A Câmara interveio, ordenando a colocação da porta «o mais breve possível», advertindo que caso o não fizesse «a Junta [Escolar] está resolvida a mandar fazer o respectivo concerto descontando a respectiva importância na renda»⁷⁰⁵. A porta acabou por ser colocada pelo proprietário⁷⁰⁶.

Sucederam, nesta escola, as professoras: Filomena Margarida de Oliveira, nomeada a 16 de agosto de 1928 e exercendo até dezembro de 1930, tendo passado para o concelho de S. Vicente⁷⁰⁷; Beatriz Ferreira Machado, nomeada a 17 de setembro de 1931 e exercendo até inícios de 1934⁷⁰⁸; Cesarina Adriana Pereira nomeada em setembro-outubro de 1934⁷⁰⁹; Marieta dos Anjos Figueira, que esteve

⁶⁹⁹ ABM, *ICEFUN*, L.º 63, ofs. 70, 74 (1921.11.10, 1921.11.18).

⁷⁰⁰ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 26v.º; L.º 63, of. 88 (1922.04.26); «Junta Escolar da Calheta», 1922.04.29, in *DM*, Funchal, p. 1.

⁷⁰¹ ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 142.

⁷⁰² ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 22; L.º 63, of. 77 (1921.11.24).

⁷⁰³ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 22v.º.

⁷⁰⁴ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 24.

⁷⁰⁵ ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 81 (1922.01.24).

⁷⁰⁶ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 25.

⁷⁰⁷ ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folhas de vencimentos de 1928.11, 1930.12.

⁷⁰⁸ ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1931.11; ABM, *DEC*, L.º 7, of. 11 (1934.04.30).

⁷⁰⁹ ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 32, 36. É desconhecido se exerceu nesta escola.

ao serviço entre agosto de 1936 e junho de 1938⁷¹⁰, e Luísa Amália de Brito Figueiroa, que voltou a exercer nesta escola, entre inícios de 1934 e maio de 1937⁷¹¹.

Para a abertura das escolas femininas da Fajã da Ovelha e Paul do Mar, João Augusto Ribeiro, em novembro de 1911, forneceu a mobília no valor de 154\$400 réis, pagos pela Câmara Municipal da Calheta⁷¹². Entre fevereiro e abril de 1915, a Câmara mandou confeccionar 50 carteiras para equipar as escolas femininas e algumas masculinas, no valor de 265\$00 escudos, nomeadamente: cinco para cada uma das escolas masculinas do Arco, Estreito, Fajã da Ovelha e Paul do Mar; cinco para cada uma das escolas do Paul do Mar, Estreito e Ponta do Pargo; oito para a escola feminina do Arco e sete para a escola masculina da Calheta⁷¹³. No que toca a materiais, a professora da escola feminina da Calheta pediu para a sua escola «mapas das ilhas adjacentes, ditos das províncias ultramarinas»⁷¹⁴.

A primeira professora da escola feminina da Fajã da Ovelha foi Maria Mercês Lopes⁷¹⁵, que exerceu funções entre 6 de outubro de 1912 e 28 de agosto de 1914⁷¹⁶, quando passou a exercer na escola feminina da Camacha⁷¹⁷. No ano letivo de 1913-1914, a escola da Fajã da Ovelha teve 70 alunas matriculadas, das quais 18 abandonaram ao longo do ano. Transitaram 14 alunas da 1.ª para a 2.ª classe e quatro da 2.ª para a 3.ª classe⁷¹⁸.

Na escola da Fajã da Ovelha sucederam Maria das Dores Rodrigues, que tomou posse em agosto de 1915 e exerceu até ao verão de 1917⁷¹⁹, e Augusta Gabriela

⁷¹⁰ ABM, DEC, L.º 7, ofs. 78, 79, 113, 134

⁷¹¹ ABM, DEC, L.º 7, of. 113.

⁷¹² ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 40 (1911.11.11).

⁷¹³ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 90v.º (1915.04.24), 93 (1915.05.29).

⁷¹⁴ ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 6 (1910.01.21).

⁷¹⁵ Nasceu a 22 de junho de 1899, na freguesia de S. Pedro, Funchal. Habilitada pela Escola Distrital do Funchal, com 13 valores. Casada com Jordão Faria («Para a Fajã da Ovelha», 1913.09.02, in *DN*, p. 1).

⁷¹⁶ ABM, ICEFUN, pt. 55. Foi nomeada para a escola da Fajã da Ovelha, por despacho de 1912.08.14 (*DG* de 1912.08.22, n.º 197; ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 99; L.º 57, fls. 6-6v.º). Foi provida a professora definitiva por despacho de 1917.12.05 (*DG* de 1917.12.18, n.º 295).

⁷¹⁷ Foi nomeada para a escola da Camacha, por despacho de 1914.08.12 (ABM, ICEFUN, pt. 55; *DG* n.º 187; ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 83 (1914.10.24)).

⁷¹⁸ ABM, ICEFUN, pt. 55.

⁷¹⁹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 96-97v.º, 101v.º, 130v.º (1915.08.07, 1915.08.28, 1915.10.30, 1917.10.27). Era professora diplomada pela Escola Normal do Funchal. No concurso para o lugar desta escola ficou em 2.º lugar, mas em virtude da 1.ª classificada, Celestina Borges Varela ter sido provida na escola dos Canhas, foi selecionada Maria das Dores.

Rodrigues, que foi colocada em outubro de 1917 e exerceu até maio de 1922⁷²⁰. Maria Hipólito Dias de Freitas foi colocada em maio de 1922, por permuta com a professora da escola da Ajuda, no Funchal⁷²¹. Maria Hipólito exerceu até outubro de 1923, mês em que foi considerada, pela Junta de Sanidade Escolar, «incapaz permanente e definitivamente de exercer as funções» do magistério, após 27 anos de serviço⁷²², em março de 1924⁷²³.

A 19 de novembro de 1924, tomou posse do lugar desta escola a professora interina Maria Isabel Gonçalves⁷²⁴, e depois a 23 de dezembro de 1927⁷²⁵, lecionando até julho de 1928⁷²⁶. A 12 de dezembro de 1924 a escola da Fajã da Ovelha funcionava no sítio da Fajã da Ovelha, em casa pertencente a João Correia de Gouveia⁷²⁷.

Na escola feminina do Paul do Mar foi colocada a professora D. Isabel Teodorico dos Santos, tendo sido anulado o despacho de nomeação em meados de janeiro de 1912⁷²⁸. A professora Maria Henriqueta Franco tomou posse desta escola a 23 de março de 1912⁷²⁹ e exerceu até agosto de 1916, data em que foi colocada na escola

⁷²⁰ ABM, CMC, L.º 163, fl. 19v.º; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 130v.º (1917.08.17). Era diplomada pela Escola Normal do Funchal. Foi colocada nesta escola, temporariamente, por despacho do DG de 1919.12.30, n.º 303 e tomou posse em 1920.02.28 (ABM, ICEFUN, L.º 64, fls. 1v.º-2). Maria Hipólito, anteriormente, lecionou na escola da vila do Porto Moniz (1886-1896), na freguesia da Serra de Água (1896-1899) e na freguesia do Seixal (desde 1899) (ABM, ICEFUN, pt. 55).

⁷²¹ Despacho de 1922.02.23, DG n.º 44, 2.ª série; ABM, ICEFUN, mç.º 29, folha de vencimento de 1922.11; ABM, ICEFUN, L.º 64, fl. 4v.º.

ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 36v.º.

⁷²² ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 36v.º; ABM, ICEFUN, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1923.11 e 1924.03.

⁷²³ Considerada «incapaz» permanentemente pela Junta de Sanidade Escolar. A professora tinha 27 anos de serviço, dez dos quais como interina (DG de 1920.04.20, n.º 91). Passou à inatividade em 1927.03.15, com a 4.ª diuturnidade. Nasceu em 1858.03.18.

⁷²⁴ Nomeada por DG n.º 252, 2.ª série, de 1924.10.27; ABM, DEC, L.º 64, fl. 6v.º; ABM, ICEFUN, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1925.02, 1925.08.

⁷²⁵ Nomeada em 1927.12.09 (DG de 1927.12.14; ABM, ICEFUN, mç.º 29, folha de vencimentos de 1928.07).

⁷²⁶ ABM, ICEFUN, mç.º 29, folha de vencimento de 1928.07.

⁷²⁷ ABM, DEC, L.º 12, of. 160A.

⁷²⁸ «Instrução pública», 1912.01.23, in DM, p. 1.

⁷²⁹ ABM, ICEFUN, L.º 57, fl. 2v.º. Nomeada por despacho de 27.02.1912 (DG de 1912.03.09, n.º 57). Esta professora, em 30 de setembro de 1913, requisitiva ao subinspetor do círculo escolar do Funchal, para esta escola nova, a seguinte mobília: «Uma secretaria, Uma cadeira p.[ar]a a professora, Um lavatório completo, toalhas de mãos – 3, 12 carteiras p.[ar]a 2 alunos cada uma, 1 escanador de suspensão, Um relógio de parede» e o seguinte material: «Papel para escrita, Dito para desenho, aparas, Canetas, Livros de leitura p[ar]a 3.ª e 4.ª classe. Quadros panctaes de Simão Lopes, giz, tinta, lápis de pau, pesos e balança, Um mapa de pesos e medidas, Um mapa mundi, Mata borrão» (ABM, CMC, L.º 178, docs. avulsos).

masculina do Caminho do Palheiro, em S. Gonçalo (Funchal). Foi substituída, no Paul do Mar, pela professora interina Isabel da Natividade Martins⁷³⁰.

A 18 de julho de 1917, Maria Amália de Veiga Pestana, foi nomeada para a escola⁷³¹, onde exerceu até 21 de junho de 1927, sendo transferida para a escola do Lombo dos Aguires, na freguesia de Santo António, no Funchal, na qual tomou posse a 7 de julho de 1927⁷³². A professora Amália, juntamente com o seu marido, o professor João Evangelista Ferro, foi alvo de ameaças pela população do Paul do Mar, ausentando-se em diversos momentos para o Funchal, como já referimos. Nesses períodos de ausência, a escola foi temporariamente assumida por várias professoras, no final de 1921 e início de 1922, nomeadamente com a designação de: Isabel da Natividade Martins, a 20 de outubro de 1921⁷³³; Luísa de Brito Figueiroa Lourenço, a 10 de novembro de 1921⁷³⁴; e D. Maria Laura de Sousa Aguiar, a 19 de janeiro de 1922⁷³⁵.

A professora Teresa Bela de Sá foi nomeada a 16 de agosto de 1928 e esteve afeta a esta escola até novembro de 1931, exercendo apenas até ao mês de janeiro, em virtude de estar doente⁷³⁶. Em outubro de 1932, foi nomeada para esta escola a professora Maria Afra da Conceição Soares Nunes, exercendo até ao verão de 1937, quando ficou colocada na escola de instrução primária na Ribeira Grande, nos Açores, partindo da Madeira a 8 de agosto, no vapor *Lima*, acompanhada do seu filho Emanuel⁷³⁷.

A escola feminina do Paul do Mar, em 1912, iniciou em casa de João Pedro Santana, funcionando em casa deste proprietário, em 1924, no sítio da Ribeira das Galinhas⁷³⁸. Em 1920, a escola funcionava no sítio do Serrado da Cruz⁷³⁹. Parece ter funcionado durante estas duas décadas em casa de João Pedro Santana no sítio da Ribeira das Galinhas / Serrado da Cruz.

⁷³⁰ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 113v.º, 115v.º (1916.07.29, 1916.10.07); ABM, ICEFUN, pt. 55.

⁷³¹ ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 127v.º (1917.07.18).

⁷³² ABM, ICEFUN, L.º 57, fls. 37v.º, 45v.º; DG de 1927.06.28, n.º 139.

⁷³³ Data da nomeação pela Junta Escolar e tomada de posse (ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 22; ABM, ICEFUN, L.º 64, fls. 3v.º-4).

⁷³⁴ Data da nomeação pela Junta Escolar da Calheta (ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 23).

⁷³⁵ Data da nomeação pela Junta Escolar da Calheta (ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 24).

⁷³⁶ ABM, ICEFUN, mç.º 30, folhas de vencimentos de 1928.08, 1930.01, 1931.03, 1931.11.

⁷³⁷ «Diário Elegante – Chegadas e Partidas», 1937.08.08, in *DM*, Funchal, p. 2. Na sessão da Junta Geral do Distrito do Funchal, de 17 de junho de 1935, foi nomeada definitivamente («Instrução primária», 1935.06.20, in *DN*, p. 4).

⁷³⁸ ABM, ICEFUN, L.º 46, fls. 10v.º-11; L.º 63, of. 160 A.

⁷³⁹ ABM, ICEFUN, L.º 63, of. 39 (1920.11.15).

Nesta freguesia existiu uma escola particular, na qual a professora Georgina Maria de França Bettencourt, natural e residente nesta freguesia, exerceu desde 30 de março de 1911, registando esta escola a 17 de junho de 1912⁷⁴⁰.

1870-1930 – Cursos Noturnos e Escolas Móveis

A lei de 16 de agosto de 1870 permitia ao Governo promover «cursos noturnos, de aperfeiçoamento e dominicaes», disponibilizando uma verba aos municípios, paróquias, associações, professores ou quaisquer indivíduos que os fundassem⁷⁴¹. Nos anos seguintes, a lei de 2 de maio de 1878⁷⁴² estabeleceu que as câmaras municipais deviam promover os «cursos nocturnos e dominicaes para adultos».

A 7 de outubro de 1905, a Câmara Municipal da Calheta, após solicitação de vários moradores da Fajã da Ovelha, solicitou ao Governo a criação de uma escola noturna nesta freguesia, a ser instalada junto à escola do ensino masculino. A proposta visava proporcionar «a instrução aqueles que pelos seus trabalhos de dia não podem comparecer á escola»⁷⁴³, responsabilizando-se a Câmara, em fevereiro de 1907, pelas despesas do curso⁷⁴⁴. Em 1909 o curso noturno já estava em funcionamento, lecionado pelo professor Manuel João Correia Júnior, que acumulava as funções de professor na escola masculina desta freguesia. Este professor lecionou o curso noturno até novembro de 1923⁷⁴⁵, recebendo 60\$000 réis anuais, acrescidos de 12\$000 réis para «luz e instalação do curso», e, a partir de 1913, passou a receber 60\$00 escudos⁷⁴⁶.

Perante a solicitação da população do Arco da Calheta, a Câmara Municipal deliberou criar um curso noturno nesta freguesia, em sessão de 25 de março de 1916⁷⁴⁷, não tendo sido logo efetivado. Em janeiro de 1920, a Junta Escolar da Calheta voltou a solicitar a criação do mesmo curso noturno, juntamente com a proposta de criação de escolas noturnas para o ensino masculino e feminino, nas freguesias

⁷⁴⁰ ABM, *ICEFUN*, L.º 54, fl. 137. É desconhecido o período de atividade desta escola.

⁷⁴¹ Decreto lei de 1870.08.16, art.º 15.º (Ministério dos Negócios da Instrução Pública).

⁷⁴² Lei de 1878.05.02 (Direção Geral de Instrução Pública).

⁷⁴³ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 172v.º (1905.10.07).

⁷⁴⁴ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 189 (1907.02.09).

⁷⁴⁵ ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos 1919.10, 1923.11.

⁷⁴⁶ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 16v.º, 43v.º (1909.12.18, 1911.12.16), 67v.º (1913.10.04), 85v.º (1914.10.24).

⁷⁴⁷ ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 15v.º; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 111 (1916.03.25).

da Ponta do Pargo, Prazeres, Calheta, Fajã da Ovelha e Paul do Mar, ao abrigo do Regulamento do Ensino Primário de 11 de dezembro de 1919⁷⁴⁸. A criação da escola de ensino noturno no Arco da Calheta avançou, sendo lecionada pelo professor da escola masculina, José Rocha de Gouveia, até maio de 1925⁷⁴⁹.

Nesta época, os cursos noturnos, que se destinavam aos indivíduos com idade superior a 14 anos, eram regulamentados pelo decreto 6137, de 29 de setembro de 1919. Os professores desses cursos eram obrigados a lecionar dez tempos semanais, distribuídos por cinco dias da semana, recebendo 18\$00 mensais.

Com o objetivo de baixar a taxa de analfabetismo, na I República, foram implementadas, por meio do decreto 187, de 25 de outubro de 1913, escolas móveis no país.

Por proposta do presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Calheta, Alfredo Rocha de Gouveia, a 15 de outubro de 1919, foi enviado um ofício ao inspetor das escolas móveis, do Ministério da Instrução, «acudindo» à proposta de criação de sete escolas móveis no concelho da Calheta: na Ribeira da Vaca e no Amparo, ambas na Ponta do Pargo; na Raposeira, na Fajã da Ovelha; no Lombo da Rocha, nos Prazeres; no Lombo dos Moinhos, no Estreito da Calheta; no Lombo do Atouguia e no Lombo do Doutor, na freguesia da Calheta. A Câmara Municipal responsabilizava-se pelo pagamento da renda das casas, do expediente e mobiliário⁷⁵⁰.

Antes da solicitação deste ofício já se encontrava em funcionamento uma escola móvel no sítio da Raposeira, na freguesia da Fajã da Ovelha, sendo contratada, por ordem do Governo, a professora Isaura de Ornelas e Silva, em outubro de 1915⁷⁵¹, que solicitou, em 1920, uma casa para habitar⁷⁵².

Em outubro de 1920, tratava-se do contrato da professora Luísa Amália Brito Figueiroa para lecionar na «escola movel dos Moinhos, do concelho da Calheta», em princípio na freguesia do Estreito da Calheta⁷⁵³.

⁷⁴⁸ ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 7.

⁷⁴⁹ (ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1919.10, 1925.05.

⁷⁵⁰ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 166 (1919.10.15); L.º 163, fls. 79v.º-80v.º.

⁷⁵¹ ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 101 (1915.10.30). Isaura de Ornelas da Silva, nasceu a 28 de maio de 1895, era filha de Manuel Pinto da Silva, professor de ensino primário na Ponta do Pargo, e de Virgínia Teodolina Ornelas da Silva (ABM, *RP*, São Pedro, Funchal, Batismos, L.º do ano de 1895, fl. 60v.º).

⁷⁵² ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 170v.º (1920.01.16).

⁷⁵³ ABM, *GC*, L.º 635, fls. 27-27v.º (ofs. do Governador Civil ao Secretário Geral do Ministério da Instrução, 1920.10.28, 1920.11.06).

Na freguesia da Calheta, na década de 1920 é conhecida uma escola móvel em funcionamento. Em 1922, a «professora da Escola móvel do sítio do Convento, [pediu] um auxílio para a luz do curso nocturno da sua escola», ou seja, funcionava nas imediações do extinto convento de S. Sebastião. Em 1923, foi contratada uma professora para trabalhar na «escola móvel da Calheta»⁷⁵⁴.

Conclusão

A Instrução Primária no concelho da Calheta reflete os desafios e avanços da educação, no país, entre o final do século XVIII e o início do século XX.

Desde a criação das primeiras escolas régias, em 1772, até ao início da década de 1930, existiu um esforço gradual, por parte do Estado, governador da Madeira, câmaras municipais, juntas de paróquia e particulares para expandir o acesso à educação, para meninos e meninas.

A descentralização da administração da Instrução Primária, principalmente em 1799 e 1835, da Fazenda Real para o Governador da Madeira e para as câmaras municipais, proporcionou o estabelecimento de novas escolas. No entanto, as restrições financeiras das câmaras, a falta de edifícios públicos, a dificuldade em arrendar imóveis para servirem de escolas, a grande rotatividade e a carência de professores qualificados levaram ao encerramento e reabertura de muitas escolas. A diminuta rede escolar permitia que apenas uma minoria das crianças tivesse acesso às aulas. A sociedade e as entidades procuraram alternativas para alargar a Instrução Primária e combater o analfabetismo, com a criação de escolas particulares, noturnas e móveis.

Em finais da década de 1920 e no início da década seguinte, novos decretos legislativos e a ampliação da rede escolar, com a implementação de escolas móveis com regentes escolares, prepararam o caminho para as transformações no campo da educação nas décadas seguintes, impulsionadas pelas políticas da Ditadura Militar e do Estado Novo. Por conseguinte, este é assunto para posteriores pesquisas.

⁷⁵⁴ ABM, ICEFUN, L.º 62, of. 134 (1923.10.02).

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

ABM, CMC, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922.

ABM, CMC, L.ºs das Atas das sessões da Câmara Municipal: 1834-1837; 1837-1839; 1839-1841; 1841-1843; 1843-1844; 1844-1846; 1846-1849; 1849-1853; 1853-1857; 1857-1860; 1860-1863; 1863-1867; 1867-1870; 1870-1874; 1877-1880; 1880-1884; 1884-1894; 1894-1907.

ABM, CMC, L.º 115, Registo de Títulos, 1836-1854.

ABM, CMC, L.º 116, Registo de Títulos, 1885-1900.

ABM, CMC, L.º 117, L.º 4.º de Registo de Títulos, 1901-1923.

ABM, CMC, L.º 163, Correspondência expedida, 1916-1933.

ABM, CMC, L.º 178, Instrução Primária – L.º da Conta corrente com a Caixa Geral de Depósitos, 1889-1913.

ABM, CMC, L.º 210, Receita e despesa, 1881-1886.

ABM, CMC, L.º 47, Juramentos e Posses, 1864-1888.

ABM, CMC, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897.

ABM, CMC, L.º 49, Juramentos e Posses, 1897-1904.

ABM, CMC, L.º 50, Juramentos e Posses, 1904-1913.

ABM, CMC, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950.

ABM, CMC, Registo Geral, L.ºs de 1806-1810, 1812-1820, 1830-1845.

ABM, CMC, L.º de Vereações, 1831-1834.

ABM, CPMC, L.ºs das atas das sessões da Câmara Municipal, 1842-1849, 1856-1860, 1860-1871.

ABM, CRCC, Casamentos, L.ºs de 1915 e 1926.

ABM, CRCF, Casamentos, L.º de 1911.

ABM, CRCF, Casamentos, L.º de 1921.01.17-1921.12.04

ABM, CRCFUN, L.º de 1937.12.05-1937.12.27.

ABM, DEC, L.º 7, Copiador de correspondência expedida, 1934-1944.

ABM, GC, L.º 136, Registo de Correspondência expedida a autoridades diversas, 1848-1850.

ABM, GC, L.º 571, L.º de atas da Junta Geral do Distrito do Funchal, 1857-1862.

ABM, GC, L.º 635, Correspondência com o Ministério do Interior e Instrução, 1919-1927.

- ABM, *ICEFUN*, cad.º 45, Parque Escolar, Registo de escolas do ensino primário oficial e livre, posterior a 1882.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 46, Parque Escolar, Registo de escolas primárias oficiais e livres na 12.ª circunscrição escolar, 1886-1912.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 47, Parque Escolar, Registo de escolas e professores particulares, posterior a 1905.04.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 50, Professorado, Cadastro de professores do ensino oficial, 1885-1902.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 54, Cadastro de professores do ensino particular, 1903-1913.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 56, Professorado, Cadastro de professores do ensino oficial e de escolas oficiais primárias, 1908-1912.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 57, Professorado, Registo de autos de posse de professores, 1912-1927.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 62, JEC, L.º de atas das sessões da Junta Escolar do Concelho da Calheta (L.º 1), 1919-1922.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 63, JEC, Copiador de correspondência expedida da Junta Escolar da Calheta (L.º 1), 1919-1925.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 64, JEC, Registo de autos de posse de professores (L.º 1), 1919-1924.
- ABM, *ICEFUN*, L.º 140, Correspondência expedida para câmaras municipais, 1917-1923.
- ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, Recursos financeiros, Folhas de vencimentos do professorado primário oficial, 1919-1925.
- ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, Recursos financeiros, Folhas de vencimentos do professorado primário oficial, 1926-1933.
- ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.
- ABM, *RP*, Arco da Calheta, Casamentos, L.ºs de 1862; 1868, 1871; 1884.
- ABM, *RP*, Calheta, Batismos, L.ºs de 1869; 1870; 1872; 1874; 1879; 1881; 1877.
- ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.ºs de 1824-1847; 1867; 1868; 1883; 1887.
- ABM, *RP*, Câmara de Lobos, Casamentos, L.º de 1871.
- ABM, *RP*, Estreito da Calheta, Batismos, L.º de 1891.
- ABM, *RP*, Estreito da Calheta, Casamentos, L.º de 1885.
- ABM, *RP*, Paul do Mar, Casamentos, L.º de 1891.
- ABM, *RP*, Prazeres, Casamentos, L.ºs de 1882 e 1911.
- ABM, *RP*, Santa Luzia, Batismos, L.º de 1886.
- ABM, *RP*, Santana, Casamentos, L.º de 1879.
- ABM, *RP*, Sé do Funchal, Casamentos, L.ºs de 1883 e 1910.

- ABM, *RP*, São Pedro, Funchal, Batismos, L.º de 1895.
- ABM, *RP*, São Pedro, Funchal, Casamentos, L.º de 1892.
- ABM, *RP*, Sé do Funchal, Óbitos, L.º 17 (1781-1791).
- ARM, *RP*, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1901.
- ARM, *RP*, Santa Luzia, Casamentos, L.º de 1879.
- ANTT, *PJRFF*, L.º 961, RSL, Livro 1.º do Assentamento dos professores das Aulas deste Estado da Ilha da Madeira e adjacentes, 1775?-1814?.
- ANTT, *PJRFF*, L.º 962, RSL, Registo de cartas passadas pela Real Mesa Censória a professores e substitutos dos Estudos Menores do Funchal que passam pela Real Mesa Censória, 177?-1821?.
- ANTT, *PJRFF*, L.º 994, RSL, Livro de registo de avisos expedidos pela Repartição do Subsídio Literário, 1776?-1789?.
- ANTT, *PJRFF*, L.º 995, RSL, Livro de registo de consultas e ordens da Junta da Real Fazenda deste Estado pela Repartição do Subsídio Literário, 1775?-1809?.
- ANTT, *PJRFF*, L.º 996, RSL, Livro de registo de ordens que se expedirem da Corte pela Repartição do Subsídio Literário, 1775?-1834?.
- ANTT, *PJRFF*, Tesouraria das Folhas, Folhas de Pagamento, Folha dos ordenados dos professores régios, L.ºs: 997 (1781); 1000 (1784); 1001A (1786); 1002 (1787); 1003 (1787-1792); 1006 (1791); 1007 (1792); 1008 (1793); 1009 (1794); 1010 (1796); 1011 (1795); 1012 (1797); 1013 (1798); 1014 (1799); 1015 (1802); 1016 (1803); 1017 (1804); 1018 (1805); 1019 (1806); 1020 (1807); 1021 (1808); 1022 (1809); 1023 (1810); 1024 (1811); 1025 (1812); 1026 (1813); 1027 (1814); 1028 (1815); 1029 (1816); 1030 (1817); 1031 (1818); 1033 (1820); 1034 (1821); 1035 (1822); 1036 (1823); 1037 (1824); 1038 (1825); 1039 (1826); 1040 (1827); 1041 (1828); 1042 (1829); 1043 (1830); 1044 (1831); 1045 (1832); 1046 (1833); 1047 (1834).
- ANTT, *PJRFF*, L.º 1048, Tesouraria das Folhas 1728-1835, Livro caixa do tesoureiro das folhas 1802-1834, Livro caixa do tesoureiro das folhas 1802-1805.

Fontes Impressas

- «Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, in *Collecção dos Relatorios das Visitas Feitas aos Districtos pelos Respectivos Governadores Civis em Virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 1-42.
- BLANC, Tibério Augusto; VEIGA, João Plácido da; PESTANA, Roberto Ferreira; TEIXEIRA, Vicente de Paula; e FREITAS, António Jacinto de, 1851, *Brevissima*

resenha de alguns dos serviços que ao districto do Funchal tem prestado o Conselheiro José Silvestre Ribeiro, Funchal, Typ. Nacional.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835, 1837, Quarta Série, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1856, 1857, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1870, 1871, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1894, 1895, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de setembro até 31 de Dezembro de 1836, 1837, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1871, 1872, Lisboa, Imprensa Nacional.

Constituições Synodais do Bispado do Funchal. Feitas e Ordenadas por D. Jeronymo Barreto, bispo do dito bispado, 1585, Lisboa, por António Ribeiro.

FREITAS, António Jacinto de, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 3.º, Funchal, Tipografia Nacional.

SILVA, António Delgado (redação), 1829, *Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenações*, legislação de 1763 a 1774, Lisboa, Typografia Maigrense.

SILVA, António Delgado (redação), 1845, *Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1844*, Lisboa, Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, 1851, *Collecção oficial da Legislação Portugueza – 1850*, Lisboa, Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, José Maximo de Castro Neto Leite (redação), 1856, *Collecção oficial da Legislação Portugueza – 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Periódicos

«A nova reforma do ensino – a escola primária e a política», 1923.06.27, in *Correio da Madeira*, Funchal, p. 1.

«As nossas escolas», 1911.02.01, in *DN*, Funchal, p. 1.

«Classificação de professores», 1896.07.12, in *DN*, Funchal, p. 3.

«Diário Elegante – Chegadas e Partidas», 1937.08.08, in *DM*, Funchal, p. 2.

«Direcção Geral da Instrução Primária», 1911.03.29, in *DG*, n.º 73.

«Escola dos Prazeres», 1917.02.13, in *DM*, Funchal, p. 1.

- «Escola oficial dos Prazeres», 1916.07.22, in *DM*, Funchal, p. 1.
- «Escolas», 1920.07.07, in *Comércio da Madeira*, Funchal, p. 1.
- «Fallecimento», 1886.09.03, in *DN*, Funchal, p. 2.
- «Instrução primaria – As nossas escolas oficiais», 1920.07.21, in *Comércio da Madeira*, Funchal, p. 1.
- «Instrução primária», 1917.05.11, in *DN*, Funchal, p. 1.
- «Instrução primária», 1917.06.07, in *DN*, Funchal, p. 1.
- «Instrução Primária», 1924.04.05, in *DN*, Funchal, p. 1.
- «Instrução Primaria», 1929.07.19, in *DN*, Funchal, p. 2.
- «Instrução primaria», 1935.06.20, in *DN*, Funchal, p. 4
- «Instrução Pública – Escola dos Prazeres», 1916.07.11, in *DM*, Funchal, p. 1.
- «Instrução Pública», 1911.01.13, in *DN*, Funchal, p. 2.
- «Instrução Pública», 1922.04.29, in *DM*, Funchal, p. 1.
- «Instrucção publica», 1907.03.17, in *DN*, Funchal, p. 2.
- «Instrucção publica», 1912.01.23, in *DM*, Funchal, p. 1.
- «Junta Escolar da Calheta», 1922.04.29, in *DM*, Funchal, p. 1.
- «Junta Escolar da Calheta», 1924.04.05, in *DM*, Funchal, p. 1.
- «Junta Escolar do Concelho da Calheta – Nota oficiosa», 1920.10.31, in *DM*, Funchal, p. 1.
- «Ministério da Instrução Pública – Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, Regulamento do Ensino Primário e Normal», 1919.09.29, decreto n.º 6137, in *DG*, n.º 198.
- «Ministério da Instrução Pública – Direcção Geral do Ensino Primário e Normal», 1921.09.07, decreto n.º 7704, in *DG*, n.º 183.
- «Ministério da Instrução Pública – Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, Repartição Pedagógica», 1929.04.27, decreto n.º 16 782, in *DG*, n.º 847.
- «Ministério da Instrução Pública – Direcção Geral do Ensino Primário», 1933.03.30, decreto n.º 22 369, in *DG*, n.º 73.
- «Ministério da Instrução Pública – Secretaria Geral», 1923.11.06, decreto n.º 9223, in *DG*, n.º 235.
- «Ministério das Finanças, Gabinete do Ministro», 1928.07.31, decreto n.º 15 805, in *DG*, n.º 174.
- «Ministério de Instrução Pública – Repartição da Instrução Primária e Normal» 1913.10.25, decreto n.º 187, in *DG*, n.º 250.
- «Na Calheta – Ainda a inauguração da Escola “Dr. Roberto Luiz Monteiro”», 1935.11.21, in *DM*, Funchal, p. 1.

- «Na Calheta – Inauguração da Escola “Dr. Roberto Luiz Monteiro”», 1935.11.20, in *DM*, Funchal, pp. 1, 3.
- «Na Calheta – Uma festa das alunas da escola “Dr. Roberto Monteiro”», 1936.07.16, in *DN*, Funchal, p. 1.
- «Na Calheta», 1935.11.21, in *DN*, Funchal, p. 4.
- «No Jardim do Mar – uma escola que se não abre por causa da teimosia de uma Camara!», 1913.08.09, in *Trabalho e União*, p. 1.
- «No Paul do Mar – atentado contra a residência do professor oficial», 1924.07.25, in *DN*, Funchal, p.1.
- «No Paul do Mar – O atentado contra a residência do professor», 1924.07.27, in *DN*, Funchal, p.1.
- «No Paul do Mar – Tentativa de assalto e explosão de uma bomba», 1924.07.25, in *DM*, Funchal, p.1.
- «Nos Prazeres – A inauguração da Escola Paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.19, in *DN*, Funchal, p. 3.
- «Nos Prazeres – Inauguração da escola paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.16, in *DM*, Funchal, p. 1.
- «Nos Prazeres», 1935.11.19, in *DM*, Funchal, p. 1.
- «Notas mundanas – Para o campo», 1934.10.05, in *DN*, Funchal, p. 2.
- «Noticias ruraes – Paul do Mar, 14 de novembro de 1905», 1905.11.21, in *DN*, Funchal, p. 3.
- «O Ensino Público na Madeira – a sua lastimável carencia», 1929.10.20, in *O Jornal*, Funchal, pp. 1, 5.
- «Para a Fajã da Ovelha», 1913.09.02, in *DN*, Funchal, p. 1.
- «Para o Paul do Mar – Força militar e policial», 1925.06.19, in *DN*, Funchal, p. 1.
- «Pela Direcção geral da instrucção publica [...]», 1878.05.10, in *DN*, Funchal, p. 1.
- «Por despacho de 28 de janeiro [...]», 1882.02.02, in *DN*, Funchal, p. 1.
- «Por despacho de 3 do corrente [...]», 1882.03.05, in *DN*, Funchal, p. 1.
- «Uma escola fechada», 1922.09.21, in *DN*, Funchal, p. 1.

Bibliografia Consultada

- AAVV, 1998, *O Ensino – Universidade da Madeira*, colecção “A Região Autónoma da Madeira na Expo’98 Monografias”, n.º 15, Funchal, Edicarte.
- ADÃO, Áurea do Carmo da, 1995, *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*, Tese de Doutoramento em Educação (Secção História da Educação) apresentada à Universidade de Lisboa.

- AMORIM, José Pedro; FELGUEIRAS, Margarida Louro, 2024, «Regentes escolares e alfabetização de crianças pobres em Portugal (1930-1976)», in *Acta Scientiarum Education*, Edição da Universidade Estadual de Maringá, vol. 46.
- COSTA, Bruno Abreu da, 2013, *O Estado Eclesiástico na Madeira: o provimento de benefícios (séculos XV-XVIII)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade de Coimbra, disponível em <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/35996/1/O%20Estado%20Eclesiastico%20na%20Madeira.pdf>, acedido a 2020.09.15.09.
- CLODE, Luiz Peter, 1983, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.
- FERNANDES, Francisco, 2010, *General José Vicente de Freitas – A Liberdade de Pensar*, Lisboa, Edições Colibri.
- FERNANDES, Rogério, 1992, *Educação e Ensino Popular na Madeira (Séc. XVIII-1840)*, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVII, Coimbra.
- FRUTUOSO, Gaspar, 2007, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Manuscrito do Século XVI [c. 1590], anotações de AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de [1873] e introdução de VIEIRA, Alberto, Fac-símile da edição de 1873, Funchal, CMF – Funchal 500 Anos.
- LUME, Filomena Octávia Fernandes de Nóbrega, 2006, «O ensino primário na Madeira nos inícios do século XX – Práticas discursivas e quotidianos escolares», in *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, EDUFU, pp. 3319-3329.
- MENDONÇA, Alice Maria Ferreira, 2006, *A problemática do insucesso escolar – A escolaridade obrigatória do arquipélago da Madeira em finais do século XX (1994-2000)*, Tese para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia da Educação apresentada à Universidade da Madeira.
- MENESES, Carlos Azevedo de; SILVA, Fernando Augusto da, 1998, *Elucidário Madeirense. Fac-símile da Edição de 1946*, 3 vols., Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- PAREDES, Luciana; MAGALHÃES, Justino, 2023, «História do Ensino Primário na ilha da Madeira: Uma escolarização lenta e desigual», in *E-LETRAS COM VIDA*, n.º 10, pp. 160-174.
- PEREIRA, Eduardo Nunes, 1989, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., 4.ª edição, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- PONTES, Fernando Augusto de (padre), 1891, *Excursões na Madeira*, Funchal, Typographia da «Verdade».

- RIBEIRO, João Adriano, 1996, *Porto do Moniz – subsídios para a história do concelho*, Porto Moniz, Câmara Municipal do Porto do Moniz.
- SILVA, Ângelo Augusto da, 1947, *Como resolver na Madeira o problema do ensino primário?*, Relatório mandado editar pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Funchal, Tipografia Esperança.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de Sousa, 2021, «O Relatório da Visita do Governador Jacinto António Perdigão ao Distrito Administrativo do Funchal (1866-1867): Leitura Crítica de uma Fonte Histórica Singular», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 291-348.
- TAYLOR, Ellen M., 1882, *Madeira: Its scenery, and how to see it*, London, Edward Stanford, 55, Charing Cross, S.W.

Webgrafia

- ALVES, Graça, 2018, «Poetas», in *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/poetas>, acedido a 2024.10.17.
- VIEIRA, Alberto, 2018, «Porto Moniz», in *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/porto-moniz>: acedido a 2024.10.26.